

UNESP – Universidade Estadual Paulista
FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

**Ideais Sem Fronteiras - O Movimento Estudantil no Brasil, Chile
e Argentina**

Gustavo Cerezetti

BAURU
2012

Gustavo Cerezetti

Ideais Sem Fronteiras – O Movimento Estudantil no Brasil, Chile e Argentina

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado à Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação
do campus da UNESP em Bauru
como requisito parcial à obtenção
da graduação no curso de
Comunicação Social - Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz
Fernando da Silva

BAURU
2012

**Aos meus pais,
João e Carla, pelo incentivo eterno e por tornarem
esta obra possível.**

**A minha irmã,
Giovanna, pelo carinho.**

**Ao professor e orientador,
Luiz Fernando, por me mostrar o caminho a seguir.**

**Aos amigos,
Renan Kalil, Rodrigo Pessoa, Henrique Gasparino,
João Paulo Monteiro, Jaderson Souza e Renan Simão pela ajuda em todos
os sentidos .**

Agradecimento especial a todos os colaboradores desta obra. Miguel e Leonel pelas longas horas de conversa. Thales e Luiz pela ajuda ao compartilhar todas suas experiências comigo. Gilmara, Daniel e Juarez por me mostrarem o outro lado do movimento estudantil e a todos os entrevistados desse livro.

Agradeço também a todos os estudantes que, organizados ou não, ajudam a fazer deste país um lugar mais justo.

Sonhar
Mas um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

The Impossible Dream – Joe Darion e Mitch Leigh, 1965.

Versão de Chico Buarque de Hollanda e Ruy Guerra para o musical

O Homem de La Mancha, 1972.

Prefácio

Nossas grandes esperanças

O ano era 2009, o dia eu não me lembro ao certo. Estava em uma das aulas do meu primeiro ano do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, e lia uma compilação de revistas *Realidade*, reunidas por um de meus professores, Marcelo Bulhões. Folheava página por página quando meus olhos pousaram em uma delas, que trazia o poetinha Vinícius de Moraes e o arquiteto Oscar Niemeyer. Não sei o porquê de, dentre todas as páginas, eu parar justamente naquela, mas foi assim que aconteceu. O conteúdo do texto abordava uma questão: “você gostaria de voltar a ter vinte anos de idade?” e as duas personalidades davam suas respostas de acordo com a sua vivência de longas décadas. Li primeiro Niemeyer, que respondeu “não” e argumentou que adquirira uma experiência através dos anos e não abdicava dela por nada. O ilustre e imortal arquiteto que me perdoe, mas no momento não concordei e achei a resposta um tanto clichê. Li depois Vinicius, que disse “sim” e argumentou com palavras que me emocionaram. Não me recordo da resposta completa, infelizmente, tive que devolver a compilação e nunca mais encontrei o trecho, mesmo após longas pesquisas. A resposta se delineava na imensidão da juventude, no medo de ser tudo, e ao mesmo tempo ridículo; na coragem para viver sem se preocupar com a morte futura. Naquele momento em especial, o trecho foi muito importante para a minha formação e creio ter influenciado nos meus passos até agora. Aliás, creio que todos nós, os meus colegas de faculdade, carregaram esse sentimento. Posso ainda recordar dos jovens irrequietos que percorriam os corredores da faculdade com seus olhos brilhantes procurando uma imersão total naquele mundo que se abria trazendo um turbilhão de novidades que, no momento, eram enormes e significativas. Todos nós havíamos recebido a visita do Sr. Jaggers, que trouxe grandes notícias ao jovem Pip, do clássico¹ de Dickens *A nossa Londres* era aquele espaço pequeno, porém repleto de grandes esperanças da mesma maneira.

¹ O livro citado é *Grandes Esperanças* de Charles Dickens, publicado em 1861.

A essência permanece aí. Viver o máximo possível de tudo um pouco, a sinceridade dos bons e dos maus sentimentos, para que, um dia, possamos nos dissecar na velhice e na experiência, nas palavras de Vinicius. Essa foi a máxima de meus anos presentes na universidade, porém, mesmo escrevendo tudo isso, creio ter feito pouco. Queria ter feito mais, queria ter feito parte das lutas pesquisadas nesta obra, dos movimentos estudantis organizados que, mesmo com suas falhas que os tornam frágeis, permanecem em pé, orgulhosos, tímidos e às vezes exaltados. Se não participei, deixo aqui, nas próximas páginas, uma homenagem a todos eles. Uma homenagem para aqueles que não se preocupam com a decepção; não se preocupam em perder, desde que a luta seja válida; que não têm medo de depender do invisível, daquilo que não se sabe se existe. Sabem que vencer aquele que desconhece sua existência é muito mais gratificante e, para isso, trilham um caminho de mãos dadas com alguém que seguirá uma trajetória diferente muito em breve. Pode não fazer muito sentido para a maioria lutar pela memória e bem-estar de alguém que não conhecemos; de ter um dever de sonhar acima de todos os outros; de imaginar um palco onde sempre é exibido o melhor espetáculo; de fazer com que o termo “minoria” se torne anacrônico e acabar com preconceitos que ainda perduram na sociedade, mesmo no despertar do novo século... Para os milhares de estudantes descritos nesse livro, tudo isso faz sentido.

Encontrar esse sentimento é difícil. Não é fácil abraçar um ideal e seguir acreditando nele, muitas vezes de uma maneira que até beira a cegueira. A história, infelizmente, nos mostra muitos casos de decepção por parte de vários líderes estudantis do passado. O deteriorado panorama político não nos dá força para seguirmos, o pensamento conservador não nos motiva e a sociedade muitas vezes até nos condena. Assim, o estudante se deixa levar por uma corrente de decepções que moldam o cruel e apaixonante mosaico da vida, alcançando um lugar onde paira a destruição do verbo “acreditar”. É como amar alguém que te despreza e você sabe que a indiferença é a melhor arma, mas não consegue deixar de sentir, pois nem os homens mais sábios se desviam dessa maravilhosa incoerência na qual incidem todos os dias.

Sim, tudo isso é difícil. Sentir, lutar, acreditar e nadar contra essa corrente. Esse livro não foi só escrito para os que permanecem nadando, mas também para os que desistem e se deixam levar. Afinal, eu fui um desses estudantes. Todos nós carregamos um pouco do sentimento de lutar por algo, seja lá pelo que for. Em alguns, isso está mais explícito e já se manifesta na juventude, em outros talvez demore anos ou décadas. Às vezes lutamos para melhorar o nosso próprio mundo, outras vezes lutamos para melhorar todo um mundo. Nenhuma luta é maior do que outra, desde que acreditemos naquilo pelo qual lutamos.

...

O cerne da juventude está no acreditar e o movimento estudantil se alimenta disso. Na realização desse livro, conversei com personalidades que me ajudaram de todas as maneiras. Foram longas conversas, permeadas por muitas discussões pertinentes sobre o tema. Nos diálogos, às vezes encontrávamos brechas para outras e outras discussões intermináveis. Via em suas expressões sorrisos despreocupados quando eles abordavam um assunto qualquer, mas quando falavam de suas militâncias exibiam uma expressão séria e sábia, como se estivessem totalmente seguros de si mesmos. Mesmo com essa seriedade, notei ali pessoas sensíveis. Pude perceber isso com facilidade, pois eu mesmo me julgo assim. No pequeno grande mundo dos jovens que carregam essa característica, nada pesa mais do que a injustiça. Nada mais é percebido com tanta intensidade, sentido com tanta intensidade, quanto isso. Tudo parece nos afetar; machucar nosso mundo próprio recém descoberto. Infelizmente, quem carrega esse sentimento nobre, vive em um conflito perpétuo com a injustiça, o que gera péssimos momentos de decepção e penitências internas. Felizmente, quem leva esse fardo é capaz de realizar grandes feitos, como é o caso dos meus entrevistados. Cabe aqui um agradecimento. Muito obrigado, pessoal, continuem assim. Saibam que, muitas vezes, o caminho da conquista é arbitrário; ele teima em se esquivar dos que mais merecem e assediam os que menos lhes fazem jus. Se vocês compartilham do meu pensamento, vão entender que a busca pela glória é algo frustrante e essa ânsia pode acarretar sensações incertas, ocasionando a perda de seus próprios objetivos. Não sei se estou apto a aconselhar, mas

tentarei aproveitar este espaço só meu para isso: lutem, apenas isso. Não se preocupem com a glória, o sentimento incerto de superioridade. Preocupem-se com a Luta (maiúscula), com a causa certa e justa, independente de resultados sociais, políticos, econômicos. Aproveitem a vivacidade inerente a vocês e continuem marchando rebeldes, insatisfeitos, sinceros. Nunca deixem de sonhar e de acreditar, mesmo caminhando, muitas vezes, às margens da vida em sociedade; clandestinos. Continuem não se contentando com um *status quo* comodista. Sigam suas vontades individuais, ninguém decide por vocês.

...

Durante o desenvolvimento do livro, comecei a analisar os estudantes por outra ótica, exclui-me por um instante desse universo e presenciei fatos muito peculiares. Percorrendo corredores de universidades, atentei-me a suas figuras que exibiam uma pluralidade extremamente versátil, mas que carregavam ainda aquele mesmo sentimento sincero descrito por Vinícius acima. Um jovem que lia um livro sozinho sentado em um banco ou a menina que ria alegremente durante uma conversa com um grupo de amigas. Ao escrever esse livro no auge dos meus vinte anos senti algo que talvez não sentisse se tivesse escrito com trinta, ou quarenta anos. Um sentimento de orgulho por estar fazendo parte daquele todo. Sorri ao perceber que estava vivenciando tudo aquilo, que a minha vida girava em torno daquele universo. Ao finalizar, percebi que o movimento estudantil hoje é assim, como todos os jovens: carrega os mesmos ideais presentes no seu caráter, mas agora se torna mais interessante pela sua vertente multifacetada, com novas visões sobre vários outros pontos relevantes ao nosso panorama atual. Percebi que a busca pela sua própria identidade atraiu uma gama de novos grupos *sui generis* que se unem, intercalam-se, movem-se por um mesmo sentido: o da solidariedade. Esses grupos se importam em unir minorias marginalizadas, dar voz a grupos marcados pelo preconceito secular. Ser solidário não é dar para receber, é apenas ajudar sem esperar nada em troca. Essa ajuda vem da união, das mãos atadas em busca de um ideal que ultrapassa as fronteiras do senso-comum. Não é virar as costas para o semelhante, devido a sua condição social, etnia, cor de pele ou opção sexual. Ser solidário é se preocupar com

causas e resultados que não só você vai compartilhar. É ultrapassar as fronteiras de sua própria existência.

...

Não sei como estarei quando forem somados mais vinte anos em minhas costas. Não sei se estarei pensando da mesma forma, embora eu saiba que provavelmente não. Vejo-me mais maduro, aconselhando os mais jovens, que me ouvirão e não seguirão os meus conselhos, assim como eu fiz. Não sei se estarei um pouco incrédulo com os sonhos e esperanças ou se estarei realizado. Não sei se estarei marcado por essa ingenuidade presente nestas páginas. Carrego comigo a incerteza como companheira. Porém, sei que não tentarei imaginar o passado, pois imagino que Vinícius sentiu um ligeiro desconforto ao responder aquela pergunta. Creio que ele imaginou que realmente pudesse voltar no tempo durante um mínimo instante. Niemeyer foi mais realista, frio, experiente. Vinícius de Moraes carregava dentro de si a poesia inerte e a existência de um poeta imaginário jovem que o acompanhava para qualquer lugar que fosse. Vinícius de Moraes carregava a sensibilidade típica da juventude e, por isso, queria voltar a sentir aquele ímpeto inconsequente e intenso de maneira mais virtuosa. O poeta sabia que somente os jovens de vinte anos são capazes de tê-lo e levava isso a sério. Uma coisa que eu vou carregar para sempre é nunca duvidar das aspirações da geração futura a mim e que a linda e cruel causa ainda continuará nos machucando e nos desiludindo, mas nunca deixaremos de amá-la. Portanto, aproveitem, meus amigos, quer seja você experiente ou inexperiente, rebelde ou não, pois as próximas páginas são destinadas a vocês.

Sumário

Introdução	13
Parte I – O Passado	15
Capítulo I – As Organizações Estudantis e os Regimes Militares	16
As lutas no Brasil	16
As lutas no Chile	23
As lutas na Argentina	27
A questão principal – o panorama da educação	29
Capítulo II - As Organizações Estudantis no Período de Redemocratização ...	33
O novo período brasileiro	34
O novo período chileno	36
O novo período argentino	38
Parte II – O Movimento Estudantil do Novo Século	41
Capítulo I – Estrutura do Movimento Estudantil.....	42
No Brasil	42
No Chile e Argentina	49
A Organização Continental Latinoamericana e Caribenha dos Estudantes	53
Capítulo II - O Movimento Estudantil e Questões Sociais no Brasil	55
A questão dos gêneros	55
A questão das cotas	59
A questão da reforma agrária	61
A questão da saúde pública.....	62
A questão da memória e Direitos Humanos	63
A questão da periferia	65

Capítulo III - A Participação Política no Atual Movimento Estudantil	68
Brasil – uma nova geração, novos pensamentos.....	68
Os partidos políticos no movimento estudantil no Brasil.....	72
A participação política do movimento estudantil no Chile e na Argentina	74
 Capítulo IV - Movimento Estudantil e Cultura na Atualidade	 79
A arte transformadora no Brasil.....	80
Uma nova articulação.....	81
A Bienal da UNE e o Projeto CUCA	81
Chile e Argentina.....	86
 Parte III – 2011 – O Ano Que Não Terminou	 89
 Capítulo I – 2011, o ano que não terminou	 90
O caldeirão chileno.....	90
As universidades particulares e públicas.....	98
Nas ruas de Santiago	101
As negociações com o governo	103
O refluxo e a retomada das manifestações.....	105
Até quando?	108
 Capítulo II – Enquanto isso, no Brasil.....	 110
A ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo	110
Análise da opinião pública	117
 Considerações Finais	 120
 Glossário	 123
 Referências Bibliográficas	 126

Introdução

Inegável: os movimentos estudantis fazem parte da história contemporânea. Nos últimos anos, as organizações estudantis adquiriram uma pluralidade maior, com uma maior multiplicidade de visões e novas perspectivas. Mesmo com essas mudanças, os movimentos continuam tendo uma expressão advinda de sua tradição e também construindo novas articulações com novos movimentos sociais. Esta obra aborda a atualidade, ou seja, os novos movimentos estudantis no Brasil e no Chile e, em menor escala, na Argentina, explicitando suas implicações no contexto histórico, social e cultural desses países.

Antes de iniciar a leitura, é bom esclarecer: o foco principal do livro é o eixo do movimento estudantil universitário clássico brasileiro, aquele cujo topo da estrutura está a União Nacional dos Estudantes, UNE. Existem outros movimentos paralelos a UNE, porém nessa obra serão abordadas as ramificações do movimento que conduzem a ela. Também serão detalhados os movimentos e organizações estudantis clássicas no Chile e na Argentina, onde a estrutura se assemelha a do Brasil, mas com diferenças interessantes que merecem ser abordadas. Nos anos de 2011 e 2012, o Chile começou uma luta estudantil bastante influente que também será abordada no livro, assim como a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo, USP, no mesmo ano.

O eixo do livro é detalhar ao máximo os movimentos para facilitar a compreensão do leitor sobre as estruturas estudantis nos principais países sul-americanos. A obra também não descreve com detalhes como surgiram os movimentos nesses países, mas foca na sua atualidade: como está sua estrutura, quais seus ideais, como se posicionam frente a uma nova sociedade. Assim, os depoimentos coletados são atuais e fazem parte de um mosaico do novo movimento estudantil.

Na primeira parte da obra, intitulada “O Passado”, é descrita brevemente a história do movimento estudantil nesses países no período das ditaduras militares e também no período de transição democrática. Essa parte do livro se

baseou em pesquisas documentais da época, somente com o intuito de narrar como os movimentos estudantis se reestruturaram após os períodos ditatoriais. Afinal, não dá para compreender a atualidade sem conhecer o passado.

Na segunda parte, intitulada “O Movimento Estudantil do Novo Século”, a reportagem e depoimentos propriamente ditos começam a ser coletados, juntamente com pesquisas documentais e pesquisas in loco. É nessa parte da obra que os movimentos estudantis na atualidade são descritos de acordo com cada segmento da sociedade. Nessas páginas o leitor pode conhecer a estrutura dos movimentos estudantis nos países pesquisados e também conhecer o posicionamento e atividades dessas organizações em relação à cultura, política, lutas e conscientização social.

Na terceira parte, intitulada “2011 – O Ano que Não Terminou”, é abordada a luta estudantil no Chile com profundidade, explicando todos os seus motivos, objetivos, principais manifestações, organizações que fizeram parte do movimento, etc. Na mesma parte é descrita também a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo, USP, que gerou muita polêmica e movimentou a opinião pública brasileira. Esse fragmento da obra explica como os movimentos estudantis atuais reagem quando há um conflito que ultrapassa os limites dos muros das universidades, como eles se articulam quando uma questão polêmica é debatida e qual a opinião da sociedade frente às novas lutas estudantis. Apesar de não podermos julgar essas questões somente nos baseando apenas em conflitos isolados, o assunto é atual e merece uma exposição detalhada e serve como exemplo da articulação dos novos movimentos estudantis.

Parte I

O Passado

Corram camaradas, o velho mundo está atrás de vocês

Frase de Maio de 1968

I – As Organizações Estudantis e os Regimes Militares

A importância dos movimentos estudantis dentro do período militar nos países estudados neste livro é inquestionável. Embora haja diferenças, todos os movimentos estudantis fizeram parte do processo político de contestação do regime. As ditaduras militares possuíam a forte característica do autoritarismo durante suas gestões e todos os movimentos estudantis latino-americanos nessa época lutavam contra qualquer forma de repressão ao livre pensamento. E como qualquer atitude contra autoritária era entendida pelo sistema direitista como comunista, os movimentos foram duramente reprimidos e condenados durante essa época. Como veremos neste capítulo introdutório, os movimentos tiveram essa característica forte, a busca pela liberdade e por melhores condições de ensino em universidades e escolas públicas.

As ditaduras militares na América Latina decorreram de diversos fatores que culminaram na sua formação. No contexto histórico da Guerra Fria, a construção da figura do inimigo público interno aparecia nos países da América Latina e eles precisavam ser combatidos. O comunismo era uma ameaça visível depois da revolução em Cuba, em 1959, crescia o medo dos Estados Unidos sobre a instituição desse regime em outros países. Os regimes militares foram instituídos nos países latino-americanos entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar de algumas diferenças entre eles, basicamente os regimes se caracterizavam pela autoridade, falta de democracia, censura exagerada, perseguição e repressão a qualquer pensamento que contrastasse com o do sistema vigente.

As lutas no Brasil

No dia 28 de março de 1968, os estudantes levaram o corpo de Edson Luis de Lima Souto para a Assembleia Legislativa que funcionava na Cinelândia no Rio de Janeiro. No rosto deles, uma mistura de medo e

indignação. Edson era um estudante secundarista vítima da repressão da ditadura militar ainda recente e que dava seus primeiros passos rumo a um legado sangrento. O tiro a queima roupa foi desferido durante uma passeata no começo da tarde que visava protestar contra o alto preço da comida servida no Restaurante dos Estudantes, apelidado de Calabouço pelos seus usuários. O garoto pobre, filho de uma lavadeira e que havia se mudado de Belém do Pará para o Rio de Janeiro, estudante do Instituto Cooperativo de Ensino deixava seu sangue nas escadarias da Assembleia e atraía a visão do Brasil para um movimento indigesto para o regime vigente, mas que mudaria a história do nosso país.

A força do movimento estudantil brasileiro durante a época da ditadura militar foi muito grande. Embora a União Nacional dos Estudantes tenha sido formada em 1937 e já era consolidada como uma organização estudantil, foi a partir da eclosão do regime militar, em 1964, que ela começou a ganhar mais forma e combatividade. Mantida na ilegalidade e condenada a clandestinidade, a UNE não deixou de existir durante o período do regime militar. Os estudantes foram personagens centrais nos conflitos da época, juntamente com profissionais liberais, escritores, artistas, jornalistas, operários e até figuras religiosas. O movimento estudantil lutava por melhores condições de ensino, pesquisa, alimentação, moradia, liberdade de expressão e procurava um caminho aberto para isso. Durante o período militar, as organizações estudantis se mesclaram e começaram a lutar também por um Brasil menos reacionário e repressivo. A participação dos líderes estudantis junto a política brasileira, ainda que na clandestinidade, era extensa e influenciou milhares de jovens em todo o Brasil.

O ato mais simbólico de repressão às organizações estudantis foi a Lei Suplicy de Lacerda, aprovada no dia 9 de novembro 1964 e que extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes, UEEs, que representavam uma força massiva na luta estudantil. O objetivo da lei era controlar as entidades e acabar com os representantes dos movimentos estudantis. Assim, as entidades estudantis ficaram a mercê do governo e subordinadas a ela. A lei instituía também como legal o funcionamento dos Diretórios Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes. Como se pode notar, a Lei Suplicy tentava frear

qualquer atuação política por parte dos estudantes, que perderam suas forças em âmbito legal. As decisões que envolviam o tema passaram a ser tomadas pelos órgãos executivos, federais e estaduais, que implantavam as decisões com o mínimo de resistência.

Os estudantes queriam ter sua própria liberdade e, no ano seguinte, foi realizado um plebiscito onde a maioria dos estudantes votou contra o controle do governo e contra a Lei Suplicy. Mas seria apenas no final dos anos 1970 e com o afrouxamento da ditadura militar que a UNE começaria a ser reestruturar, assim como as Uniões Estaduais que focavam nas melhorias da educação em cada respectivo estado.

Com a atuação mantida na ilegalidade, as organizações estudantis começaram a planejar ações estratégicas e a desmembrar suas atuações para não despertar suspeita aos militares. Pequenas passeatas começaram a surgir como a passeata contra o Ato Institucional número 2 (1964) no Rio de Janeiro. Em Brasília, 1965, a Universidade de Brasília idealizada no plano piloto de Darcy Ribeiro foi invadida pelos militares e os organizadores do projeto foram expulsos e demitidos. Os estudantes lutavam contra a ocupação e contra as ameaças presentes na Universidade.

Em 1966, o movimento começou a ocupar mais as ruas e a UNE se reuniu no anonimato para eleger uma nova diretoria. O movimento mais importante desse ano foi a Setembrada, uma série de passeatas e protestos que agitaram as principais capitais do país. Os estudantes protestavam contra a repressão e contra a censura imposta pelo governo em suas ações. O movimento mais simbólico e aquele que mais causou comoção foi a invasão do prédio da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro por tropas do governo militar. Nesse ano, começa a se delinear a importância do movimento estudantil, sobretudo no Rio de Janeiro, para demonstrar o descontentamento da população e dos estudantes com o governo que começava a se institucionalizar gradualmente. Os estudantes da UFRJ estavam lutando contra a ilegalidade da UNE, contra o aumento do preço das refeições, contra o fechamento do Calabouço, pagamento de anuidades e contra a prisão de Rodrigo Lima, estudante da Faculdade Nacional de Direito

que acabou preso por 35 dias. Quase todas as faculdades cariocas realizaram um movimento de greve geral. O descontentamento dos estudantes atraiu reitores e autoridades acadêmicas para o movimento, tentando uma retirada pacífica dos estudantes que tomaram o Campus da Praia Vermelha. Na madrugada do dia 22 para o dia 23 de setembro, quando os professores já haviam deixado o local, policiais arrombaram a porta lateral do prédio e houve uma agressão generalizada. Quem tentava sair do prédio tinha que passar por um “corredor polonês”, onde policiais desferiam borrachadas nos estudantes a esmo. Quase todos os laboratórios foram danificados e vandalizados. O que era uma manifestação pacífica tornou-se uma violência sem precedentes. O episódio ficou conhecido como Massacre da Praia Vermelha, centenas de estudantes foram agredidos e muitos foram presos.

Em 1967, a UNE consegue organizar um congresso em São Paulo. O ano foi de amadurecimento para os movimentos estudantis que buscavam uma atuação mais estratégica para não falhar como no episódio da Praia Vermelha. Agora, o movimento estudantil procurava um caminho que abrangesse todo o território nacional. O governo não estava ouvindo suas reivindicações por um ensino público gratuito de qualidade, ampliação no número de matrículas e abertura de restaurantes e melhores condições de ensino. O governo preferia firmar acordos internacionais com os Estados Unidos a olhar para as próprias mazelas do povo brasileiro. O ano de 1968, até hoje lembrado e descrito como um ano de revolução nos livros de história amadurecia gradativamente, não só no Brasil, mas como em um mundo dominado por ideais libertários.

No começo do ano de 1968, a UNE promove um Conselho Nacional para definir novas rotas de atuação. A proposta da organização era evitar os conflitos de rua para não ferir mais pessoas inocentes e estudantes. Mesmo assim, muitos não concordaram com a proposta da UNE e queriam uma solução imediata para os problemas educacionais. As primeiras lutas começaram em janeiro e fevereiro com estudantes do Rio de Janeiro, familiarizados com a luta no Calabouço. As lutas combativas mostravam que 1968 não seria um ano fácil para nenhum dos lados, nem para o governo, nem para os estudantes.

Novas universidades começavam a protestar contra o baixo número de vagas. Estudantes de São Paulo, da USP, da Fundação Getúlio Vargas e da Pontifícia Universidade Católica, PUC, acamparam nas reitorias, gerando conflitos. No Rio de Janeiro, estudantes descontentes com as novas condições da reabertura do Calabouço protagonizaram o primeiro grande conflito social de 1968, quando Edson Luis foi morto por policiais com um tiro a queima roupa. A manifestação começou pacífica, com cartazes, faixas e bandeiras, mas quando os policiais chegaram com armas na mão e amedrontados pelo número crescente de estudantes, novamente a cidade do Rio de Janeiro visualizou outro combate sangrento entre estudantes e policiais. A invasão de policiais no Calabouço e a morte de Edson Luis resultaram em inúmeros inquéritos sem sucesso e sem resultados por parte do governo militar.

No dia seguinte a revolta que resultou em morte, a Praça do Rio de Janeiro amanheceu com 50 mil pessoas² dispostas a enterrar o corpo de Edson Luis, que morrera como um mártir para a causa dos estudantes e dos insatisfeitos com o regime vigente. Começara definitivamente um ano turbulento e revolucionário, com mortes de estudantes, revoltosos, artistas, operários, entre muitos outros. Ocupação de reitorias em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, aconteciam e transbordavam mostrando o descontentamento com a política educacional do governo, principal alvo de crítica dos estudantes. O discurso dos manifestantes agora amadurecia, apresentava reivindicações elaboradas e precisas. Líderes estudantis ficaram mais fortes e mais influentes, tornando-se porta-vozes do cotidiano de estudantes, professores e autoridades acadêmicas. Os estudantes queriam diálogos, queriam ser ouvidos, mas em vão. O alarde era grande a polícia reprimia com violência e brutalidade.

No meio do ano de 1968, no dia 20 de junho, uma assembleia na Reitoria da UFRJ durou cerca de oito horas e os estudantes forçaram o Conselho Universitário a dialogarem sobre os problemas da educação dentro da Universidade e dentro da educação no país. Mas, o que era para ser um diálogo entre entidades e autoridades estudantis se tornou uma reedição do

²Ver: ANDRADE, Lédio Rosa de. Abaixo às Ditaduras. Editora Conceito Editorial. Santa Catarina, 2005

Massacre da Praia Vermelha, dois anos antes. A polícia havia cercado o prédio da reitoria e pediu que líderes estudantis se entregassem. Os estudantes, indignados, não se entregaram e se armaram com paus e pedras, tentando furar o cerco policial. A polícia agiu com tiros, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Vários estudantes foram encurralados e presos quando conseguiram chegar ao estádio de futebol do Botafogo, mas tiveram que ser expostos a humilhação do espancamento, do medo e da identificação policial. Os fotógrafos de plantão registraram o ocorrido e as fotos estamparam os jornais, causando indignação e revolta na população. No dia seguinte, os estudantes voltaram às ruas protestando contra os acontecimentos brutais do dia anterior. A revolta foi pacífica por parte dos estudantes e muitos já se dispersaram quando a polícia chegou atirando, ferindo e matando muitos revoltosos. A população se revoltou contra a brutalidade da polícia, que acabou prendendo mais de mil pessoas.

Os conflitos nesse ano continuavam. A Universidade de Brasília foi novamente invadida. Em São Paulo, estudantes ocuparam a reitoria da Faculdade de Filosofia, exigindo mudanças. Muitos outros focos de revolta surgiram em cidades brasileiras como Fortaleza, Porto Alegre e Belo Horizonte. Estavam criadas as condições necessárias para a Passeata dos Cem Mil, que se tornou um dos episódios mais importantes de 1968. A polícia cedeu à pressão da opinião pública, assim como o governo, e saiu das ruas, dando margem e condições para o episódio.

A Passeata dos Cem Mil foi pacífica e levou ao governo as reivindicações dos representantes dos estudantes, profissionais liberais, professores e religiosos. A negociação não foi avançada, pois o governo não cedeu a questão básica exposta pelos revoltosos, a liberação dos presos em passeatas anteriores. Assim, a Passeata embora não tenha obtido êxito, significou uma grande pressão popular e mostrou ao governo militar que os estudantes não estavam sozinhos na luta por melhorias. No decorrer do ano de 1968, o movimento ainda era forte em cidades como São Paulo, Salvador, Brasília e Fortaleza. Estudantes se reuniam com autoridades acadêmicas e professores, criando um elo mais forte de resistência.

Porém, o governo militar resolveu apertar a repressão e se aproveitou de forças especiais como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) para causar perseguir estudantes, matando-os e prendendo-os sem qualquer limite que os impedisse. As mortes se tornavam anônimas e o governo não se intimidava em resolver as manifestações com tiros e agressões. Quando houve o Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, mais de 700 líderes estudantis foram presos em uma só operação, pondo fim ao movimento estudantil de 1968, ano mais simbólico da luta. O Congresso foi realizado na clandestinidade, mas o governo militar estava com os olhos abertos e as armas preparadas para contê-los.

Dentro de um panorama geral do Brasil na época, os estudantes eram influenciados por ideais libertários que corriam pelo mundo e dentro do próprio país. O ano de 1968 foi marcado por protestos no mundo todo, destacando-se a França e a Tchecoslováquia. Ideais feministas, comportamentais, sexuais, artísticos, ecológicos, éticos e políticos se espalhavam como pólvora em um mundo marcado pelo reacionarismo. No Brasil, movimentos artísticos teatrais e musicais destacavam isso como os Festivais de Música e as peças teatrais como Roda Viva de Chico Buarque e José Celso Martinez Correa.

No final do ano de 68, o governo militar anunciou uma de suas mais poderosas armas contra qualquer manifestação pública ou organização que contestasse o regime vigente, o Ato Institucional Número 5, o AI 5. O Ato colocou fim as atividades da UNE, que se concentrou mais em atuações discretas e pequenas passeatas que pouco abalaram o sistema brasileiro. Os estudantes estavam mais contidos, com medo de serem torturados, perseguidos e mortos. Assim, o movimento estudantil perdeu força, a UNE se tornou um símbolo de esquerda e terrorismo, assim como as Uniões Estaduais e Uniões Metropolitanas dos Estudantes. Os estudantes que ainda lutavam eram mortos, como aconteceu com a militante Helenira Rezende e o presidente da UNE, Honestino Guimarães. O movimento se concentrou na realização de missas para homenagear os mortos em combate.

Alguns anos depois, no final da década de 70, o regime militar começou a enfraquecer e já dava mostras que teria um fim, devido ao panorama

histórico mundial. Assim, os movimentos estudantis começaram a se reestruturar. O Congresso de Reestruturação da UNE foi realizado em 1979, na cidade de Salvador, Bahia. Entre as principais discussões em pauta, estavam a libertação dos estudantes presos e melhorias nas universidades públicas brasileiras.

No final da ditadura militar, no começo dos anos 80, os estudantes exigiram a volta da sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Mas a atitude tomada pelos militares continuou agressiva. Os estudantes que protestavam em frente a sede foram duramente reprimidos e o prédio demolido. O último ato agressivo e hostil dos militares, já derrotados pela história, e que amargavam uma derrota justa e inevitável.

Durante o período do regime militar, a educação brasileira foi bastante atingida por ideias neoliberais que pouco ajudaram no desenvolvimento das universidades e dos ensinos secundário e primário. Houve uma massiva evasão de grandes mentes para países mais desenvolvidos e que investiam no desenvolvimento científico. As verbas para educação foram reduzidas a níveis extremamente incompatíveis com o crescimento populacional brasileiro e as vagas em universidades e escolas públicas se tornaram muito poucas. Houve uma proliferação de universidades e colégios privados, característica observada até hoje no país.

As lutas no Chile

Para se entender as recentes manifestações estudantis chilenas e a onda revolucionária que afetou a política educacional no país no ano de 2011 e 2012, precisa-se realizar um histórico de como a educação evoluiu no Chile. O período da sangrenta ditadura de Pinochet foi crucial para as transformações nas organizações estudantis no país e moldou o panorama da educação.

O sistema educacional chileno sofreu alterações seguindo a corrente política vigente. Na época da ditadura do General Augusto Pinochet, após o

golpe político e dissolução do Governo Socialista de Salvador Allende (1970-1973), a educação passou por algumas transformações, basicamente se tratando da ruptura de incentivos destinados a educação estatal. A educação privada foi priorizada e os incentivos a privatização e liberalização do sistema foram maiores. Assim, durante a ditadura a educação perdeu seu caráter público e se tornou cada vez mais privada. Dentro dessa ideia é que os movimentos e organizações estudantis focaram em suas manifestações na época e ainda focam nos dias atuais.

No início da década de 1980, Pinochet anuncia as chamadas “Siete Modernizaciones”, visando a extensão de seu governo. A ordem incluía a privatização do sistema público de saúde e educação, além de outros relativos a questões sociais. A Ley General de las Universidades de 1981 torna as universidades públicas de certa maneira auto financiadas. O Ensino Médio também é afetado, sendo transferido para as mãos dos municípios e não do Estado. A premissa de um governo neoliberal é cumprida e o Estado somente cumpre um papel simbólico, servindo como uma alternativa, no desenvolvimento da nação.

Nas décadas anteriores ao regime militar chileno, muitas universidades nutriam a esperança de uma espécie de reforma universitária no país. A ideia era criar um mecanismo de democratização e gratuidade do ensino superior no Chile. As universidades que aderiram ao movimento, entre elas a Universidad de Chile, queriam uma maior participação na vida pública do país, tornando-se parte do governo e esforçando-se para buscar uma modernização no setor. Essa reforma universitária foi duramente interrompida com o golpe militar chileno em 1973. O governo militar interveio na vida universitária e tinha o poder de demitir professores e caçar qualquer pessoa acusada de subversão. A herança que Pinochet deixou para os dias atuais ainda é extensa, já que praticamente enterrou a esperança de uma democratização no ensino superior chileno.

A mais antiga organização estudantil chilena é a Federación de Estudiantes da La Universidad do Chile, FECh, fundada em 1906 e que atuou diretamente em todos os segmentos e manifestações estudantis chilenas no

séculos XX e XXI. Desde o ano de 1907 que a FECh organiza movimentos estudantis como forma de contestação e protesto aos problemas sociais, priorizando as questões educacionais. Durante o período antes da ditadura militar, a organização atuava de forma legal nos segmentos estudantis, em especial trabalhando nas melhorias da Universidade do Chile, em Santiago, mas também lutava por melhorias em todos os segmentos da sociedade.

A ditadura militar chilena começou no dia 11 de setembro de 1973. Assim como no Brasil, os líderes estudantis da FECh foram perseguidos e a instituição fechada e condenada a clandestinidade. Seus líderes e ativistas foram chamados de terroristas e acusados de conspirar contra o governo. Para substituir a antiga organização, o governo criou a Federación de Centros de Estudiantes de La Universidad de Chile (Fecech). Essa organização era pró-ditadura e apoiava o regime militar e o governo de Pinochet. Era uma maneira de o governo ganhar apoio também dos estudantes, mas isso não aconteceu de forma massiva. A estratégia utilizada foi bastante alienadora e os antigos ativistas estudantis não permitiriam que a Fecech se desenvolvesse, a instituição se dissolveu no começo da década de 80. Entre as atividades da Fecech estava a promoção de atividades culturais e musicais para entreter os estudantes universitários e afastá-los das lutas.

Em 1979, foi organizado um congresso clandestino para se estabelecer as ordens da antiga FECh e contou com a participação de antigos líderes, pessoas contrárias ao governo, estudantes e dirigentes acadêmicos. O objetivo do congresso era reestruturar a FECh e ganhar adeptos, para que ela pudesse competir diretamente com a Fecech. Assim, a FECh voltou a suas atividades e começou a criticar duramente o governo militar e as propostas da ditadura em questões relativas a educação.

O grande ato do ressurgimento da FECh foi a greve geral da Universidad de Chile em 1987. O objetivo da organização era destituir o atual presidente da instituição, José Luis Federici. A greve atraiu milhares de pessoas, entre elas o corpo docente da Universidade, estudantes e funcionários. Foram dois meses de paralisação. Para a FECh, a greve geral de 1987 foi uma grande vitória política, já que forçou o governo militar a trocar o presidente, no lugar de José

Federici entrou Juan de Dios Vial Larraín. O atual reitor normaliza a situação, reincorporando antigos professores exonerados, mas sem atuar diretamente na questão da universidade paga, modelo seguido pelos seus antecessores.

Outra organização importante dentro do movimento estudantil contra a ditadura militar chilena foi a FEC, Federación de Estudiantes de La Universidad de Concepción, uma das maiores do país, fundada em 1920³. A FEC também foi fechada e condenada a clandestinidade após o golpe militar, mas manteve suas atividades durante os principais eventos de mobilização estudantil no país. A FEC contestava o modelo de ensino baseado na alienação dos estudantes priorizado e utilizado pelo governo militar. As principais atividades da organização, não só da FEC, mas como de outras, foi a utilização da cultura para atrair jovens contra o modelo de ensino empregado pela ditadura. A cultura foi utilizada como uma ferramenta transformadora e se apoderou de várias universidades chilenas. A atividade julgada subversiva pelo governo acontecia dentro das próprias universidades que promoviam concertos, peças teatrais, encontros, assembléias e discussões. Esse foi o passo inicial adotado pelos movimentos estudantis chilenos que andavam a sombra do governo e atraíam cada vez mais adeptos. Mais tarde, a FEC passou a agir mais duramente, abrindo diretórios e centros de alunos para lutar contra a ditadura militar.

Assim como no Brasil, os movimentos estudantis no Chile foram duramente reprimidos e vários estudantes e líderes estudantis foram perseguidos, torturados e mortos. As organizações estudantis chilenas, depois da abertura do regime e a redemocratização sofreram uma espécie de crise, como vamos abordar mais detalhadamente mais adiante. O legado de Pinochet ainda é combatido pelos estudantes chilenos e mobilizou o país no novo século, tendo como estopim a chamada Revolución Pinguina em 2006. A forte influência de ideais liberais impossibilitou o Chile de desenvolver um sistema educacional forte e aberto a todos de forma democrática.

³ Hoje, a FEC é uma das principais organizações estudantis no Chile, muito elogiada pela atuação dentro das reivindicações chilenas em prol da gratuidade do ensino público no país.

As lutas na Argentina

Como em todo país latino-americano afetado pela onda militar na segunda metade do século XX, a Argentina é um dos símbolos da luta estudantil no continente. Todo movimento e organização estudantil no país estiveram vinculados a quase todos os acontecimentos políticos na época. A ditadura militar no país começou no ano de 1966 e foi marcada posteriormente por uma repressão indiscriminada que acabou com qualquer instituição estudantil de protesto ao regime vigente.

Com a tomada do poder pelos militares, todos os partidos políticos e organizações estudantis foram dissolvidos. A repressão se torna, mais uma vez, o mecanismo de controle a qualquer atividade de protesto ao sistema ditatorial. Durante dois anos, 66 e 67, o movimento estudantil argentino se torna isolado e clandestino, trabalhando pouco e caminhando a uma possível estruturação. A repressão forte e o medo dos estudantes de serem perseguidos e mortos ditam as normas dentro das universidades e escolas públicas.

Novamente, o ano de 1968 simboliza um divisor de águas dentro do movimento estudantil. Na Argentina, foi o ano em que o movimento saiu da clandestinidade e começou a mostrar as caras, participando de manifestações em várias cidades como Córdoba e Buenos Aires, lugares onde as universidades estavam mais presentes⁴. As manifestações se destacam por unir outros setores da sociedade, como as classes operárias e profissionais liberais. Os estudantes se ligam a partidos de esquerda e o período de 1966-69 no país é marcado por debates entre os grupos estudantis e as organizações esquerdistas.

Nesse período, há um período de radicalização das ideias estudantis e difunde-se a teoria da luta armada como forma de combater o autoritarismo do regime militar. A violência agora é uma ferramenta de luta para fazer frente à

⁴ Como será abordado com mais detalhe ao longo do livro, a concentração de universidades públicas em algumas regiões afetou muito o desenvolvimento do movimento estudantil no país.

ditadura que se declarou perpétua no governo argentino. Ações urbanas eram influenciadas por ideais lenistas-marxistas presentes na Revolução Cubana de 1959. Entre os principais partidos, destaca-se o PRT, Partido Revolucionario de los Trabajadores que conseguiu muitos adeptos, entre eles vários estudantes universitários. A contribuição estudantil para esses partidos de esquerda na Argentina foi muito considerável, representando uma massa forte e de nível intelectual elevado de combatentes.

Outras ideias como a atuação política também entram como uma forma mais moderada de insurreição popular. Os adeptos da ideia faziam parte, em sua maioria, da cisão entre o Partido Comunista Revolucionário e uma fração estudantil. Esse partido descarta a guerrilha como forma de combate e começa a atuar mais na esfera política e de conscientização popular.

O ano de 1970 pode ser considerado um dos mais importantes na luta contra a ditadura militar argentina. Nessa época, surge o grupo radical Montoneros uma organização política e armada que representou importantes ações dentro da política argentina. Os Montoneros surgiram através da fusão de militantes estudantis com outros partidos das províncias de Córdoba e Buenos Aires. A ação inicial do grupo foi o assassinato do General Aramburu, em 1970, que ocupou a presidência do governo militar depois do golpe que derrubou Perón. O grupo tinha forte influência dos ideais peronistas e uma de suas bandeiras era a volta do caudilho no governo argentino, exilado na Espanha. O próprio Perón apoiava os Montoneros, e esse fator influenciou diversos estudantes universitários dentro do país. Nesse contexto surge a Juventude Peronista dentro das principais universidades que apóiam a atuação dos Montoneros e seus ideais. O fato mais estranho e curioso é que os estudantes se esqueceram dos traços autoritários de Perón nas duas últimas décadas, como eram jovens ou nem haviam nascido ainda, a atuação discreta de Perón dentro do contexto educacional e cultural era vaga para a massa estudantil.

Durante os anos de 72 e 73, a Juventude Universitária Peronista invade de vez as universidades e se torna a organização estudantil mais influente na Argentina. Grupos de esquerda se aliam a JUP para apoiar a insurreição

popular contra a ditadura. O governo militar dava mostras de um retrocesso e de um enfraquecimento que levaria a sua queda.

Em 1973, o peronismo volta ao poder e agora contando com o apoio de uma juventude radical forte dentro das universidades. Porém, com o passar dos meses, o governo peronista começa a evidenciar as incompatibilidades com as ideias dos Montoneros no campo da educação, o que deixa a ala estudantil descontente. Antes de qualquer intervenção estudantil, Perón faleceu um ano depois, em 1974. O período de 74 a 76 é marcado por um sangrento conflito envolvendo as duas faces do peronismo, o PRT e o Estado que solta seus grupos paramilitares reacionários, como a Aliança Argentina Anticomunista. Essas duas pontas aliadas à insatisfação popular causam uma profunda crise política no país.

Em 1976, uma nova intervenção militar começa na Argentina, desta vez mais repressora e brutal sem precedentes na história do país. São milhares de mortos, presos, desaparecidos e exilados. Grupos armados foram desmantelados, assim como organizações de caráter progressista. Era o fim do movimento estudantil no país na época, que não poderia oferecer qualquer tipo de resistência devido à brutalidade da repressão. Os movimentos começaram a ganhar força novamente apenas em 1982, quando o povo cansou de se calar e de tolerar a cruel ditadura argentina. Depois do desastre nas Malvinas, o inevitável aconteceu, as eleições foram novamente convocadas no país.

A questão principal - o panorama da educação

Como é possível notar nas descrições feitas de cada luta no período dos regimes militares, as organizações estudantis buscavam uma estrutura melhor de educação, em especial nos casos do Brasil e do Chile. O modelo empregado pelos regimes militares foi maléfico para estruturar uma educação de qualidade nos países afetados. A política educacional dos militares se restringiu, basicamente, a classe elitista e desfavoreceu os pobres, embora os discursos dos governos fossem completamente diferentes. É necessário

compreender as mudanças adotadas no período, já que algumas delas perduram até hoje e mobilizam os estudantes.

No Brasil, no período militar houve uma grande influência do governo nas universidades públicas, reitores eram demitidos, professores perdiam seus cargos e estudantes expulsos apenas por suspeitas de subversão. A Universidade de Brasília foi invadida e a ideia de uma instituição de ponta, a maior da América Latina, caiu por terra assim que as tropas do governo invadiram seus portões. O Conselho Federal de Educação, CFE nomeava reitores para assegurar sua influência dentro das universidades. No primeiro período, houve um exílio de grandes mentes brasileiras que foram acusadas de subversão. No período anterior a ditadura, o Brasil passava por uma fase fértil na educação, tendo nomes de prestígio como Paulo Freire, Fernando de Azevedo, Lauro de Oliveira Lima, entre muitos outros.

No início do regime, a insatisfação popular no Brasil com a educação superior crescia, devido a pouca quantidade de vagas, que criava excedentes de alunos que tinham notas suficientes para ingressar, porém não havia vagas o suficiente nas universidades. Assim, o vestibular classificatório foi criado como uma forma de sanar o problema. Porém, esse sistema que dura até hoje, ainda é duramente criticado pelos estudantes e educadores.

Entrou em vigor no Brasil, uma ideia de Reforma Universitária, no ano de 1968. Os militares queriam melhorar o problema da falta de vagas em Universidades, mas ao mesmo tempo não queriam que elas crescessem e caminhassem com as próprias pernas, uma vez que oferecia sempre o perigo de subversão. O Brasil passava por uma fase de grande desenvolvimento econômico e a entrada de capital estrangeiro no país fazia a demanda por profissionais habilitados crescer e isso exigia mais vagas nas cadeiras universitárias. O governo militar procurou ajuda de assessores norte-americanos e, de certa forma, dinamizou a estrutura acadêmica tendo como base modelos de outros países. O Estado procurava e discursava sobre uma ótica restauradora do ensino superior, mas minava o senso crítico e político das universidades, tornando-as quase como indústrias. Cursos técnicos foram criados visando à qualificação dos profissionais. A privatização do ensino

superior e a expansão de universidades privadas agiram de forma contrária ao discurso do governo. Os menos favorecidos economicamente não tinham acesso ao Ensino Superior e a Reforma Universitária contribuiu ainda mais para o agravamento da exclusão social dessas pessoas.

No Chile, a situação não foi muito diferente. O país conta hoje com seu setor educacional sucateado e é um dos mais desiguais do planeta. Durante a ditadura de Pinochet, os gastos com a educação no país foram reduzidos a metade. O custo da educação chilena hoje é um dos mais caros do mundo e isso reduz a possibilidade de ascensão social das classes trabalhadoras. Como foi abordada anteriormente a herança deixada pelo governo foi a municipalização do Ensino Médio e Fundamental, além do advento de normas, como a de 1981, que originou o caráter particular das universidades. Após a ditadura militar, o governo de coalizão socialista Concertación, propôs um acordo à população que vamos abordar com mais detalhes posteriormente no capítulo sobre a redemocratização. Esse acordo visava à inclusão de mais jovens ao ensino superior e isso de fato aconteceu, porém com uma série de problemas. A educação chilena hoje depende do que cada cidadão pode pagar por ela.

Na Argentina, nas últimas décadas, a educação foi massificada, mas com recursos muito pequenos. O número de instituições cresceu absurdamente, dentre elas aquelas de maior e menor qualidade. Segundo números do Conicet, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Universidad de Buenos Aires⁵, no começo da década de 80, metade dos jovens entre 15 e 19 anos chegava ao ensino médio, número bem maior que o do Brasil, que mal superava os 10%. A duração média da escolarização de um argentino era de 6,2 anos, enquanto que no Brasil era de apenas 3,4 anos. Porém, com o passar dos anos, essa massificação foi se deteriorando no país e a qualidade de ensino na Argentina decaiu muito. Embora os movimentos estudantis na época fossem mais correntes pelo viés político, a qualidade da educação esteve em pauta, só que com muito menos peso do que em países como Chile e Brasil. A deterioração do sistema

⁵ O Conicet é o principal organismo dedicado a promoção da ciência e tecnologia na Argentina. A pesquisa citada foi realizada no ano de 2002.

educacional argentino só começaria a dar mostras décadas depois, em meados dos anos 1990. O Ensino Superior na Argentina ainda continua forte no setor público com acesso e gratuidade, mas sofre concorrência da parte privada. A concentração de instituições educacionais ainda está muito concentrada nos centros Buenos Aires, Rosário e Córdoba. Até os dias atuais, a Argentina tenta buscar novos mecanismos de avaliação da qualidade das escolas e universidades, um dos grandes problemas no que diz respeito ao sistema educacional. A massificação oriunda do período militar incorporou muitas vagas e grande acesso da população, mas tornou-se uma armadilha com o passar dos anos.

II – As Organizações Estudantis no Período de Redemocratização

O período de redemocratização na América Latina se deu entre os anos de 1979 e princípios da década de 1990. Visivelmente desgastados e com a conjuntura internacional caminhando para um lugar oposto, os militares retornaram aos quartéis e deixaram os governos novamente nas mãos dos civis. No Brasil, depois do período do chamado “milagre econômico” que deu certa legitimidade aos militares, a economia brasileira no final da década de 1970 começou a estagnar. Esse fator, aliado a pressão popular, fez com que a ditadura militar acabasse no país e o povo exigia eleições diretas. Porém, naquele período, somente foram aceitas pelos militares e por setores mais conservadores as eleições indiretas. Na Argentina, depois do fracasso da Guerra das Malvinas em 1983, aliado ao fracasso econômico e as mobilizações de massa contra a ditadura, fizeram com que o país também deixasse de ser governado por militares. As denúncias da violência, representadas pela figura das Mães da Praça de Maio ajudaram a conscientizar a população do mal do reacionarismo do governo militar. No Chile, país que mais sofreu os males da tendência autoritária, a abertura política se estendeu até o começo da década de 1990, com passos lentos e implementando reformas liberais na economia.

Como os países eram jovens democracias, enfrentaram muitas dificuldades no começo até a consolidação dos governos. Endividamento, crises políticas, decretação de moratórias, inflações, entre outros fatores, fizeram com que o período ficasse conhecido como a Década Perdida na América Latina, tamanha a crise generalizada que se abateu sobre esses países. A ideologia neoliberal se espalhava pela Europa com o fim dos regimes socialistas. A América Latina endividada e sofrendo pressão do Fundo Monetário Internacional, precisava se inserir a qualquer custo na nova economia globalizada.

Neste capítulo, vamos analisar como a abertura política e o processo de redemocratização, aliados as crises econômicas e sociais interferiram nas organizações estudantis. Como elas se reestruturaram depois da clandestinidade e que caminho seguiram rumo a um novo século que surgia.

O novo período brasileiro

Regina Senegato⁶ era uma estudante de Comunicação Social da Universidade de São Paulo na época das Diretas Já. A estudante não tinha aspirações políticas, nem fazia parte do movimento estudantil, mas participou e engrossou o coro das passeatas que aconteciam em São Paulo. Seu foco estava mais na sua formação e pouco acompanhava o panorama político no país. Só que o apelo popular era tão grande, que a jovem se sentiu obrigada a participar daquilo. “Era um turbilhão e todos só falavam daquilo. Jornais, revistas, cantores, políticos de oposição, todos. Até quem não tinha interesse, ou não se sentia afetado pela ditadura militar, participou”. Assim como Regina e milhares de brasileiros que participaram da passeata naquele aniversário de São Paulo, 25 de Janeiro no Vale do Anhangabaú.

O movimento estudantil voltou às ruas para aumentar o coro das “Diretas Já” no ano de 1984. A participação estudantil no movimento foi fundamental. A UNE atuou em várias manifestações e intervenções no período, apoiando a candidatura de Tancredo Neves à presidência do Brasil. A entidade foi retirada da clandestinidade em 1985, quando o Congresso Nacional, aprovou o processo de Aldo Arantes, deputado e ex-presidente da UNE. As organizações estudantis agora podiam novamente se reestruturar no novo período brasileiro.

Com a volta a legalidade, a UNE voltou a se reestruturar e aos poucos foi reconquistando seu lugar prioritário na linha das organizações estudantis. Os diretórios centrais dos estudantes das universidades públicas, federais e estaduais, também podiam agora retornar a expor suas ideias sem medo de serem presos e repudiados. Os anos seguintes foram de crescimento para essas organizações.

O professor do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, em Bauru, Juarez Tadeu de Paula Xavier⁷ dirigiu o DCE da Pontifícia

⁶ Em entrevista realizada no dia 13/07/2012.

⁷ Em entrevista realizada no dia 18/08/2012.

Universidade Católica, PUC, na década de 1980 e depois trabalhou como diretor de comunicação da UNE. O professor conta que foi uma época privilegiada para o movimento estudantil se reorganizar. “O surgimento de partidos políticos era visível, pois a ditadura militar se abrandava aos poucos. Os conselhos organizados pelo DCE reuniam cerca de oito mil pessoas, todos queriam participar do novo período, só na PUC havia 19 tendências políticas diferentes, o pensamento mudava e se tornava mais democrático”.

A primeira eleição direta no Brasil após o período da Ditadura Militar ocorreu em 1989. Depois de décadas, o país agora podia eleger seu representante máximo. A candidatura foi marcada pelas figuras do eleito Fernando Collor de Mello e seu concorrente Luis Inácio Lula da Silva. A UNE se mostrou contrária a eleição de Collor, pois o candidato defendia uma postura neoliberal para salvar a economia do país. Segundo a entidade, a ideia de Collor seguia contra a corrente das reformas históricas defendidas pelos movimentos sociais. Mas a campanha do movimento estudantil contra o candidato não surtiu efeito e Fernando Collor assumiu a presidência do Brasil.

A partir daí, o novo presidente do Brasil cometeu uma série de atos corruptos que acabaram por levá-lo ao impeachment em 1992. O movimento estudantil foi predominante na manifestação que acabou de vez com o mandato de Collor no Brasil. Depois de diversas acusações de corrupção e após fragilizar a economia do país, a mobilização estudantil voltou às ruas de forma massiva e importantíssima no contexto histórico social brasileiro. Muitas passeatas aconteciam em diversas cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Eram milhares de estudantes, representados pela UNE e pela UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas que também se reestruturava depois da queda do regime militar. Ao longo do movimento, somaram-se as manifestações os partidos de oposição e descontentes com o governo. Os jovens que fizeram parte do movimento eram conhecidos como “caras pintadas”, pois pintavam nos rostos o verde e o amarelo da bandeira do Brasil. Embora a mídia na época tenha comparado o movimento dos caras pintadas com as revoltas de 1968, o ideal dos estudantes era diferente. Havia o descontentamento com o atual governo, mas os jovens só queriam o impeachment do presidente e, após conseguirem, o movimento se desfez.

Depois da queda de Collor, a era de Fernando Henrique Cardoso no poder começava. O movimento estudantil agora tinha novas reivindicações que iam contra o governo neoliberal de FHC. A pauta principal estava na melhoria do ensino público de qualidade e o fim das privatizações de patrimônios nacionais. O período foi marcado por pouco diálogo envolvendo o governo e as organizações estudantis. O governo FHC priorizava as instituições particulares de ensino e destinou pouca verba para universidades e escolas públicas. A UNE e a UBES protestavam contra o descaso do governo com a educação pública e a época foi marcada por atritos constantes entre funcionários, professores e estudantes de universidades federais e estaduais. A educação se tornou mercantilizada e as mensalidades em colégios e universidades particulares eram altíssimas, incompatíveis com a condição do brasileiro médio. As organizações também lutavam contra o sistema do Provão, adotado pelo governo para avaliar institucionalmente as universidades públicas. No período, houve um sucateamento do ensino público no país.

O novo período chileno

A ditadura militar chilena teve seu fim em 1990, quando Pinochet foi derrotado em um plebiscito e não conseguiu se firmar no poder por mais anos. O período após a ditadura foi marcado no Chile também por uma crise econômica um pouco mais branda se comparada ao Brasil e a Argentina. O período seguinte foi marcado pela ascensão da Concertación de Partidos por La Democracia, conhecida apenas por Concertación para os chilenos, que consistia em uma coalizão de partidos de centro-esquerda, formada pelo Partido por La Democracia, Partido Demócrata Cristiano, Partido Radical Social Demócrata e o Partido Socialista. Perdido o plebiscito, Pinochet convocou eleições e o candidato da Concertación, Patricio Aylwin saiu vitorioso com 55,2% dos votos válidos. Tinha início o primeiro dos 20 anos de governo da Concertación dentro da política chilena.

No tocante a educação, o governo da Concertación fez pouco para melhorar o panorama do sistema e a herança deixada pelo governo Pinochet. Em 10 de março de 1990, foi aprovada a Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza, LOCE, que na teoria mostrava que o Estado era o responsável por garantir a população todos os níveis de educação básica. Mas a LOCE só fomentou mais a criação de colégios particulares e aumentou os gastos particulares com a educação. Ainda vingava a ordem neoliberal do sistema educacional e os movimentos estudantis sofreram uma espécie de crise interna, com representantes pouco combativos e acomodados com o novo período. O governo chileno promoveu medidas que aprofundou o autofinanciamento, como o chamado “financiamento compartilhado” de escolas e universidades públicas. Nas universidades ditas estatais, cerca de 80% das verbas dependiam do autofinanciamento. O ensino público continuava a cobrar mensalidades que pesavam no bolso da população mais pobre. A educação chilena continuava marcada pela exclusão social de boa parte da população.

Enquanto isso, os movimentos estudantis tentavam se reorganizar dentro do novo panorama histórico chileno. A Federación de Estudiantes de La Universidad de Chile, FECh, sofria uma profunda crise interna que culminou na seu fechamento no ano de 1993. Os líderes da FECh não combatiam o neoliberalismo e o descaso com o ensino público e pouco se importaram com a revisão do sistema educacional deixado por Pinochet. Esses fatores, aliados a uma crise também no aspecto financeiro e administrativo, fizeram com que os estudantes deixassem a organização. Na eleição final, em 1994, a FECh foi abandonada por falta de quorum e pelo abandono das diretrizes e políticas. Outras organizações, como a FEC, Federación de Estudiantes de La Universidad de Concepción, também sofreram durante o período. Os dirigentes das organizações estavam apáticos e sem muita ânsia de lutas por melhorias. Somente nos anos seguintes, essas entidades começaram a se reestruturar novamente, dessa vez com mais força. A aparição de ideias de privatização em órgãos públicos dentro das universidades despertou o ressurgimento das organizações estudantis, que não podiam mais ficar paradas frente ao descaso do governo com a educação pública.

Em 1994, a FECh abre novamente suas portas com um novo presidente, Rodrigo Roco. A atitude inicial da organização foi organizar um Congresso Estudantil para elaborar novos estatutos e uma nova Declaração de Princípios para a organização. Feito isso, mais de 2000 estudantes marcharam rumo ao Palácio de La Moneda, sede do governo, para expressar o descontentamento com as atuais políticas educacionais no Chile. A manifestação foi marcada também pela aparição da FEC, engrossando o coro por melhorias. As manifestações continuavam dentro da capital Santiago nos anos seguintes. Em 1996, a FECh tomou a rádio da Universidad de Chile para protestar contra a sua privatização. Outros focos ocorriam em todo o país para protestar contra as políticas neoliberais do governo da Concertación.

A reestruturação do movimento estudantil se tornava mais visível e sua articulação estava mais desenvolvida em relação a outros períodos históricos. Em 1996, foi criada a CONFECH, Confederación de Estudiantes de Chile, o órgão máximo do movimento estudantil no país. Formada por mais de 36 organizações estudantis e encabeçada pela FECh, a CONFECH se torna a única organização estudantil em âmbito nacional. Nos anos seguintes, o movimento estudantil agora organizado nacionalmente começa a expor com maior amplitude seu descontentamento com as leis de educação e o sistema neoliberal. O movimento estudantil chileno seguia rumo ao novo século mais forte e com mais combatividade.

O novo período argentino

O processo de redemocratização na Argentina se deu no ano de 1983, com a eleição de Raul Alfonsín. O período militar chegava ao fim e os militares eram condenados por seus crimes, que levaram a morte de mais de nove mil pessoas na Argentina. Nesse período, a crise econômica assolou o país com uma inflação que crescia em níveis alarmantes e corroeu os salários da população mais pobre. Violência generalizada, saques, protestos e descontentamentos em todos os setores da sociedade eram comuns na época.

Em 1989, a Argentina começaria a passar por um momento de grande transformação com a eleição do peronista Carlos Menem, que adotara um discurso populista em sua campanha. O governo de Menem foi marcado novamente pela onda neoliberal, as privatizações ganharam força. O Estado passou a agir como coadjuvante, investindo menos em educação, saúde e habitação. A inflação começou a ser controlada com o Plano Cavallo, no qual o peso argentino passou a ter o mesmo valor do dólar.

A educação, como todo setor social, também sofreu com a crise. As escolas e universidades públicas sofreram um sucateamento e os recursos foram reduzidos a números muito baixos. Os movimentos estudantis argentinos, em especial os de Buenos Aires, Rosário e Córdoba, a partir de 1983, começam a se reestruturar e garantir mais representatividade dentro do país. Começa a se impor no país a expressão universitária da Juventude Radical, a Franja Morada, que engloba um grande número de universidades públicas na Argentina, conduzindo a Federación Universitaria Argentina, FUA, que havia sido desfeita durante o período militar⁸. A partir desse período que a organização começa a se tornar a principal, em âmbito nacional, no país. A Franja Morada defendia os princípios da democratização do país, era contra qualquer manifestação da ditadura no meio universitário e enfatizava a vigência dos direitos humanos na Argentina. A Franja Morada consegue o apoio e adesão de 50% dos estudantes no país. Outra organização que surgiu, embora em menor escala, com 15% de apoio dos estudantes, foi a Juventude Universitaria Intransigente, que lutava pelos mesmos objetivos, mas possuía outra visão política e estava ligada ao Partido Intransigente, uma ala mais esquerdista, que defendia o anti-imperialismo e a restauração de uma democracia longe do pensamento neoliberal. O movimento estudantil argentino começa não conservou mais a distância que possuía dos partidos, mas percebeu que a única maneira de influir na vida social é através de uma articulação com eles.

A Franja Morada ganhou mais força em 1989 quando venceu as eleições nas universidades, ganhando a representatividade dos estudantes no

⁸ Ver o excelente livro escrito por Pablo Bonavena, *El Movimiento Estudiantil Argentino: Historias Com Presente*, editora Paz e Terra, 1977.

governo. O movimento estudantil se concentrou na questão da autonomia universitária, uma das principais causas defendidas pela ala estudantil argentina. O neoliberalismo de Menem e o governo das privatizações agiam contra o sentido de educação pública de qualidade, embora ainda houvesse um acesso massivo de estudantes ao ensino superior. Porém, a qualidade do ensino se tornou precária com o passar dos anos, devido ao pouco investimento destinado a educação. A bandeira da Federación Universitaria Argentina nos anos seguintes, continuando com a representatividade da Franja Morada, focaria na questão da intervenção externa dentro do país. Os embates entre ideais de um partido ou outro, muitas vezes dificultaram o posicionamento do movimento estudantil unificado dentro da Argentina, mas as greves, manifestações e passeatas levavam os mesmos problemas ao público: a falta de recursos destinados a educação, carência de bons professores e condições de ensino melhores no ensino público argentino.

Parte II

O Movimento Estudantil do Novo Século

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht – Nada é Impossível de Mudar

I – Estrutura do Movimento Estudantil

No Brasil

No nosso país, a forma que mais representa o senso-comum da sociedade em geral da estrutura do movimento estudantil é aquela que liga os Centros Acadêmicos, os Diretórios Centrais, as Uniões Estaduais dos Estudantes e a própria organização máxima, a UNE, União Nacional dos Estudantes. Ao longo do tempo, esse modelo se consolidou e assim permaneceu durante um tempo, na época dos regimes militares até seu desmembramento e posterior reestruturação. Porém, no começo do novo século, a estrutura do movimento estudantil no Brasil vem sofrendo algumas alterações importantes para a compreensão da dimensão de suas lutas, como a implantação de secretarias, surgimento de espaços colaborativos, etc.

Apesar das mudanças, no geral, seu alicerce continua o mesmo. A rede se inicia nos Centros Acadêmicos das universidades e segue até a entidade máxima, a UNE. Ao longo do percurso, houve com o passar dos anos uma espécie de institucionalização das entidades, causando um processo de burocratização que está dificultando um pouco o acesso dos estudantes a instâncias superiores. O forte grau de hierarquização se consolidou no começo desse século e perdura até os dias atuais.

A atual rede tem a vantagem de ser reproduzida com muita facilidade. Se realizada com uma comunicação eficaz entre as diversas entidades, essa estrutura seria mais satisfatória. Basicamente, o movimento estudantil no Brasil hoje está ligado em quatro entidades: os CA, os DCE, as Uniões Estaduais dos Estudantes, UEE, e a UNE. Entidades fora da rede, como os coletivos, vêm surgindo ao longo do tempo, mas fora da rede estudantil propriamente dita.

A UNE organiza e administra as UEE, que são as ramificações da entidade em cada estado que representa. Dentro desses estados, existem as universidades com seus Centros Acadêmicos e seus Diretórios. Lendo isso, parece bem simples, mas não é. Se essa estrutura funcionasse com

articulação, a comunicação entre elas seria melhor e não seria alvo de constantes críticas por parte dos militantes.

Com o surgimento da onda neoliberal e a proliferação das universidades privadas, essa estrutura começou a sofrer alterações, já que o número de instituições de ensino participantes aumentou muito em pouco tempo. As universidades privadas começaram a desenvolver seus próprios Centros e Diretórios e se uniram a UNE. Obviamente, a entidade não poderia excluir instituições de ensino pelo simples fato de não serem ligadas ao Estado.

Com a dificuldade de articulação, os Centros Acadêmicos e Diretórios começaram a se organizar de sua própria maneira, realizando suas atividades sem a influência da UNE. Essas duas entidades estão mais presentes no cotidiano dos estudantes, uma vez que estão inseridas dentro do espaço das universidades. São elas que cuidam das questões de cada curso e de brigas mais específicas. O DCE passou a servir como um canal que unia as reivindicações dos Centros com as entidades máximas das universidades, reitores e pró-reitores. Isso tudo ficou muito restrito a esses locais. O papel das UEE ficou um tanto obsoleto, já que era seu papel o de unir as universidades dentro de um âmbito estadual. As políticas da UNE também são repassadas por intermédio das UEE para os Diretórios, mas isso não vem sendo feito devido à burocratização no meio do caminho.

Thales Carpi⁹, diretor do DCE da Universidade de São Paulo, explica um pouco sobre o funcionamento da entidade e sua ligação com organizações superiores: “O DCE Livre da USP funciona como uma entidade máxima de representação dos estudantes de graduação e pós-graduação, que visa promover debates que discutam a universidade, o ensino superior, a educação e a sociedade como um todo. Na minha gestão, tudo está acontecendo de maneira mais fluida e livre”.

Podemos notar na fala de Thales que, na prática, não há uma subordinação dos DCE em relação a entidades superiores. A oralidade é o principal meio de comunicação entre toda a rede. Isso causa um descuido na

⁹ Em entrevista realizada no dia 02/09/2012.

apuração de informações que muitas vezes não são repassadas e, quando são, as falhas são comuns.

A militante da UNE, Gilmara Dias¹⁰, analisa com outra óptica a questão, mas complementando a fala de Thales: “Eu como militante, pouco tenho acesso a UNE e seus dirigentes. Tem muita falha nessa rede, eu creio que ela pode ser vista como uma pirâmide onde a UNE está em cima e o resto embaixo. Aí a UNE tenta repassar suas ações para o pessoal de baixo, mas não consegue, pois não há uma via de mão dupla aqui. Existe muita falta de democratização dentro da própria UNE e, pelo que eu vejo, não está muito interessada em melhorar essa comunicação. Eu não condeno os DCE e os CA que agem praticamente sozinhos. Se você analisar bem, eles realmente estão sozinhos. O episódio com a USP em 2011, por exemplo, foi uma ação exclusiva dos estudantes da universidade. Se você me pergunta sobre as UEE? Sinceramente, eu não vejo muita utilidade neles. Não podemos deixar toda uma pauta de militância somente para um coordenador, todos nós temos que fazer isso, todos os estudantes precisam participar. Infelizmente, isso não é o que acontece”.

Como advertiu a militante, essa rede possui não só falhas de comunicação, mas também de organização. Alguns pensam que essa estrutura, por enquanto, é a mais aceitável, pois tem tido a capacidade de manter viva uma tradição no interior do movimento estudantil. Ela é de uma amplitude muito grande, composta por muitas entidades que passam pelos níveis estaduais, locais e federais.

A questão da hierarquização¹¹ da UNE é fundamental nesse capítulo. Apesar de ela ser abordada também em outro ponto, na questão da militância política dos estudantes, precisamos dar um espaço aqui para ela também. Com o depoimento de Gilmara e com várias outras críticas vindas de estudantes que vivenciam o movimento estudantil, vimos que não há uma comunicação recíproca entre as entidades. As bases da pirâmide não conseguem atingir ou influenciar a rede como um todo. Devido a essa discriminação, elas acabam

¹⁰ Em entrevista realizada no dia 09/09/2012.

¹¹ O termo vem de “hierarquia”, no contexto, comandada por alguém, ou um grupo, com mais influência, em um grau mais elevado na escala.

por agir sozinhas e realizar suas próprias atividades. Porém, quem acaba perdendo são elas, pois com uma integração mais forte, a influência delas dentro do espaço universitário seria maior. O número de militantes seria maior e as propostas teriam mais fundamento. Hoje, um membro do DCE expõe suas propostas ao reitor de uma universidade, mas sem respaldo ou ajuda da UNE. A estrutura vertical do atual movimento estudantil brasileiro precisa ser revertida. A democratização da UNE e uma nova estruturação tem sido alvo constante de debates entre estudantes de todo o Brasil.

A UNE está profundamente engessada e sua estrutura vertical não consegue ter uma operacionalidade que permita o diálogo. Perceber e atuar nas demandas do cotidiano estudantil é o objetivo da entidade máxima, mas isso não está acontecendo, por mais que surjam sempre muitas tentativas de melhora nesse ponto. As diretorias existentes acabam muitas vezes sendo inúteis, o que dificulta ainda mais a implantação de um trabalho amplo e coletivo. Aliás, a falta de comunicação dentro da própria entidade atrapalha todo esse processo. Existem hoje dentro da organização muitos cargos sem funcionalidade nenhuma, servindo apenas para contemplar alguns poucos grupos políticos.

Levando a questão por esse caminho, existe muita disputa dentro da própria organização. O choque de ideais políticos é frequente dentro da UNE e isso se reflete na disputa de cargos dentro da entidade. A UNE foi criada de modo a dar o mesmo espaço para todos os ideais e setores políticos, ou seja, foi baseada na proporcionalidade. Acontece que os setores minoritários dentro da organização não possuem influência alguma no que tange às disputas políticas existentes ali. Fazendo uma comparação, a UNE hoje segue o mesmo modelo dos sindicatos de décadas atrás, possui uma estrutura arcaica, com um presidente que não consegue ter nenhuma representação e com diretorias sem funcionamento nenhum. O conteúdo das propostas também sofre muita influência política e muitas ficam engavetadas por disputas internas dentro da organização.

O atual presidente da UNE é o carioca Daniel Iliescu, de 26 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

UFRJ. A votação para presidente da UNE é realizada por meio de um congresso que reúne vários estudantes, mas é na etapa preparatória, onde a entidade coleta votos de várias universidades, que o presidente é eleito. Esse é um dos únicos serviços realmente eficazes da UNE, já que na última eleição, a abrangência foi grande: 97% das universidades brasileiras, públicas e privadas, participaram das votações¹².

Voltando a questão das diretorias, a UNE hoje possui 71 diretores e mais 13 que cuidam da área executiva da entidade. A pergunta que se faz é: por que tantos diretores? Existem muitas sem funcionalidade nenhuma. Os 13 que cuidam da parte executiva geralmente são ativos, participam dos congressos da entidade e muitas vezes se encontram para discutir projetos educacionais. As críticas giram mesmo em torno dos 71, que raramente se encontram e não há um evento que consiga reunir todos. Por exemplo, há um diretor de esportes, diretor de comunicação, diretor cultural, etc. Só que propostas sobre esportes, por exemplo, os atuais militantes nunca viram.

Exibidas as críticas sobre as fragilidades da estrutura do movimento estudantil, é o momento de expor seus pontos fortes. Afirmamos que a estrutura não tem dado conta de se articular, de se comunicar, de se inserir dentro do cotidiano dos estudantes. Vimos que as disputas políticas impedem que o movimento se repense e que novas pautas sejam postas em prática. Mas nem tudo está deteriorado dentro dessa estrutura.

Não seria justo colocar toda a peso da falta de comunicação do movimento em cima da UNE. A aspiração da maioria dos militantes e dos estudantes é que a organização consiga atingir todas as salas de aula do Brasil, mas isso não pode ser feito por uma só entidade. A estrutura foi criada para facilitar esse processo e houve um avanço sim na democratização e abrangência do movimento estudantil em todo o país. Antigamente, a UNE ficava restrita somente em algumas regiões, sobretudo a Sudeste, onde as grandes faculdades estavam inseridas.

¹² Dados do site da UNE: www.une.org.br

Parte da culpa da falta de comunicação vem das UEE, dos DCE e dos CA. Se essas organizações começarem a agir sozinhas, é obvio que a coisa vai desandar, pois um elo da rede já vai estar quebrado. Como vimos na fala dos militantes acima, isso está acontecendo. A comunicação tem que ser recíproca. Por exemplo, se uma UEE não participar da rede, todas as universidades do estado já vão estar comprometidas.

Mesmo aos trancos e barrancos, muitas conquistas têm sido realizadas pelo movimento, como o coro para a questão das cotas, protestos contra abusos ambientais, cobranças de projetos educacionais do governo, etc. Muitas vezes, lendo os argumentos contra, pensamos que é inútil o movimento estudantil atual brasileiro, mas não é. Ele se sustenta por si mesmo com essa estrutura, sem precisar se reportar ao governo ou pedir ajuda a outras organizações sociais.

Vale abrir um parêntese aqui, já que essa sustentação é contestada. A questão financeira é um dos pontos críticos mais destacados pelos militantes. Muitas diretorias não possuem participação efetiva, pois não possuem verba o suficiente para atuarem. Basicamente, a coisa funciona assim, a UNE não garante estrutura financeira e de funcionamento para nenhuma de suas diretorias, ela transfere a responsabilidade de arrecadação para cada grupo político em seu interior, alegando que assim está fortalecendo a presença dos mesmos nos corredores da entidade. Aí gira o problema, os grupos políticos é que escolhem ou não se vão assumir uma postura de financiamento para desenvolver um projeto efetivo dentro da organização.

Gilmara fez parte da Diretoria de Mulheres da UNE¹³, que visa discutir o papel das jovens mulheres dentro da sociedade brasileira, e contou um pouco sobre a questão do financiamento dos projetos: “A verba vai para as executivas, que comandam a entidade e só. Eu mesma nunca recebi nada. Passagem para viagens em congressos, eu tirava do meu bolso e minhas colegas faziam isso também. A minha diretoria era minoria e a minoria não tem voz dentro da UNE. As diretorias que são majoritárias controlam tudo e só

¹³ A Diretoria de Mulheres da UNE foi fundada em 2003.

passam informes para nós sobre o que está acontecendo e o que vai acontecer”.

Podemos notar, com a fala da militante, que os grupos majoritários possuem o poder de representatividade e influência dentro da organização da UNE. Um dos problemas a ser enfrentado pela organização gira em torno disso, uma maior democratização dentro da entidade. Se por um lado a UNE conseguiu atingir grande parte do território brasileiro, de outro ela se perdeu dentro de suas próprias paredes. É importante que se faça uma ampliação do diálogo para facilitar as consultas e as decisões dentro do movimento estudantil.

Mas como foi mencionado acima, nem tudo é problemático dentro da entidade. A organização criou espaços de inserção que são acessíveis a muitos estudantes. Neles, os alunos podem ter uma intervenção mais direta, o que de fato está acontecendo. Podemos enumerar quatro: o Congresso da UNE, CONUNE, o Conselho Nacional de Entidades Gerais, CONEG, o Conselho Nacional de Entidades de Base, CONEB, e a Bienal da UNE, esta última que será abordada mais detalhadamente em outro capítulo.

O Congresso da UNE é o maior encontro do movimento estudantil dentro do território brasileiro. Realizado de dois em dois anos, o congresso consegue mover estudantes de todo o país para discutir os rumos que a entidade deve tomar, as militâncias que devem assumir e também para eleger novas diretorias para a organização. O CONUNE continua, mesmo com toda a estratificação hierárquica do movimento, sendo o espaço mais expressivo de discussão de ideias e também o mais divulgado pela imprensa brasileira. Muitas personalidades políticas, culturais e sociais fazem parte do congresso.

O Conselho Nacional de Entidades Gerais, também organizado pela UNE, envolve todos os diretórios e centros acadêmicos do Brasil. Esse encontro é mais frequente, geralmente acontece duas vezes por ano, em média. Depois do Congresso da UNE, esse consegue ser o mais satisfatório e eficaz quando a questão é colocar em pauta os problemas do movimento e tentar encontrar maneiras de solucioná-los. No Conselho Nacional de

Entidades Gerais sempre surgem discussões sobre a formulação de políticas pelo movimento estudantil, pautas, etc.

Já o Conselho Nacional de Entidades de Base envolve também os diretórios acadêmicos do país, mas não possui uma periodicidade certa como o Conselho Nacional de Entidades Gerais. Geralmente acontece quando há um conflito entre diretorias dentro da UNE, servindo como uma maneira de aumentar a comunicação entre as partes da rede. Porém, o CONEB tem sido pouco utilizado, nos últimos anos, pela organização.

Nesses eventos, com o passar dos anos, pautas atuais entraram em discussão. O aspecto simbólico e cultural dos Congressos foi realçado pela UNE, que conseguiu atrair uma gama maior de estudantes para os eventos. Além dos espaços acima citados, outros eventos organizados pela UNE existem como a reunião da diretoria plena, composta por todos os diretores e a reunião da diretoria executiva, composta pelos 13 majoritários.

Os eventos, ainda que com algumas limitações, servem como pontos de comunicação e organização do movimento estudantil brasileiro, organizado pela UNE. Porém, essa estrutura atual ainda requer muitas modificações para propiciar um intercâmbio maior entre todos os pontos da rede. Obviamente, o que foi descrito nesse capítulo é a espinha dorsal do movimento estudantil no Brasil, pois existem muitas organizações independentes que debatem questões específicas e possuem suas próprias estruturas. O que precisa ser feito pelo movimento estudantil clássico brasileiro é uma democratização maior de ideias, via a criação de mais espaços, como coletivos de estudantes, ponto que será abordado mais detalhadamente em outro capítulo.

No Chile e Argentina

No Chile, a organização maior que engloba todas as principais é a Confech, Confederação dos Estudantes do Chile, traduzindo do espanhol. É a única organização estudantil no país de âmbito nacional e possui dez anos de

história, sendo criada quando as primeiras manifestações começaram a ganhar as ruas de Santiago.

Dentre todas as organizações estudantis que fazem parte da Confech, podemos destacar as principais: FECh, Federação dos Estudantes da Universidad de Chile, Feusach, Federação dos Estudantes da Universidad de Santiago, FEC, Federação dos Estudantes da Universidad de Concepción e Feut, Federação dos Estudantes da Universidad de Tarapacá.

São inúmeras universidades, públicas e privadas que compõem a Confech. Todas as federações das universidades são democraticamente eleitas e os representantes de cada uma participam ativamente das reuniões da Confech.

Na atual situação chilena, com o movimento estudantil ainda muito forte na questão da luta por reformas educacionais, a Confech vem ganhando espaço não só no espaço das lutas estudantis, mas na política do país. Como não tem uma história antiga como a UNE no Brasil, a Confech está engatinhando para conseguir seu espaço dentro do cenário social do Chile e está conseguindo. A rede que integra a Confech é muito bem elaborada e democrática.

As decisões da Confech são feitas de forma horizontal, em plenárias abertas a todos realizadas periodicamente. Os diretores de cada federação participam e expõem suas ideias e resoluções vindas da base do movimento estudantil. Cada federação que compõe a Confech possui um voto que é exposto por um representante formal eleito dentro de cada federação. A coordenação da Confech é composta por oito federações eleitas de forma democrática no começo de cada ano. Além disso, trabalha de forma colaborativa com a Confech, a Coordenadoria dos Estudantes Secundários, Cones.

A maior organização que compõe a Confech é a FECh que atua diretamente na mesa executiva há vários anos. Segundo a organização, a estrutura serve basicamente como exemplo para estruturas das demais organizações: “as organizações no Chile seguem todas as mesmas diretrizes,

mesmo porque no atual momento se uma se desligasse da estrutura, complicaria o andamento das manifestações. Todas são democráticas e todos os membros são eleitos pelos próprios estudantes da universidade. Hoje, a FECh conta com uma diretoria de cinco membros que comandam a organização. Além da diretoria principal, existe também um Conselho de Presidentes dos Centros de Estudantes, que serve para unir todos os cursos com a FECh. Assim, a coisa fica bem organizada e todos tem chance de participar do movimento”.

A estrutura segue assim: cada curso possui um Centro de Estudantes, que por sua vez são representados por presidentes, que fazem parte do Conselho de Presidentes da FECh. Os problemas são levados diretamente para a FECh, que é incumbida de resolvê-los. A diretoria é a responsável por ouvir as propostas dos estudantes. A Conftech só é acionada caso haja algum problema de maior gravidade ou de âmbito maior. Os problemas da universidade são resolvidos ali mesmo.

“Todos os alunos devidamente matriculados na universidade já fazem parte da FECh, pois já possuem poder de voto. Os Centros de Estudantes determinam sua maneira de atuar dentro do esquema, eles têm liberdade para isso, desde que estejam ligados a FECh e não saiam do planejado. A fiscalização é realizada pelos próprios Centros de Estudantes e também pela diretoria da organização”, afirmou a organização.

Também todos os cursos fazem parte da FECh e possuem liberdade para criar suas pautas e reivindicar suas ideias. A liberdade que os Centros possuem faz com que a coisa flua mais naturalmente, sem ter uma fiscalização e subordinação muito acentuada.

Assim, a rede estudantil chilena funciona. Multiplique essa estrutura por um número grande de universidades, cerca de 30, e chegará a Conftech. Obviamente, essa rede possui suas limitações, nem sempre todas as universidades conseguem ascender e chegar à mesa diretiva da Conftech, pois as mais tradicionais sempre estão lá, como a Universidad de Chile e a Universidad de Santiago de Chile. Mesmo assim, a estrutura vem dando

grandes resultados, mostrados na organização das manifestações de 2011 e 2012.

Na Argentina, como foi abordado em capítulos anteriores¹⁴, a organização que conta com o apoio de quase todas as universidades no país é a Franja Morada, nascida em 1967 e que carrega os ideais da Reforma Universitária Argentina de 1918, com tendências de centro-esquerda. Essa reforma criou a FUA, Federação Universitária Argentina, que representa um milhão e meio de estudantes universitários argentinos. A Franja Morada conduz a FUA desde 1983, com alguns períodos de separação. Porém, a maior representação da FUA continua sendo a Franja Morada.

As federações das universidades argentinas compõem a FUA, sendo a Universidad de Buenos Aires, UBA, a mais numerosa. Como nos países acima citados, as federações possuem ramificações como o Centro de Estudantes, que são, de certa maneira, subordinados as federações. Todas as decisões são tomadas e realizadas de forma democrática, com votos dos estudantes membros das organizações e dos centros de estudantes.

A Franja Morada é uma organização oriunda da União Cívica Radical, UCR, e vem comandando a FUA em sua totalidade. Outros partidos que compõem a organização são a Juventude Universitária Peronista, JUP, Movimento Nacional Reformista, o Partido Obrero e a Frente Popular Darío Santillán. Essas correntes nunca conseguiram chegar a presidência da FUA, mas possuem considerável importância dentro da organização.

O problema da estrutura do movimento estudantil argentino é o constante conflito entre tendências políticas, o que atrapalha o andamento de algumas pautas principais. Como a FUA permite a entrada de muitas tendências, como as acima citadas, o conflito entre ideias é inevitável. Quando uma pauta é discutida, o embate é constante, e muitas vezes ela não é realizada, pois não possui a quantidade suficiente de votos.

A estrutura consegue ser democrática e abranger um grande número de estudantes, em especial nas áreas universitárias mais importantes, como

¹⁴ Ver capítulo: As Organizações Estudantis no Período de Redemocratização.

Buenos Aires, Córdoba e Rosário, mas deixa de lado outras áreas onde as universidades também estão presentes. Além disso, há uma desigualdade em relação a Universidad de Buenos Aires com outras universidades, já que a principal universidade do país consegue ter um número de votantes maior do que as demais. Assim, o controle da FUA ainda está restrito a Franja Morada e a Universidad de Buenos Aires.

A Organização Continental Latinoamericana e Caribenha dos Estudantes

Para organizar todas as entidades estudantis da América Latina, foi criada em 1966, a Organização Continental Latinoamericana e Caribenha dos Estudantes, OCLAE, o órgão máximo do movimento estudantil na América. Atualmente, a OCLAE reúne mais de 30 federações de estudantes de 23 países do continente e possui assento consultivo na ONU, participando do Instituto Internacional da Unesco para Educação Superior na América Latina e Caribe, lesalc.

O papel da OCLAE é importante para ditar os rumos da militância estudantil no continente. Em 2009, a organização desempenhou um papel importante na Conferência Mundial de Educação, realizada em Paris, na França. A organização foi criada em um momento delicado do contexto histórico internacional, na época da ascensão das ditaduras militares. O papel da OCLAE, na época, era limitar a interferência norte-americana na educação dos países afetados pelos regimes ditatoriais¹⁵.

Hoje, a organização é responsável pelo Congresso Latinoamericano e Caribenho dos Estudantes, CLAE, que reúne várias organizações estudantis no continente, como a UNE e a Confech, e também professores, autoridades, reitores, ministros e estudantes em geral. O Congresso é um importante fórum para discutir os rumos da educação do continente. Pautas como regulamentação do ensino privado, fortalecimento da educação pública e mobilidade acadêmica são constantemente discutidos durante o evento.

¹⁵ Segundo o documento de criação da organização, datado de 11 de agosto de 1966.

II – O Movimento Estudantil e Questões Sociais no Brasil

Neste capítulo, abordaremos o papel do movimento estudantil em relação a vários segmentos da sociedade brasileira em geral nos tempos atuais. Quando falamos sobre movimento estudantil, a questão da educação sempre surge como a principal abordada pelas entidades e nas manifestações de estudantes. Ainda existe um pensamento muito enraizado sobre isso, que remete aos tempos do regime militar. Com a redemocratização brasileira e o surgimento de novos movimentos sociais, as organizações estudantis começaram a procurar e articular novas áreas de atuação.

Os principais movimentos estudantis atuais possuem várias outras propostas, em muitos outros cenários sociais, que são pautas frequentes nos debates e reuniões das organizações. Veremos no decorrer das próximas páginas, algumas dessas questões, que estão separadas de acordo com a área de atuação. Pouco conhecidas pelo grande público em geral, esse capítulo é bem pertinente para que possamos conhecer melhor as novas lutas da classe estudantil. As áreas abordadas foram escolhidas de acordo com sua importância na atualidade, que são: gênero e diversidade sexual, cotas e racismo, reforma agrária e movimentos do campo, saúde pública, direitos humanos e memória nacional e periferia.

A questão dos gêneros

Nas últimas décadas, a questão da diversidade sexual foi sendo incorporada pelo movimento estudantil brasileiro. Com o surgimento de novas técnicas de articulação, como as redes sociais, esses grupos começaram a se mobilizar, atraindo muitos seguidores que se identificaram com a pauta. Conseguiram, com o passar do tempo, colocar como centro uma pauta que era periférica nas discussões estudantis e que se mostra atual no contexto do século XXI.

Esses grupos, chamados aqui de coletivos, ainda possuem uma frágil institucionalização¹⁶, mas estão inseridos dentro da rede estrutural do movimento estudantil brasileiro na atualidade. Nessa ideia, podemos destacar tanto aqueles que possuem ideais feministas, como outros que possuem ideais visando o respeito à diversidade sexual.

No caso do movimento estudantil feminista, as estudantes começaram a se articular já na década de 1980, tentando pautar campanhas de participação mais expressiva das mulheres nas entidades estudantis. As mulheres, mesmo sendo muitas dentro do espaço universitário, ainda são poucas dentro do comando das organizações de estudantes.

No caso da diversidade sexual, os militantes mais atentos ao tema começaram a pensar em uma articulação maior quando o assunto começou a ser abordado com mais liberdade pela sociedade brasileira. Esse coletivo é mais recente, pois o assunto realmente começou a ser abordado pela opinião pública em meados do início deste século, basta conversar com alguém que viveu na época. As pautas abordadas por esses coletivos reclamam a visibilidade e existência de políticas públicas que atendam as demandas relacionadas à preferência sexual e diversidade. Defendem, no meio universitário, vários direitos das minorias sexuais.

Primeiramente, abordando a questão do movimento estudantil feminista, esse coletivo teve muito apoio dos diretórios e centros acadêmicos das universidades, o que impulsionou uma institucionalização do grupo. Na edição do Congresso da UNE em 1993, a questão feminista começou a ser abordada com mais zelo pela entidade máxima estudantil. No mesmo ano, foi organizado o Encontro de Mulheres Universitárias, que criou mecanismos de discussão da pauta dentro dos congressos da UNE.

As propostas expostas dentro do Encontro foram: a implementação no currículo dos cursos sobre questões que tratem sobre o gênero; participação das entidades estudantis em campanhas contra a violência contra a mulher;

¹⁶ O termo “frágil institucionalização” significa que a representatividade da diretoria ainda não é totalmente satisfatória, pois não possui uma estrutura fixa e temporal.

pela maior participação das mulheres na diretoria das organizações estudantis e a criação de creches para atender as mães universitárias¹⁷.

Com esse avanço, o movimento feminista estudantil começou a ganhar força com as jovens estudantes, porém ainda possui pouco apelo com o público em geral, a temática feminista não é constantemente abordada nos congressos atuais, sendo esporádica a participação da Diretoria de Mulheres da UNE. Gilmara Dias¹⁸, ex-integrante da diretoria e militante da UNE, conta um pouco sobre esse problema: “O espaço na política ainda é masculino e na UNE a mesma coisa. Não adianta. Estamos vendo uma mulher presidente e tudo o mais, isso já é um grande avanço, mas a política de organizações assim continua sendo muito machista. Quando eu fazia parte da Diretoria de Mulheres, há alguns anos, as discussões ficavam restritas as nossas reuniões e nos congressos só as mulheres participavam dos nossos debates. Não é porque está escrito ‘Diretoria de Mulheres’ que os homens não podem participar, eles não entendiam isso. Eu penso que a mulher continua sendo educada para o espaço privado e só. É muito mais difícil uma mulher ocupar um espaço de chefia, ou diretora, do que o homem. Quando ela ocupa, sempre surge o preconceito que a desqualifica, que caminha para o lado mais sexual, sendo tratada como um enfeite ou um objeto que sempre, sempre mesmo, representa um apelo sexual apenas”.

O depoimento da militante mostra que ainda há muito preconceito sobre a questão de gênero dentro das organizações estudantis. Porém, a conquista das mulheres dentro da UNE e das organizações estudantis de base não deve ser desmerecida, pois teve muito impacto. Em 2001, no Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, militantes de todo o país organizaram uma plenária de mulheres onde foram debatidas as questões relevantes sobre o tema.

Embora seja debatida nos congressos, a frágil institucionalização e a falta de apoio por parte das entidades enfraquecem o movimento feminista estudantil. A existência de práticas machistas dentro das organizações dificulta a entrada de mulheres em cargos mais altos.

¹⁷ Segundo o site www.mulheresnaune.blogspot.com.br

¹⁸ Em entrevista realizada no dia 09/09/2012.

Outro grupo que age em parceria com o grupo feminista do movimento estudantil é o coletivo LGBT, sigla que significa “Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros”. Esse grupo dentro da UNE ainda é recente, tendo sido fundada a diretoria alguns anos atrás, por iniciativa de um grupo de estudantes. A lógica do grupo é muito semelhante à dos grupos feministas, pois introduziram na agenda do movimento questões relativas ao gênero e a diversidade sexual. Iniciaram suas trajetórias exigindo das entidades estudantis apoio e visibilidade sobre o tema.

Em 2011, a pauta sobre diversidade sexual realmente veio à tona no Congresso da UNE. Mesmo com anos de existência, a diretoria LGBT nunca havia conseguido colocar em pauta a questão. Na edição de 2011, a pauta foi abordada, dando ênfase a temas políticos e também sobre preconceito e educação dos jovens. Foram dois dias seguidos de debates sobre a diversidade sexual na universidade.

A diretoria LGBT da UNE comenta os novos avanços a serem seguidos pelo movimento: “temos muito que avançar, é fundamental que o movimento estudantil esteja ligado nesses debates e a UNE tem o dever de disseminar a luta entre a juventude e a sociedade brasileira em geral. É fundamental também que a UNE tenha uma opinião sobre a questão da homofobia que afeta a sociedade brasileira. No âmbito educacional é muito frequente esse preconceito, que afeta muitas classes, desde a educação infantil até a universidade. Uma ideia antiga que precisa ser combatida por todos nós, inclusive pelo movimento estudantil”.

Como esse coletivo ainda engatinha, a institucionalização ainda é fraca, semelhante ao coletivo feminista. Hoje, essas duas diretorias contam com uma secretaria na UNE que apoia o grupo institucionalmente. Porém, ainda falta uma maior integração de toda a militância para que questões como essa sejam mais priorizadas dentro dos debates estudantis.

A questão das cotas

As cotas sempre foram tema de muitos debates dentro do movimento estudantil. Leis que facilitavam o acesso das classes mais pobres, índios e negros às universidades públicas brasileiras eram bandeiras defendidas pelo movimento estudantil há muito tempo. Mesmo assim, a conquista é recente e vem expandindo com o passar dos anos, fruto também de uma extensa luta estudantil.

Mesmo já existindo no Brasil, as cotas estão se expandindo. No dia 29 de agosto de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei de cotas, que garante metade das vagas de universidades federais para alunos vindos de escolas públicas ou negros. A medida visa diminuir a desigualdade social dentro das universidades, já que a grande maioria dos alunos dessas universidades veio de escolas particulares, e deve ser posta em prática até o ano de 2014. Mas a lei não foi aceita por todos, ainda gera muita controvérsia por parte de outros grupos dentro do próprio movimento estudantil.

Um exemplo, militantes estudantis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul criaram o Movimento Contra as Cotas, que promove debates sobre a questão dentro da universidade. Os argumentos utilizados pelos estudantes contrários giram em torno da questão racial, da falta de vagas e da precarização do ensino superior no Brasil. A questão racial é a mais debatida, o grupo argumenta que isso só estimula o racismo dentro das salas de aula. Segundo o Manifesto Contra Cotas, escrito pelo grupo em setembro de 2012, o governo buscou essa solução paliativa para sanar o problema da falta de vagas em universidades públicas brasileiras, outro argumento utilizado pelo movimento.

Os argumentos mostram que a questão ainda gera muita controvérsia. Em uma sociedade mestiça como o Brasil, como afirmar que alguém é branco ou negro? Em 2007, um episódio peculiar aconteceu em um vestibular para ingresso na Universidade de Brasília, UnB. Dois irmãos gêmeos, univitelinos, filhos de pai negro e mãe branca, inscreveram-se como candidatos do sistema

de cotas. Após a entrevista, somente um deles foi considerado negro e conseguiu a vaga, o outro não. Houve enorme repercussão na imprensa e a pressão fez a universidade rever a decisão tomada.

Mas a maioria do coro estudantil é favorável as cotas, principalmente nos movimentos estudantis ligados a universidades públicas. A própria UNE apoia totalmente a nova lei de cotas, fiscalizando sua aplicação em todo o território nacional. Logo que a lei foi sancionada, em setembro de 2012, um encontro da diretoria executiva da UNE com o ministro da educação Aloizio Mercadante foi realizado em Brasília para debater sobre a execução da lei. Depois da reunião, no site da organização, o presidente da UNE, Daniel Ilescu, afirmou categórico: “é uma conquista que vai mudar a realidade do ensino superior brasileiro e, portanto, mudar a realidade do Brasil”.

O professor e coordenador do curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Juarez Xavier¹⁹ é a favor da implantação de cotas. Juarez possui uma linha de pesquisa baseada na herança africana em instituições educacionais e na formação do indivíduo e quando indagado sobre a nova lei, o professor foi categórico. “As cotas ajudam, e vão ajudar ainda mais, a democratizar o espaço universitário. Hoje o que vemos nas salas de aula das universidades é uma concentração muito grande do mesmo tipo de estudante, são todos muito parecidos, com o mesmo pensamento, há uma diversidade muito pequena nas classes. As cotas são uma solução imediata para o problema da educação pública no Brasil e tem que ser implantada em sua totalidade”.

O argumento do professor é válido, facilmente verificado por dados. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2008, a porcentagem de jovens brancos com mais de 16 anos que haviam frequentado universidades em 2008 era 60,8% do total, enquanto o de negros e pardos era de apenas 28,7%. Isso mostra que o ensino superior ainda é um retrato de desigualdades sociais e raciais. Porém, o modo como a sociedade e o governo tratam a questão, seja pelo sistema de cotas ou outra política, ainda não é consenso para a sociedade brasileira.

¹⁹ Em entrevista realizada no dia 18/08/2012.

Os grupos estudantis que são favoráveis a questão das cotas raciais e sociais, recebem apoio de organizações como a Coordenação Nacional de Entidades Negras, CONEN, da União de Negros pela Igualdade, UNEGRO e da Comissão Técnica de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, CADARA²⁰. Todos esses grupos participam de encontros realizados pela UNE quando o assunto é cotas e ações afirmativas.

A questão da reforma agrária

Poucas pessoas sabem, mas o movimento estudantil brasileiro tem uma longa tradição no apoio às lutas dos trabalhadores sem-terra, com histórias e protestos que remontam desde a década de 1960. Já abordamos no primeiro capítulo, o quanto essa década foi importante para as lutas estudantis no Brasil e uma das pautas principais era a luta pela terra, assunto frequente entre grupos de esquerda da época. Muito citada em músicas e poesias de protesto, a questão da reforma agrária era muito abordada nas salas de aula. Na época da ditadura militar, com a UNE e as organizações estudantis condenadas a clandestinidade, esses movimentos deixaram de existir. Porém, na década de 1980, com a abertura democrática e a reestruturação dos movimentos estudantis, o tema voltou a ser debatido. Renasceu a luta pela reforma agrária no Brasil, surgindo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST. Os estudantes militantes da causa criaram vínculos de luta e organização com movimentos no campo, principalmente o MST.

Os cursos voltados à área de agrárias (Agronomia, Zootecnia, etc) foram os principais protagonistas do movimento estudantil pela reforma agrária. São realizadas diversas experiências de extensão universitária que debatem o tema. Uma delas é o estágio de vivência²¹, onde os estudantes são inseridos dentro do espaço do agricultor e se comprometem com as suas lutas. Os

²⁰ O CADARA é uma importante organização nesse sentido, sendo instituída em 28/12/2005.

²¹ Nair Casagrande, professora e pedagoga da Universidade Federal da Bahia, possui importantes trabalhos sobre o estágio de vivência e movimentos do campo. O principal é “O papel do Estágio de Vivência para a formação universitária, no qual Nair discute a experiência do I Estágio no MST, realizado em 2000.

responsáveis pela criação e divulgação desses espaços são a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB; a Executiva²² Nacional de Engenharia Florestal, ENEF; e a Executiva Nacional de Medicina Veterinária, ENEV. O estágio de vivência possibilita a formação de uma consciência crítica nos estudantes.

A UNE apoia a questão da reforma agrária no Brasil e, juntamente com a Coordenação dos Movimentos Sociais, CMS, a FEAB e as Executivas citadas acima, criou o ENETERrA²³, Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária. Esse evento é um espaço de formação e de articulação entre os movimentos sociais e estudantis para a realização de ações que referem à reforma agrária e outros temas, como o trabalho e política. Os alunos que realizam e realizaram o estágio de vivência no campo se encontram no ENETERrA para expor suas experiências e compartilharem ideias.

Podemos observar que os movimentos estudantis vêm apoiando com representatividade a questão da reforma agrária no país, mais investimentos na agricultura familiar e sustentabilidade nas lavouras, vivenciando o cotidiano dos trabalhadores rurais.

A questão da saúde pública

No período de redemocratização no Brasil, os movimentos estudantis começaram a se reestruturar e procurar novas formas de atuação. Nessa época, as organizações encabeçadas pela UNE começaram a observar com mais atenção a interlocução com movimentos de saúde. A UNE criou a diretoria de biomédicas e, com isso, estudantes da área da saúde criaram o Movimento Estudantil de Medicina, MEM.

²² As Executivas de Curso são conhecidas como movimento estudantil específico, ou seja, um movimento organizado pelos estudantes a partir de cada área universitária. Existem Executivas para praticamente todos os cursos, que são, em teoria, ligadas a UNE.

²³ O primeiro ENETERrA foi realizado em junho de 2004.

Os debates giravam em torno da melhoria da saúde pública no país. O movimento deu um impulso grande para o aumento dos debates sobre esse tema. Dentro da temática, os assuntos mais abordados nos debates eram: a luta pela reforma sanitária que se incorporaria à discussão acerca do Sistema Único de Saúde, SUS; a aproximação dos movimentos populares de saúde com a periferia e a preocupação com um sistema de saúde mais popular e voltado à medicina preventiva e social.

Com o tema já maduro, foi criada a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, DENEM²⁴, ligando diversos cursos universitários no país voltados a questão da saúde. Essa Executiva foi responsável por criar mecanismos de interlocução do movimento estudantil com os sistemas de saúde pública. Hoje, várias formas de atuação são empregadas como programas de extensão universitária e o estágio de vivência, semelhante ao descrito acima, no trecho sobre reforma agrária. Desta vez, o palco de atuação eram hospitais públicos e outros órgãos de saúde. Esse estágio de vivência conscientiza politicamente e eticamente os estudantes que participam, desenvolvendo, além de habilidades na área, solidariedade e respeito. Os estudantes têm uma atuação mais comprometida com os segmentos populares.

A UNE também participa, através da DENEM, dos fóruns realizados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ABRASCO, onde os estudantes podem compartilhar suas experiências e se aproximarem mais dos conselhos de saúde e do cotidiano dos órgãos públicos de saúde.

A questão da memória e Direitos Humanos

O período da ditadura militar no Brasil foi marcado por uma repressão enorme a vários grupos políticos e pessoas que contestavam o regime vigente. A época é abordada pelos livros de história sempre de maneira categórica quanto a essa questão, mas muitos torturadores e criminosos do período ainda

²⁴ A DENEM foi criada em 1986, durante o XVII Encontro de Estudantes de Medicina.

permanecem impunes e vivem tranquilamente suas vidas como se nada tivessem feito.

Recentemente, foi instalada no Brasil a Comissão da Verdade. A Lei 12528/2011, instituída em março de 2012, tem como objetivo apurar graves violações de Direitos Humanos, praticados por agentes públicos, ocorridos entre setembro de 1946 e outubro de 1988. A Lei foi apoiada por muitos estudantes, que comemoraram finalmente uma decisão mais justa por parte do governo. A Comissão Nacional da Verdade enviou ofícios a 81 universidades públicas brasileiras, requisitando aos reitores dessas instituições informações a respeito de professores, funcionários e servidores que tenham sido cassados, aposentados, mortos e perseguidos por razões políticas.

Os movimentos estudantis nas universidades também instalaram comissões da verdade. A Universidade de Brasília já entrou em contato com a Comissão Nacional da Verdade e está articulando uma parceria. Os estudantes estão analisando e investigando casos de graves violações de direitos humanos em todo o Brasil.

É o caso do Levante Popular da Juventude, grupo estudantil da cidade de São Paulo não ligado a UNE, mas que apoia a organização e participa dos congressos. O Levante organizou o Movimento do Esculacho²⁵, que visava expor vários criminosos do período militar. O grupo promove manifestações massivas em frente a residências de conhecidos torturadores do período militar que ainda permanecem impunes pela Justiça Brasileira. O movimento ganhou o Brasil depois que Dilma Rousseff nomeou os membros da Comissão Nacional da Verdade.

O caso mais famoso foi o do “esculacho” em frente à casa do general da reserva José Antônio Nogueira Belham, denunciado como o responsável pela morte do deputado Rubens Paiva, pai do escritor Marcelo Rubens Paiva, no Rio de Janeiro. A manifestação reuniu vários estudantes que, após o esculacho, postaram no Youtube²⁶ o vídeo do protesto. O escritor agradeceu os

²⁵ O primeiro “esculacho” foi realizado em março de 2012.

²⁶ Ver vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=uQmo8bkqkXk>

manifestantes com um texto publicado no jornal O Estado de São Paulo²⁷, de circulação nacional. Nas palavras do escritor de Feliz Ano Velho: “bacana, criativo, justo. Obrigado, garotada. A família agradece”.

No manifesto do grupo está claro: “os manifestantes apoiam a instalação da Comissão da Verdade, cobram a localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos e exigem que os torturadores sejam julgados e punidos”.

O Levante Popular da Juventude, além da questão da memória, apoia várias outras causas como a reforma agrária, diversidade sexual, sustentabilidade e consciência política. No mês de setembro de 2012, o grupo foi indicado para receber o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria Direito à Memória e Verdade.

A questão da periferia

No final do século XX, a periferia das grandes metrópoles começou a ganhar maior espaço na mídia brasileira, com a formação de grupos de rap; organizações culturais e manifestações artísticas. Uma parte do movimento estudantil também se integrou com os movimentos da periferia e criaram muitas formas de atuação bastante interessantes.

Uma delas, como será exposta em outro capítulo mais detalhadamente, é a Bienal da UNE²⁸, que dentre todas as suas atuações, integrou a arte da periferia com o movimento estudantil. O projeto CUCA, Centro Universitário de Cultura e Arte, inaugurado em uma das Bienais, possibilitou a integração dos estudantes com a cultura da periferia também. Uma das vertentes do projeto é o Lado C, Comunidade, que unia os jovens estudantes militantes do movimento

²⁷ Texto publicado no dia 14/05/2012 no site: www.estadao.com.br

²⁸ Complementando o assunto, uma dica é ver a revista muito interessante publicada pela UNE: Revista Especial sobre a 1ª Bienal de Cultura da UNE. 1999. Tempos negros virão: a universidade que o povo negro quer. 42.º Congresso da UNE. 1992.

estudantil com culturas populares locais, sobretudo as de periferia, através dos Pontos de Cultura. A coordenação do projeto CUCA, explicou sobre o Lado C: “as visitas foram muito bacanas. O Lado C ajudou os estudantes a olharem com mais atenção para nossa cultura nacional, que precisa ser valorizada. No Rio de Janeiro, visitamos morros cariocas e conhecemos grupos bastante engajados na valorização do nosso patrimônio cultural, como o Jongo da Serrinha e grupos da Favela da Maré, por exemplo. Para mim, essa é um dos objetivos mais legais do CUCA, possibilitar que a cultura, que geralmente fica restrita a esses espaços, tenha mais visibilidade e recebam mais divulgação”.

A iniciativa do CUCA foi muito bem vinda. Além de promover encontros que divulguem mais a cultura das periferias, o Lado C também ajudou a despertar uma maior consciência política e solidária nos jovens. A inserção do movimento estudantil com a periferia está mais enraizada na questão cultural. Debates e grupos sobre cultura na periferia são facilmente encontrados nas universidades brasileiras. O Cinema da USP, CINUSP, juntamente com o coletivo de audiovisual ligado a universidade e ao curso de cinema, realizam diversos documentários e curtas sobre a vida e atividade cultural na periferia periodicamente.

Porém, não só a cultura na periferia é abordada pelo movimento estudantil. A pauta é muito discutida entre reuniões e debates dentro das universidades e entidades estudantis. Os cursos mais ativos nesse cenário são os ligados à área de Humanidades, principalmente os de Ciências Sociais, Serviço Social e Antropologia, que realizam estágios de vivência em periferias das grandes cidades, promovendo encontros e conhecendo mais sobre o cotidiano dos moradores da favela. Mas como abordamos na questão da saúde, o curso de Medicina e o Movimento Estudantil de Medicina, MEM, também se preocupa em auxiliar os moradores da periferia em relação à saúde pública, também via estágios de vivência. Esses estágios são mais comuns em cidades onde a periferia já faz parte do cotidiano da população como Rio de Janeiro e São Paulo e teve uma aceleração muito grande nas últimas décadas, com o aumento da violência e a abordagem mais ampla da mídia nesses espaços.

II - A Participação Política no Atual Movimento Estudantil

Para se fazer uma análise da participação política no movimento estudantil contemporâneo é preciso que se compreenda por onde passa a militância estudantil nos dias de hoje. Essa relação entre estudantes e sua importância e militância política é frequentemente citada como uma maneira de medir seu nível de força e sua influência dentro de um determinado contexto histórico do país. Uma das questões mais comuns dentro da importância do movimento estudantil é exatamente essa: no campo da política, a militância estudantil de hoje pode ser comparada a de décadas atrás? Quais as novas abordagens do movimento dentro dessa temática?

A relação atual entre as organizações estudantis e os estudantes causa controvérsia. O discurso dos movimentos estudantis atuais já não ecoa como antes, com nem tanta receptividade como décadas atrás. Mas antes de colocarmos toda a culpa sobre os estudantes ou a geração atual sobre esse enfraquecimento, precisamos nos ater a alguns detalhes importantes. Neste capítulo, serão abordados os fatores que ocasionaram essa perda de militância política na nova geração de estudantes.

Brasil - uma nova geração, novos pensamentos

Primeiramente, o descrédito dos estudantes sobre os atuais governos pode ser caracterizado também como um fator que desencadeou essa falta de politização. Não só dos estudantes, mas como também de toda uma população. Nos países estudados nesse livro, a corrupção e a falta de ética em alguns governos fizeram com que muitas pessoas perdessem o sentimento nacionalista e, por consequência, deixaram de acreditar em ideais e lutar por eles. Houve uma espécie de refluxo²⁹ de movimentos sociais, pois a mudança

²⁹ O termo “refluxo”, em sentido figurado, significa um retrocesso.

de pensamento com o aparecimento de um novo século era clara, muitas ideias agora já pareciam ultrapassadas.

A própria UNE durante o processo de reestruturação, na década de 80, ressurgiu com um discurso tradicional e suas lideranças se fixaram em práticas ultrapassadas de atuação. Naquele período, já era visível o quanto o movimento estudantil já perdia sua voz perante a sociedade e ao meio universitário. A sociedade havia mudado muito em um período de tempo muito curto. O movimento estudantil não se recriou e demorou a oxigenar suas ideias. Esse afastamento de pensamento gradativamente fez com que os jovens se afastassem cada vez mais das entidades estudantis.

As estruturas das organizações estudantis também começaram a se tornar mais burocratizadas, outro fator da separação entre estudantes e militância. As organizações priorizavam a técnica e a burocracia em detrimento da discussão política no meio estudantil. Um estudante que possui a carteirinha da UNE não necessariamente faz parte da organização, mas leva no bolso o número de identificação da entidade sem ao menos participar ativamente dela, querendo apenas pagar meia-entrada em eventos culturais. Assim, com o afastamento as entidades deixaram de pensar com a cabeça do estudante comum e as pautas já não atraíam mais o jovem que acorda cedo e vai para universidade de ônibus. A sintonia se perdeu com o tempo e a geração começou a se tornar alheia a militância.

No Brasil, é no século XXI é que esse panorama começou a se tornar mais nítido. O último movimento estudantil de cunho político que mobilizou estudantes de vários locais do país foi em 1994 com o impeachment do presidente Collor. Depois disso, a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso tornou o mercado mais competitivo e os estudantes totalmente focados em sua formação para ele. A política começou a se tornar incompatível com a realidade universitária mesmo com muitos políticos no Congresso tendo conquistado a notoriedade por fazerem parte do movimento estudantil anos atrás. As próprias entidades estudantis começam a pregar representações negativas acerca da política no país. A política é mostrada como algo ruim, com descaso com a população e de falta de compromisso com o ensino.

Assim, ao invés de lutar contra problemas no governo, como a corrupção, os estudantes resolveram se adaptar a nova realidade brasileira.

A causa desse processo tornou o estudante brasileiro conservador, assim como a sociedade em geral. O estudante se tornou o reflexo da população em geral. A estudante Gilmara Dias³⁰, atual militante da UNE manifesta sua opinião sobre isso: “Hoje, o estudante não quer mais saber de aulas de cunho humanístico dentro da grade universitária. Ele quer prática, quer diploma, quer usar a formação como uma facilidade para entrar no mercado de trabalho. Claro que esse quadro não é geral, mas a grande maioria hoje pensa assim. Dentro da própria UNE isso é visível, as entidades são culpadas por isso, assim como os Centros Acadêmicos e Diretórios também. A qualidade do ensino também não importa tanto, eles só querem passar os anos dentro da universidade, fazer seu estágio e ir embora”.

Com isso, a falta de debate político causou um processo que figura hoje no novo século. O professor da Unesp e antigo Diretor de Comunicação da UNE, Juarez Xavier³¹ explica sua opinião sobre o assunto e reitera o depoimento da militante Gilmara: “a falta de política, o descontentamento e apatia dos jovens com os governantes atuais, a estrutura do movimento estudantil atual fizeram surgir um novo modelo de estudante, aquele que se prepara mais para o mercado, aquele jovem que precisa ser competitivo”. A preocupação do estudante comum hoje é como ele vai se inserir dentro do mercado de trabalho quando se formar. “Aqui dentro da Unesp em Bauru vemos isso. A própria organização estudantil daqui não atrai muitos estudantes e os projetos não visam a comunidade, a sociedade ou até mesmo a cidade onde a universidade está inserida. O estudante que se mudou para cá para estudar faz seus projetos aqui mesmo, dentro da faculdade e conhece pouco a cidade ou a realidade da região” afirmou durante a conversa.

Como analisam os entrevistados, a universidade deixa de ser o local de socialização e formação política, social e humana, dando lugar a um espaço de transmissão de conhecimento apenas, mais até do que a produção dele. O

³⁰ Em entrevista realizada no dia 09/09/2012.

³¹ Em entrevista realizada no dia 18/08/2012.

desejo dos estudantes é da ascensão social através do diploma e, fazendo uma generalização, eles partilham de uma posição política conservadora e um perfil comportamental muito característico da sociedade brasileira. Isso criou um cenário de desmobilização, advinda do próprio modelo universitário atual brasileiro. A dimensão mais lógica e técnica do conhecimento, em detrimento da troca de experiências e debate auxiliou na perda de consciência política da maioria dos estudantes universitários brasileiros de hoje.

Ainda é comum antigas gerações criticarem os estudantes e o movimento estudantil atual, porém elas precisam olhar a esses detalhes importantes. O próprio estudante hoje não é o principal culpado por essa mudança de pensamento. A sociedade em geral é a responsável. O desempenho profissional se tornou central na inserção no mercado de trabalho e está sendo cada vez mais valorizado dentro das universidades. A participação realmente ativa no movimento estudantil ficou resumida a aqueles poucos que ainda tentam lutar contra o atual estado da sociedade.

Um desses estudantes que ainda debatem e estão presentes dentro do movimento estudantil de forma ativa é Thales Carpi³², atual diretor do DCE da Universidade de São Paulo e aluno de Relações Internacionais. Quando indagado sobre a participação dos alunos em debates políticos, Thales afirmou: “A participação dos estudantes é fluida. Nas reuniões ordinárias, que acontecem nas sextas feiras, o público é pequeno, mas fiel. Quando há uma conjuntura que abala mais opiniões ou algo que atinge o estudante de forma mais significativa, é perceptível o aumento das participações, como no caso da greve ano passado. Aqui na Usp, o estudante comparece mais as reuniões e debates quando existe algo que o incomoda como greves, por exemplo”.

O estudante brasileiro hoje se move entre a visão crítica e a subordinação ao sistema. Ainda existe o movimento, ainda existem os DCEs e os Centros Acadêmicos, ainda existem os partidos, ainda existem os debates, reuniões, etc. Tudo isso não acabou, embora tenha perdido muita influência e importância dentro da política brasileira. A militância hoje se mesclou a preocupações individuais e de sobrevivência que permeiam o pensamento de

³² Em entrevista realizada no dia 02/09/2012.

grande parcela dos jovens. A escassez da atividade profissional e sua constante precarização tem sido uma das maiores preocupações da nova geração que entra e sai das universidades. Na queda de braço, quem saiu perdendo foi a militância estudantil.

Na realidade, todos os movimentos sociais, não só o estudantil, sofreram refluxo nas últimas décadas. Os movimentos são como ondas, existem momentos de muita visibilidade e momentos de pouca visibilidade. A experiência neoliberal na década de 90 causou esse refluxo de participação da sociedade civil que se refletiu na dificuldade de mobilização a partir dos movimentos sociais. O desafio do movimento estudantil hoje é tentar diminuir a diferença que há entre a pauta das entidades estudantis e o interesse dos estudantes. Elas precisam entrar no cotidiano dos estudantes e aproximá-los do campo da política. Torna-se necessário, com essa aproximação, traduzir de forma contemporânea as preocupações e lutas do movimento estudantil e tentar construir mais formas e espaços de participação usando uma linguagem que diminua as barreiras para possibilitar uma comunicação mais efetiva entre eles.

Essa preocupação tem sido cada vez mais abordada pelos militantes estudantis. A necessidade de haver uma diversificação que ultrapasse o campo da educação apenas tem sido frequentemente discutida por organizações estudantis brasileiras. Como vamos abordar mais detalhadamente em outro capítulo, o movimento estudantil no Brasil procurou formas, como festivais artísticos para atrair mais seguidores e aproximar mais os estudantes com debates e com a nova política, fugindo dos moldes tradicionais e anacrônicos neste novo século.

Os partidos políticos no movimento estudantil no Brasil

Os partidos políticos no Brasil interferiram diretamente na dinâmica do movimento estudantil e também para causar esse efeito relatado anteriormente. Desde a década de 1960 que os jovens têm contato com

partidos políticos das mais variadas ideologias. A inserção dos jovens dentro de partidos foi importante para organizá-los, em âmbito nacional, no cenário do próprio movimento estudantil que aos poucos ia se consolidando como o maior representante das aspirações e lutas da juventude brasileira.

No período da abertura democrática, esse processo se acentuou com a regularização e surgimento de novos partidos que se tornaram um importante espaço e fonte de apoio para os militantes de outros movimentos de cunho social que também estavam se organizando. Os partidos políticos, então, tornaram-se espaços de formação para militantes dos movimentos sociais. Com o passar do tempo, essa relação foi realçada e ganhou cada vez mais força e, na maioria dos casos, os partidos começaram a interferir e a instrumentalizar as entidades para seus próprios fins.

Esse processo foi culminando em uma cultura de aparelhamento³³ das entidades estudantis que reforçou no interior do movimento estudantil uma ideia muito ligada à política tradicional e suas formas de atuar, o que gerou um distanciamento entre as entidades e o estudante comum que não dominava esse tipo de linguagem política. Dentro da ideia de distanciamento entre estudantes e política, esse foi um dos fatores principais que causaram esse processo. Muitas vezes as estratégias de afastamento ou aproximação entre diferentes tendências se dão a partir de um processo de posição e interesse dos partidos a que os movimentos estudantis estão vinculados.

No início do século XXI no Brasil, essa situação se agravou. O movimento que se tornou mais partidarizado que nos anos 60, não consegue se desligar totalmente dos partidos e levam suas atuais tendências, servindo como um meio de sustentação da militância e das próprias entidades. O PC do B, por exemplo, era um forte partido de oposição ao governo na época do regime militar, mas com o tempo foi sofrendo concorrência de outros partidos na política brasileira e não representava mais ideias novas e de vanguarda. Ainda há muitos movimentos em universidades, sobretudo de São Paulo,

³³ Basicamente, o aparelhamento é um termo político designado para simbolizar a entrada de partidos em organizações, interferindo em sua estrutura e atrelando seus interesses.

ligados a esse partido que continua levando ideais anacrônicos como pautas principais. O partido levou junto o movimento estudantil ligado a ele.

Apesar de tudo isso, ainda existe a compreensão de que o movimento estudantil por si só, não conseguiria atrair o número suficiente de estudantes para se tornar mais forte e significativo. A atuação partidária se concentra em âmbito nacional e as organizações estudantis precisariam de muito tempo para conseguir com suas próprias pernas alcançar espaço na política brasileira.

Grupos dentro do próprio movimento estudantil se ressentem pela partidarização do movimento. A imposição de um discurso partidarizado, a intervenção muitas vezes autoritária e os debates baseados na disputa de poder e convencimento são alguns elementos de rejeição por parte desses grupos. Aqui no Brasil, se faz necessário construir uma estrutura dentro do movimento estudantil que permita construir espaços e discussões menos fomentadas pelas lógicas partidárias. Tem que se considerar e equilibrar as diferentes formas de militância e atuação dentro do movimento. A oxigenação de ideias se torna fundamental. Esse é um desafio a ser superado pelo movimento estudantil atual, separar-se do modelo clássico e fora de seu tempo.

A participação política do movimento estudantil no Chile e na Argentina

No Chile, a situação é diferente do Brasil. A política está presente na maior parte da consciência dos estudantes que lutam no movimento estudantil do país. Como vemos³⁴ nos atuais protestos que estão marcando a história do Chile, a forte dose política está bastante impregnada no discurso da massa estudantil que luta por mudanças no sistema educacional herdado do governo Pinochet. A maior parte dos estudantes tem um forte apelo com o sistema socialista de governo, como no caso de organizações como a Jota, Juventude Comunista do Chile, entre outras.

³⁴ Ver capítulo: 2011-O Ano que Não Terminou.

A forte carga política movimenta as tensões no país acerca do movimento estudantil e seus protestos atuais. Organizações estudantis difundem mais os ideais políticos, diferente do Brasil, pois há um atual estado de crise na educação, em especial os ideais sobre uma reforma educacional no Chile. Analisando os discursos dos manifestantes de organizações como a FECh e a FEC podemos perceber que a carga ideológica política é muito forte.

Mesmo afirmando que a maioria dos estudantes compartilha de ideais socialistas em suas ideologias, existem outras frentes também presentes no movimento estudantil chileno, embora a socialista predomine dentre todas. A presidência da Federação dos Estudantes da Universidad de Santiago, Feusach, explica o processo: “há muitas tendências políticas dentro de cada organização estudantil presente no país, embora todas levem o mesmo ideal, o da reforma educacional no país. O movimento tem um cunho político muito forte, eu penso que quando as reformas acontecerem e a situação se normalizar, poderemos buscar novas formas de atuação, não só na questão política. O movimento estudantil chileno ainda é muito focado nessa questão, mas é importante para demonstrar para a população que a juventude está conscientizada sobre os problemas da educação”.

Mas o Chile ainda é dominado por setores conservadores de direita. O estudante de sociologia da Universidade Andrés Bello em Santiago, Miguel González Oyarzún³⁵, afirma que “o Chile tem uma forte tendência tradicionalista e que os partidos em geral pertencem a grupos políticos de elite associados a partidos políticos de direita, a ala conservadora. Os estudantes possuem um papel de oposição a essa tradição, combatendo o sistema educacional e também o conservadorismo em todos os sentidos da sociedade”. Miguel foi presidente do Centro de Estudantes da Universidade Andrés Bello e participou ativamente dos movimentos estudantis no país.

Os depoimentos mostram que, apesar de haver uma diversidade em ideologias políticas dentro do pensamento estudantil, o movimento em si busca lutar contra o conservadorismo e os atuais alicerces do sistema de ensino no país. Com as atuais manifestações, os estudantes conseguiram uma

³⁵ Em entrevista realizada no dia 07/09/2012.

participação política notável e se inseriram dentro do sistema chileno, diferente do atual panorama brasileiro.

O regime da Concertación que governa o país desde a década de 90 alterna presidentes socialistas e democratas-cristãos é a expressão da ruptura do Partido Socialista com o bloco histórico de esquerda e sua opção de aliança com o centro. Com o encolhimento do Partido Comunista, a transição pós-ditadura de Pinochet transformou o modelo chileno em bipartidário, em que a população era obrigada a escolher entre a direita e a Concertación. Isso transformou o sistema chileno em classista e conservador. O radicalizado movimento estudantil no país age como oposição a isso.

Os argumentos utilizados pela maioria das organizações estudantis chilenas é que a direita não interessa ao povo e o inimigo a ser combatido era a Concertación, que havia se transformado em um status quo³⁶ comodista demais. Não houve um partido no Chile que se destacou e rompeu com o modelo neoliberal e direitista. A esquerda no Chile não conseguiu se destacar e isso afeta os ideais estudantis. A questão principal, porém, não é bem essa. Se mesmo um modelo mais centralizado de governo pudesse fazer uma reforma educacional no país, talvez os estudantes estivessem mais satisfeitos.

Embora haja essa insatisfação, os estudantes chilenos não comparecem às urnas para demonstrar sua oposição ao governo. O sistema eleitoral do Chile é no mínimo estranho. A eleição é facultativa, mas uma vez que o eleitor está inscrito, o voto se torna obrigatório. Dos 12,2 milhões de chilenos maiores de 18 anos, somente 8,2 milhões estão inscritos. Segundo pesquisa feita pelo Clarín chileno³⁷, somente 7,2 votaram nas últimas eleições presidenciais. Essa abstenção não foi maior do que geralmente costuma ser, porém o fato a ser analisado é o porquê de milhares de jovens deixarem de votar. A porcentagem de eleitores com menos de 30 anos de idade foi de apenas 9,2%, número muito pequeno se comparado com a grande massa jovem chilena. Isso mostra que, embora os jovens protestem contra o regime, eles não comparecem para

³⁶ O termo “status quo”, em latim, significa situação atual.

³⁷ Pesquisa realizada em fevereiro de 2010.

votar. Talvez reflexo de candidatos classistas? Ou seria um acomodamento aos limites do possível?

Na Argentina, a situação se assemelha um pouco ao Chile e também um pouco ao Brasil, devido ao forte vínculo dos movimentos estudantis com partidos e tendências políticas, mas de uma maneira mais branda e equilibrada. Desde a reestruturação do movimento estudantil, no período de redemocratização, as organizações estavam baseadas em ideais compartilhados por partidos políticos já existentes, geralmente de cunho radical ou peronista. Vimos anteriormente que a Franja Morada lutava por autonomia universitária e ganhou espaço dentro das universidades argentinas, em especial nas regiões de Rosário, Córdoba e Buenos Aires. Com as lutas e devido aos protestos dos alunos, as universidades argentinas são mais democráticas que no Chile e no Brasil. A escolha do reitor, por exemplo, é feita por uma assembleia de estudantes, ao contrário do caso do Brasil, onde na Usp os estudantes até hoje reivindicam essa democratização do espaço universitário.

Novamente, vemos na Argentina de hoje, uma forte ligação entre partidos de centro-esquerda e o movimento estudantil. Dentro das universidades existem várias tendências políticas que são compartilhadas por grupos distintos de estudantes. Em viagem ao país, não é difícil receber um panfleto de cunho político ao passar perto de uma grande universidade. Embora a Argentina hoje não passe por momentos de manifestações estudantis ou greves, como no Chile, a consciência política está mais presente. O movimento da partidarização dos movimentos estudantis também aconteceu na Argentina, embora com outro aspecto. Durante o período de redemocratização, os movimentos receberam apoio dos partidos já existentes e também foram criados partidos políticos de movimentos estudantis que surgiam. Em suma, os dois partidos que hoje representam a maior influência dentro do movimento estudantil são a UCR, União Cívica Radical, e o PJ, Partido Justicialista. Vimos anteriormente também que o braço da UCR dentro do movimento estudantil é a Franja Morada e o PJ representa o peronismo.

A Franja Morada perdeu força desde a queda do presidente De La Rúa e a esquerda passou a controlar grande parte do movimento estudantil argentino atual. Os cursos voltados à área de Humanas dentro das universidades hoje são os mais atuantes dentro do movimento estudantil, após a revolta generalizada que derrubou cinco presidentes em 2001. Na Universidad de Buenos Aires, por exemplo, o único curso que desenvolveu uma manifestação importante após 2001³⁸ foi o de Sociologia que conseguiu eleger um novo diretor de carreira, ligado ao Partido dos Trabalhadores ao Socialismo, PTS, de forma direta e com voto universal.

Porém, mesmo com essa forte ligação política entre movimento estudantil e política, o que se nota hoje no país também é o mesmo efeito causado no Brasil. O movimento estudantil perdeu parte de sua força e influência política no século XIX e não se vê uma manifestação geral há muitos anos. Mas é importante ressaltar que esse efeito é mais brando, ainda há muita herança política dentro das universidades argentinas que é transmitida aos alunos e militantes estudantis, embora a ideia da inserção dos jovens dentro do mercado de trabalho tenha se tornado mais importante para a maioria dos jovens devido a atual situação econômica do país. O atual governo Kirchner também causou um abrandamento da luta estudantil em âmbito nacional.

³⁸ Na ocasião, a reitoria da universidade foi ocupada, no ano de 2002. Outra reivindicação dos estudantes foi a democratização da instituição.

IV - Movimento Estudantil e Cultura na Atualidade

Dentre as muitas ferramentas de integração e combate do movimento estudantil, a cultura está entre as principais. A arte possibilitou a união entre diversas organizações nos países estudados e foi uma bandeira levantada pelo movimento após a queda dos regimes militares. No decorrer dos anos 80 e 90, o movimento estudantil na América Latina procurava se apropriar de temas como questões relacionadas à discriminação racial, gênero, identidade e cultura.

O professor de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp e especialista em Economia Criativa, Juarez Xavier³⁹ afirma que a atividade cultural no movimento estudantil se reestruturou a partir da década de 80 devido a conjuntura política. “O fator técnico que possibilitou essa difusão da cultura dentro dos movimentos estudantis foi o estímulo e desenvolvimento de projetos dentro do próprio governo e do próprio espaço estudantil, das universidades” afirmou o professor. Dentro da ideia de Economia Criativa, vemos que em alguns casos, como o do Brasil, a temática cultural ajudou não só o movimento estudantil a procurar formas de integração, mas também a difundir o produto de muitos estudantes, que divulgavam dentro dos festivais e bienais organizados por instituições estudantis.

Neste capítulo, vamos abordar como a cultura está sendo utilizada pelo movimento estudantil. Existem diferenças muito importantes entre os países estudados, como a importância e abordagem da ferramenta cultural. Mas a temática tem semelhanças entre os países, como o resgate da cultura popular, de uma identidade nacional que possa simbolizar a luta estudantil.

³⁹ Em entrevista realizada no dia 18/08/2012.

A arte transformadora no Brasil

Os Centros Populares de Cultura, CPCs, simbolizaram a mais importante experiência cultural organizada pelo movimento estudantil no século XX no Brasil. Lançado em 1961, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de intelectuais de esquerda, o CPC reunia diversos artistas de diversas áreas como teatro, música, literatura e dança priorizando a temática política das obras. O CPC foi uma organização ligada a UNE e os nomes que fizeram parte figuram até hoje na lista dos principais intelectuais brasileiros, podemos destacar Oduvaldo Viana Filho, Leon Hirzsmann, Ferreira Gullar e Carlos Diegues. A proposta era, através da ação coletiva de estudantes e movimentos culturais, transformar e politizar os jovens e a sociedade em geral. Ainda hoje, no século XXI, manifestações artísticas podem ser vistas dentro do movimento estudantil, com o mesmo caráter do CPC.

Os estudantes ligados ao CPC viajavam pelo Brasil militando e discutindo sobre questões de cunho político e sobre a realidade social e universitária. Foi um período de grande fertilidade cultural, a maioria com um olhar crítico sobre a sociedade e política brasileira. Com o regime militar, o CPC foi fechado. Surgiram coletivos culturais organizados por estudantes em todo o país, mas ficaram fragmentos e subordinados aos Centros Acadêmicos.

Nas décadas seguintes, dentro do processo de abertura do regime e reestruturação dos movimentos estudantis brasileiros, muito se discutiu sobre a retomada das atividades culturais como ferramenta de militância estudantil. Somente na década de 1990 que o movimento estudantil brasileiro começa a dar passos mais largos na questão cultural e artística e buscar seu espaço como antigamente, como veremos a seguir.

Uma nova articulação

Na década de 90, o movimento estudantil buscava uma forma de recriar o espaço cultural existente na década de 60 com os CPCs. Com a reestruturação das organizações estudantis, as ideias começaram a ser postas em prática. Em 1993, foi realizado o I Festival de Cultura e Arte organizado pela UNE, que contou com a presença de 2500 estudantes de todos os lugares do Brasil. Realizado na cidade de Ouro Preto, o evento foi um sucesso e mostrou que a força da cultura dentro do movimento estudantil ainda estava presente. Começaram a ser realizados muitos festivais de música dentro das universidades, mas apenas em âmbito regional.

Porém, eventos que eram realizados de maneira irregular não eram muito viáveis para os ideais das organizações estudantis. A visibilidade não era grande e eram realizados em pequenos espaços. Esses festivais foram importantes para dar novos ânimos ao movimento estudantil, mas não conseguiram, de imediato, influenciar todos os estudantes e nem grupos políticos do movimento. Existia uma falta de conexão entre um evento e outro. Esses fatores fizeram com que a interferência do movimento estudantil no âmbito cultural ficasse muito restrita e não se efetivasse. Somente no final da década, com a criação da Bienal da UNE que este panorama muda e as organizações estudantis se unem para sanar esse problema.

A Bienal da UNE e o Projeto CUCA

Um dos eventos de maior expressão artística dentro do movimento estudantil brasileiro é a Bienal de Arte da UNE⁴⁰, que mescla cultura, debates estudantis e expressões e discussões de cunho artístico e científico. Lançada em 1999, a Bienal da UNE visa resgatar a tradição dos antigos CPCs. O evento dá espaço para jovens artistas universitários mostrarem sua arte e divulgarem

⁴⁰ Ver site do evento: www.bienaldaune.org.br

seus trabalhos, além de aliar com debates sobre o contexto estudantil brasileiro.

A primeira Bienal da UNE foi realizada na cidade de Salvador, Bahia e contou com a presença de mais de cinco mil estudantes de diversos locais do Brasil. No campo da música, a Bienal selecionou previamente cerca de 40 artistas para se apresentarem no palco do evento e lançou um álbum que foi distribuído para a platéia e para as rádios universitárias. Peças teatrais feitas pelos estudantes e releituras de clássicos eram exibidas no palco principal. Na dança, os alunos de diversas instituições brasileiras puderam mostrar suas habilidades em apresentações que encantaram a platéia. Na Literatura, espaço para novas publicações de autores universitários e debates sobre o ramo editorial brasileiro. O cinema também marcou presença, com exposições de documentários e curtas-metragens feitos pelos jovens. Artes plásticas e fotografia tiveram seus estandes próprios e mostraram a criatividade dos universitários. A Bienal também contou com a inscrição de centenas de trabalhos científicos feitos pelos alunos, que foram selecionados e expostos durante os dias do evento. Artistas como Lenine, Chico César e Racionais Mc's prestigiaram a primeira Bienal e promoveram debates de cunho cultural.

Raphael Soares⁴¹, hoje advogado e ex-estudante de Direito da Universidade Federal da Bahia, UFBA, participou da primeira Bienal da UNE. “Foi um dos principais eventos de cultura que já fui. A Bienal conseguiu mobilizar estudantes de diversas regiões do Brasil e focou também na cultura baiana como principal. O espaço dado para os jovens mostrarem sua arte foi muito importante, mostrou que dentro das universidades surgem grandes e talentosos artistas. Participei somente como um ouvinte e espectador, mas mesmo assim a experiência foi bastante satisfatória”, contou.

Dois anos depois, a Bienal da UNE voltou com força maior. Dessa vez, o evento foi realizado na cidade do Rio de Janeiro e contou com a presença de mais de nove mil pessoas. A segunda Bienal também foi palco do lançamento do CUCA, Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE. O CUCA atua como uma caravana que percorre todos os estados brasileiros, tendo sedes em

⁴¹ Em entrevista realizada no dia 21/07/2012.

vários locais, e que promove manifestações culturais que interagem com as culturas distintas do Brasil. A estrutura funciona como uma rede, em que há uma organização que comanda pequenas articulações dentro de todos os estados brasileiros. Os CUCAs são grupos autônomos que têm como eixo central facilitar o intercâmbio entre coletivos artísticos presentes dentro das universidades e promover o debate entre diferentes culturas locais e populares no Brasil. O projeto lança eventos como Pontos de Cultura em diversas localidades do Brasil, levando-se em consideração a ideia de que fazer cultura é realizar eventos e festivais.

O CUCA ainda está em processo de consolidação no território brasileiro. Atualmente, o projeto busca priorizar suas ações dentro dos núcleos de produção cultural. O produto cultural é realizado e divulgado para além dos muros das universidades. Tendo como base um circuito regular universitário isso se torna mais fácil, já que um artista de São Paulo pode ser exposto ou se apresentar em Salvador, por exemplo. O Ministério da Cultura fomenta alguns desses projetos artísticos com uma ajuda de custo e realização de pontos de cultura nos estados brasileiros. Assim, os diferentes CUCAs vão formando uma rede de pontos e projetos culturais dentro do movimento estudantil.

Ainda na segunda Bienal, o movimento estudantil rompeu as barreiras do espaço destinado ao evento e se juntou as comunidades carentes e a população do morro carioca, mostrando sua arte e convidando todos a participarem. Novamente, a Bienal foi marcada por muita música, cinema, danças, literatura, teatro, trabalhos científicos e discussões políticas. Entraram em pauta discussões como o panorama da educação no Brasil e a importância das universidades públicas. A Bienal também foi marcada pela presença de Oscar Niemeyer, o maior arquiteto do Brasil, que projetou a nova sede da UNE na Praia do Flamengo, mesmo lugar onde se situava o antigo prédio, destruído pelos militares na década de 80.

Com o tempo, a Bienal da UNE foi ganhando cada vez mais espaço e a quantidade de estudantes que prestigiavam o evento aumentava. A terceira edição foi realizada em Olinda, Pernambuco e focou na cultura nordestina. Festivais das Uniões Estaduais dos Estudantes, UEEs, aconteciam meses

antes de maneira preparatória para a Bienal, tendo o mesmo tema como fundo. O passo mais importante da terceira Bienal foi a consolidação do projeto CUCA que agora se difundia pelos estados brasileiros e estava atuante no movimento cultural estudantil. A quarta edição da Bienal, em São Paulo, contou com a presença de muitos estudantes de países vizinhos, pois foi realizada paralelamente com o XIV Congresso Latino Americano e Caribenho de Estudantes, CLAE, órgão continental do movimento estudantil. O tema girou em torno do contato brasileiro com outros países latino-americanos e promoveu manifestações, interações artísticas e também debates sobre essa questão. O ministro da Educação de Cuba esteve presente e deu seu parecer sobre esse contato, que às vezes gera controvérsia pelas dimensões continentais brasileiras.

A coordenadoria do projeto CUCA, afirmou que a UNE conseguiu fazer o movimento cultural estudantil ressurgir com força. “As Bienais e o CUCA resgataram as origens dos antigos CPCs de onde surgiram nomes importantes para a cultura brasileira. A cultura é um elemento importante de transformação social e educacional e temos que usá-la a nosso favor, na nossa causa. Não é só de protestos e marchas que vive o movimento estudantil, temos que oxigenar o movimento”, afirmou o estudante responsável por administrar o projeto CUCA. Um dos objetivos do CUCA também é despertar a consciência política nos jovens através da cultura. “A política é algo esquecido pela geração atual. Trabalhar com cultura e tendo a política como pano de fundo é mais interessante e faz com que a coisa flua com mais naturalidade. Além disso, temas que aprofundam a discussão sobre a diversidade cultural e política brasileira sempre são abordados”.

A quinta edição da Bienal, em 2007, foi a maior de todas. Realizada no Rio de Janeiro, o tema foi a cultura negra e a ligação Brasil – África. Foram comemorados os 70 anos da UNE com passeatas e uma grande festa na Praia do Flamengo. Escritores, músicos e artistas que abordam a cultura negra em suas obras prestigiaram o evento e a questão do preconceito e marginalização social foi abordada. Questões como o acesso dos negros nas universidades públicas também geraram debates acalorados. A sexta edição, em 2009, foi realizada em Salvador e incorporou os estudantes secundaristas da União

Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES. Os estudantes secundaristas puderam entrar em contato com o mundo do movimento cultural estudantil e isso fez com que o número de pessoas crescesse no evento.

A última edição da Bienal, em 2011, teve como sede o Rio de Janeiro e mostrou a consolidação do festival como o maior evento estudantil da América Latina. Antigos projetos realizados em versões anteriores da Bienal agora foram mais desenvolvidos. As Bienais da UNE são marcadas pela Culturata, que unem manifestações culturais e reivindicações políticas em uma passeata enorme pelas ruas da cidade. A iniciativa da UNE fez história dentro do movimento estudantil brasileiro.

Mas há algumas diferenças importantes que é preciso salientar em relação aos antigos CPCs e as atuais Bienais da UNE. A presença de debates políticos ainda é forte, porém na década de 60, os estudantes agiam como elementos históricos que ajudariam a politizar a sociedade brasileira. Hoje em dia, esse panorama mudou. Com os atuais eventos, os estudantes usam mais a cultura como meio de se encontrarem e a possibilidade de realização de seus próprios projetos. Hoje, os estudantes querem primeiro compreender o país e depois reivindicar por mudanças. Os debates são mais acentuados e as opiniões são expostas com maior respeitabilidade. Na década de 60, havia uma massificação de ideias esquerdistas, hoje muitos estudantes possuem opiniões próprias que se contrastam. A realidade cultural do país também entra em pauta, não só a política. Os estudantes querem divulgar seu material artístico feito dentro das universidades.

Segundo o professor Juarez Xavier, houve uma despolitização da política cultural dentro do movimento estudantil brasileiro. Participante de uma das Bienais da UNE, o professor cita o exemplo de um debate político que estava presente no evento e que reuniu um número bem reduzido de estudantes, em relação aos outros debates. “A política hoje ainda é um tema que pouco atrai os jovens do Brasil e esse é um dos desafios da UNE e dos projetos como a Bienal e o CUCA. Hoje, a busca por uma identidade cultural brasileira é mais forte, a linguagem artística foca nisso. Os temas das Bienais não focam em problemas da educação brasileira, mas sim em temas como

cultura popular, diversidade e outros assuntos também relevantes, mas creio que precisam ter uma bagagem política mais acentuada”, concluiu.

Apesar de alguns problemas como esse acima citado ainda existirem, esses encontros culturais ajudaram a unir organizações estudantis que se encontravam dispersas na década de 90. Com as iniciativas da UNE, foi possível unir as Uniões Estaduais dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, os DCEs de várias universidades públicas, movimentos de universidades privadas, além de coletivos estudantis voltados somente à cultura. Formou-se com isso uma rede entre todas as organizações estudantis.

Chile e Argentina

A atividade cultural universitária no Chile praticamente inexistiu durante o período da Ditadura Militar. A repressão forte impedia qualquer manifestação artística que contestasse o regime. Mas, em 1975 surge uma organização que oferece uma ação cultural como forma de protesto ao regime, a ACU, Agrupación Cultural Universitaria, que desenvolveu uma enorme quantidade de atividades culturais, representando uma maneira original de protestar contra o governo. Surgindo dentro da Universidad de Chile, a ACU ativou a atividade cultural nos campi universitários e também serviu de cobertura e apoio para a rearticulação das organizações de esquerda no interior do Chile e para a reconstrução das organizações estudantis.

Como nos CPCs no Brasil, a ACU foca sua representação maior no campo da política, o teatro se torna um meio artístico importante para protestar e politizar a massa estudantil, que permanecia acomodada com o regime. A música também ganha espaço no meio universitário e são organizados festivais onde os estudantes mostravam suas composições, geralmente com um ar politizado e de protesto. Mas não foi só no protesto que a ACU atuou. O resgate de figuras folclóricas e de tradições chilenas também foi um dos alvos do movimento. Apesar de ter durado pouco tempo, entre 1975 a 1981, a ACU

ajudou a configurar o movimento cultural no interior das universidades, em especial em Santiago, na Universidad de Chile e na Universidad de Santiago de Chile, Usach.

Depois do término da ACU, os movimentos de cunho político cultural começaram a ganhar outra dimensão. A herança da ACU possibilitou, nos anos seguintes, a criação de projetos culturais esparsos nas universidades chilenas. Porém, como não faziam parte de nenhum grupo ou organização com uma estrutura e hierarquia forte, eles permaneceram condenados ao anonimato e apenas envolviam poucos estudantes, não interferindo no panorama cultural histórico do país. Com o processo de redemocratização, o contexto permitia uma retomada mais intensa e organizada nessa temática. Só que as organizações estudantis sofriam crise por falta de quorum nas eleições internas ou estavam se reestruturando, o que atrasou a retomada de um movimento cultural estudantil mais forte.

Em contraste com o Brasil, a política cultural do movimento estudantil chileno não possui uma formação estruturada. A presença de uma onda mais combativa no despoitar do novo século impediu que a cultura se desenvolvesse e se institucionalizasse como no caso brasileiro. Esse problema advém da política neoliberal adotada pelo governo da Concertación. O sistema neoliberal foi o principal responsável pelo esquecimento dos jovens de sua própria cultura. Existe a questão das mobilizações, que não deixam que o movimento estudantil se oxigene e busque outras formas de atuação como a abordagem cultural. De fato, as recentes ondas de manifestações que se iniciaram no começo do século canalizaram as forças e ideais estudantis prioritariamente para as passeatas e protestos públicos.

Na Argentina, o problema principal de uma política cultural dentro do movimento estudantil é a concentração de universidades em poucas regiões do país. A cultura nacional fica restrita a alguns poucos espaços e as universidades acabam focando somente em sua região. Organizações como a Franja Morada promoviam congressos e festivais estudantis, mas esparsos, como no caso do Chile e que não conseguiram, até agora, integrar as diversas regiões argentinas.

Juarez Xavier cita que no caso da Argentina o grande acesso de estudantes ao ensino superior é algo que deveria contribuir para haver uma maior representação do movimento no contexto cultural, porém nada foi realizado nesse âmbito. “Vemos na Argentina uma espécie de isolamento de universidades em pontos como Buenos Aires, Córdoba e Mendoza, por exemplo. A constante briga entre organizações e partidos estudantis atrapalha o processo de integração do movimento, o que também impede de ser organizado um festival como a Bienal da UNE. Não há um resgate da cultura argentina dentro das universidades”, finaliza o professor.

No caso brasileiro, festivais estudantis citados anteriormente possuem o apoio do Ministério da Cultura, MinC, o que facilita na sua divulgação e move um maior número de estudantes e organizações. No caso do Chile e da Argentina, esse processo não ocorre.

Parte III

2011 – O Ano que Não Terminou

Pago para estudar. Estudo para pagar.

Cartaz do movimento estudantil chileno

I - 2011 – O Ano que Não Terminou

Quero enviar um abraço de muitos braços aos jovens valentes que estão nos dando a todos uma lição de dignidade democrática nas ruas do Chile. Eles, os indignados, demonstram que há outro país possível, herdeiro de Balmaceda e de Allende, e que o Chile não termina nas fronteiras traçadas pelos resignados e indignos. É disso que se trata, ao fim e ao cabo: lutando pela educação, os jovens educam a todos os demais. Este protesto ensina. E lhes digo: muitas graças e muita sorte nessa aventura tão bela⁴².

Eduardo Galeano, escritor uruguaio, autor de *As Veias Abertas da América Latina*.

O caldeirão chileno

De um lado, os estudantes, de outro, os carabineros, a polícia militar chilena, como é conhecida. De um lado, pessoas que carregam como arma cartazes e panfletos, de outro, soldados que atacam com armas e bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral. Esses dois lados protagonizaram um dos conflitos mais marcantes da história do Chile desde a época de Pinochet, os protestos estudantis que ainda perduram no cotidiano da população.

Jatos de água eram desferidos a esmo em estudantes desarmados que permaneciam impassíveis diante da brutalidade dos carabineros, a polícia institucional, a única capaz de usar qualquer artifício antidistúrbio para controlar os revoltosos. Alguns estudantes caíam de joelhos, não suportando a pressão da água. Outros estavam cobertos de areia ou fezes, outras armas utilizadas por aqueles que, por decreto, deveriam protegê-los. Caminhões conhecidos como guanacos percorrem as ruas de Santiago procurando barricadas e outros focos de protesto que atrapalham a rotina da “população de bem”. Os veículos menores que soltam gás lacrimogêneo, em seu estado mais puro, são chamados de zorrillos. É uma luta desigual. O efetivo policial ainda inclui a

⁴² Em carta enviada através Associação dos Escritores do Uruguai para a estudante Valeria Osorio, em 2011.

cavalaria, ônibus, viaturas e helicópteros que sobrevoam o céu da linda capital chilena, Santiago.

A pele dos estudantes queima com o efeito do gás lacrimogêneo. Não é difícil ver um jovem parado, com os olhos lacrimejando, irritados e com um tom vermelho doentio. A vertigem é inevitável. A cabeça dói, o mundo gira e a Alameda, a principal avenida do centro de Santiago, torna-se um palco de jovens atores confusos, cambaleantes, sujos, mascarados e que procuram abrigo para se protegerem dos carabineros e suas armas de água, fezes e areia. Mas é em vão. A polícia encurrala um grupo grande de estudantes e atira seus jatos de água e mais bombas de gás. Gritos e tosses ecoam pelas ruas. A correria é generalizada, tanto que nem dá para saber mais onde surgiu e para aonde está caminhando aquela manifestação.

Anoitece. Até o final da noite, quase 1400 pessoas serão presas, cerca de 200 serão feridas e um rapaz de 16 anos⁴³ será morto pela brutalidade dos carabineros. Esse é o balanço geral da manifestação do dia 25 de agosto de 2011, a maior desde a época de Pinochet. Foi a primeira greve geral da democracia chilena, convocada pela Central Única dos Trabalhadores, CUT, que conseguiu reunir mais de 80 organizações sociais, sindicais e políticas do país. E o movimento estudantil estava presente, de forma massiva como era de se esperar, protagonizando as principais cenas do conflito. Os protestos giram basicamente no mesmo eixo para todos os movimentos sociais insurgentes no Chile: o governo neoliberal e a forte herança deixada por Pinochet e pela Concertación.

O foco nosso é educação, voltando atrás vários anos, já vimos que Pinochet, três dias antes de entregar o poder para os civis, promulgou a Lei Orgânica Constitucional de Ensino, a chamada LOCE para os chilenos. Essa lei delegou grande parte da educação chilena ao setor privado, resultando em uma desigualdade muito grande. O ensino superior no Chile é pago e caro, inacessível para maioria da população. Para alguém cursar uma universidade, precisa de crédito que chegam a pagar depois de 30 anos de formados. Os

⁴³ O estudante morto chamava-se Manuel Gutiérrez Reinoso, estudante secundarista.

governos que vieram depois do regime militar pouco fizeram para sanar essa desigualdade.

No começo do século, o Chile começou a se desenvolver economicamente de forma muito rápida, atraindo investidores estrangeiros dentro da política neoliberal vigente há anos. A desigualdade social também cresceu proporcionalmente a isso. Segundo o Instituto Nacional de Estatística do Chile⁴⁴, em 2006, 13,7% da população vivia em situação de extrema pobreza, com menos de um dólar por dia. E esse número cresceu, em 2011 já abrangia 15% dos chilenos. A economia alcançou, em 2010, o número histórico de 200 bilhões de dólares de PIB, similar a alguns países europeus, mas o desemprego chegou a 18% da população e esse número ajudou a impulsionar o movimento estudantil, já que os jovens podiam sair às ruas sem medo de que os pais pudessem ser demitidos.

As organizações estudantis começaram a se articular no começo do século XXI e já era latente que o governo pouco se importava para os problemas da educação. Em 2006, estudantes secundaristas entraram em greve geral, protagonizando o protesto conhecido como a Revolução dos Pinguins, fazendo referência ao uniforme utilizado pelos jovens estudantes das escolas públicas. O tema do protesto focava na melhoria do ensino das escolas públicas, gratuidade do transporte público e no acesso ao ensino superior. Mais uma vez, a LOCE era foco da manifestação. Ao todo, as manifestações atraíram mais de 800 mil pessoas, número que impressiona em um país com 17 milhões de habitantes. Os carabineros entraram em ação novamente, agindo com brutalidade e repressão, milhares de jovens foram presos e muitos saíram feridos. Jovens entre 15 e 17 anos de idade apenas.

Após a Revolução dos Pinguins, os estudantes do ensino superior começaram a demonstrar seu descontentamento com a política de governo. Segundo o cientista político Robert Funk⁴⁵, da Universidad de Chile, essa convulsão social é reflexo de toda a estrutura política do país. Em seminários, o cientista vem defendendo que “as atitudes tomadas após a tragédia do

⁴⁴ Pesquisa realizada no segundo semestre de 2011.

⁴⁵ Citação retirada do portal da Universidad de Chile (www.udechile.cl)

terremoto em 2010 e o aumento das medidas neoliberais para sanar os prejuízos causados aumentou ainda mais a ira da população chilena”. O descontentamento mostrava que o próximo ano não seria de paz para o Chile, como de fato não foi.

O terremoto que atingiu 8,8 graus na Escala Richter deixou muitos chilenos sem água e comida durante um bom tempo. O abalo foi o quinto maior da história e deixou 521 mortos, 56 desaparecidos e dois milhões de prejudicados por perdas materiais. O bolso do governo também doeu, cerca de 30 bilhões de dólares de perdas⁴⁶. As zonas mais afetadas pelo terremoto criticaram duramente o governo pelas atitudes tomadas após a tragédia. Houve um imprevisto nas tarefas dos reparos dos danos causados e até hoje várias famílias pobres se recuperam da tragédia. Outra crítica feita pela oposição e pela população foi a convocação de militares para atuar na manutenção da ordem pública nas áreas mais atingidas.

No mesmo ano, 2010, poucos dias após o terremoto, assumiu a presidência do Chile o economista e empresário Sebastián Piñera, ligado a ala direitista do país e com forte tendência neoliberal. O triunfo nas urnas se deu pela aliança dos partidos Renovação Nacional e União Democrática Independente. Piñera é empresário, ligado a uma oligarquia marcada por um pensamento conservador. Os estudantes viram que era o momento de agir para impedir que o conservadorismo continuasse a imperar no Chile e começaram a articular um movimento centrado e massivo que eclodiria no ano seguinte. O presidente também sofreu duras críticas após firmar acordos com os Estados Unidos e a França para a construção de usinas nucleares no país.

No segundo semestre de 2010, começou a subir a temperatura no palco político chileno. O descontentamento da população em geral contra o governo aumentava e a popularidade de Sebastián Piñera caía muito. Trabalhadores do ramo da Mineração, Energia, Saúde, Transporte e Administração Pública começaram a demonstrar seu mal estar diante da precariedade salarial e da administração trabalhista. Greves começaram a ocorrer de forma localizada em várias localidades do Chile. Professores e estudantes também protestavam,

⁴⁶ Dados do Clarín chileno: www.clarin.cl

embora com menos força. A efervescência política começava a ganhar força entre os trabalhadores e estudantes. Era impossível andar pela capital, Santiago, sem ver ao menos um cartaz de protesto ou alguma pichação em algum muro. O fechamento do ano ainda foi marcado por mais um problema, o sistema penitenciário chileno, que mostrou seu panorama trágico após a morte de 81 presos em uma prisão de Santiago. Sebastián Piñera segurava uma bomba nas mãos que explodiria rapidamente.

Assim, o ano de 2011 começou e foi marcado por inúmeras revoltas, notadamente a do segmento estudantil, mas também de outros setores sociais que lutavam contra o governo de Sebastián Piñera. Antes de abordar o tema do movimento estudantil em si, vamos abordar o caldeirão social que estava passando o Chile nesse ano. Para se ter uma ideia da dimensão do conflito e o descontentamento com o presidente, a popularidade de Piñera alcançou apenas 31% no segundo semestre de 2011. O menor nível registrado até então no país.

Apesar de Sebastián Piñera conseguir manter o crescente desenvolvimento econômico chileno, ele foi incapaz de suprir as necessidades da população em geral, sobretudo as mais pobres. A desigualdade social do Chile é imensa. Segundo pesquisa do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Diego Portales, divulgado em 2011⁴⁷, 20% da população chilena possui uma renda per capita equivalente a países desenvolvidos como a Noruega, enquanto que 60% da população possui renda per capita equivalente a países africanos, como Angola, ou seja, um nível que beira a miséria. A pesquisa relatada anteriormente, em 2006, mostrava basicamente isso, embora os novos números assustem mais, devido à continuidade do panorama. A situação de desigualdade e, mais importante, injustiça mostrada por esses números moveu praticamente todos os movimentos sociais de cunho político e econômico no país em 2011. Porém, cabe lembrar que a desigualdade não surgiu com o regime de Piñera e sim com o regime militar de 1973. O problema é que a herança histórica no país não se apagou, continuando a sofrer com os problemas oriundos daquele período. A ascensão de Piñera a poder só pode

⁴⁷ Pesquisa realizada no terceiro trimestre de 2011.

ser caracterizada como um estopim para isso, uma vez que o atual presidente faz parte de uma parcela conservadora e neoliberal. Então, desde trabalhadores até ecologistas saíram às ruas em 2011 aproveitando o enfraquecimento do governo.

Voltando a questão estudantil, os estudantes descontentes com o padrão do ensino no país se articularam através da Confech, Confederación de Estudiantes de Chile, que reúne várias organizações estudantis chilenas, formando um grande mosaico que engloba várias universidades tradicionais do país. As ideias eram as mesmas e não mais havia embate entre as distintas organizações, como houve durante o processo de redemocratização e reestruturação das entidades. Em abril de 2012, as primeiras manifestações surgiram de maneira mais branda, mas já combativa. No mês seguinte, as manifestações ganharam mais força e apelo popular. Os estudantes tomaram as ruas de Santiago e continuaram quase que diariamente. A opinião pública e uma ampla maioria da população reagiram apoiando o movimento estudantil. Os meios de comunicação no Chile davam espaço privilegiado para os estudantes, o que fortaleceu as manifestações.

O governo, durante os primeiros meses, pensava e articulava maneiras de conter as manifestações e atender algumas reivindicações dos estudantes. O presidente propôs uma ação que visava um plano de reforma para o setor estudantil, garantindo a ampliação de bolsas de estudos e créditos a taxas baixas para alunos mais pobres. Os estudantes não viram com bons olhos a medida, eles queriam mais. Não queriam uma solução paliativa para a situação, mas sim uma reforma ampla e que acabasse com o sistema atual. As placas durante as manifestações eram claras: “educação não se vende”. O atual sistema educacional do país colocava o sistema educacional como mercadoria.

Abordamos em capítulos anteriores o estado da educação do Chile, mas convém relatar brevemente para uma maior compreensão dentro do contexto de 2011. As taxas cobradas pelo governo para que um estudante médio entre no ensino superior e conclua seus estudos é abusiva. A ideia vem lá de longe, dos anos 1980, dentro do que era pregado na época, o famoso modelo

ultraliberal da Escola de Chicago⁴⁸. Esse modelo é satisfatório para muitos países com economia estabilizada e desenvolvida, mas foi um fracasso retumbante em um país em desenvolvimento e com uma aguda desigualdade social. A Concertacion continuou com esse sistema, fazendo alguns ajustes como modelos de créditos mais acessíveis ou outras atitudes de caráter apenas paliativo. Na época, a educação foi pintada para a população como um bem supremo e que valeria o esforço dos pais para ver os filhos formados em uma universidade e terem melhores condições na vida. O governo da coalizão defendia que os benefícios compensariam o alto custo e que reformas e mudanças de aspecto mais profundo deveriam ser deixadas de lado para não atrapalhar o andamento do processo de redemocratização. Naquele momento, a população aprovou a medida. Com o passar dos anos, houve um endividamento muito grande da população que investiu na educação superior, os créditos eram cobrados a uma taxa muito alta. Como se não bastasse, esse processo ultraliberal causou o sucateamento de várias universidades públicas em detrimento de universidades privadas.

Após meses de continuadas revoltas, o movimento estudantil começou a ganhar o noticiário internacional. Na América Latina, vários vídeos de organizações estudantis argentinas, colombianas e até brasileiras surgiram na internet como forma de apoio aos insurgentes chilenos. Intelectuais de todo o mundo começaram a expor suas opiniões, a ampla maioria apoiando. A causa dos estudantes se mostrava justa para o mundo todo. Só faltava o governo de Piñera atender as reivindicações, o alarde aos poucos se tornava mundial. Isso não seria fácil, como se nota até os dias atuais, o governo fortemente enraizado em ideias tradicionais permanecia atônito vendo sua capital ser tomada por milhares de estudantes.

No meio do caos, destacou-se uma figura peculiar em meio aos líderes estudantis que puxavam as marchas estudantis. Camila Vallejo, estudante de Geografia da Universidad de Chile e, na época, presidente da Federación de Estudiantes da Universidad de Chile, FECh. O ativismo de Camila ajudou a moldar o movimento estudantil daquele ano, com um discurso fortemente

⁴⁸ Milton Friedman, “fundador” da Escola de Chicago, visitou o Chile em 1975 e ofereceu a Pinochet um esboço de seu programa econômico.

baseado em ideais de esquerda, uma vez que a estudante fazia parte da Juventude Comunista do Chile. Além do ativismo e do engajamento da garota, outro fator ajudou Camila a cruzar as fronteiras e ganhar o mundo: a beleza notável, marcada por seus olhos verdes, seus longos cabelos castanhos ondulados e um piercing no nariz colocado estrategicamente para terminar a pintura. No final do ano de 2011, a estudante chamou tanto a atenção internacional que foi eleita pelo jornal inglês *The Guardian*⁴⁹ como a personalidade do ano com 78% dos votos, concorrendo com nomes como Angela Merkel, Tariq Jahan e Mohamed Bouazizi⁵⁰.

Por falar nesses nomes, outros fatores internacionais ajudaram a moldar o panorama de 2011, a Primavera Árabe e os protestos que abalaram a Europa em meio à crise econômica. Espanha e Grécia começaram a se opor ao governo que permanecia estagnado frente à crise e ao desemprego que assola os países. No Oriente Médio, vários protestos chocavam países como Líbia, Sudão, Egito e Arábia Saudita, onde até governos eram derrubados.

No caldeirão de revoluções, o Chile foi um dos países que se destacaram em 2011. O movimento estudantil e social ficou conhecido pela imprensa internacional como “Primavera Chilena”. Aos poucos o movimento começou a se espalhar por outras localidades do Chile como Valparaíso e Viña del Mar, inspirados nos protestos de Santiago. Foi no mês de agosto que o movimento chileno começou a ganhar dimensão transnacional, quando recebeu o apoio de estudantes secundaristas, professores, funcionários, simpatizantes e sindicalistas, aumentando consideravelmente a massa que marchava pelas ruas. Intelectuais chilenos de renome escreviam artigos em jornais apoiando o movimento. Eram todos contra o governo, ou quase todos. A classe dominante ainda permanecia imóvel frente às continuadas manifestações.

Todas as universidades tradicionais do Chile, criadas até a década de 1960, gratuitas até o regime Pinochet, estavam paralisadas e tomadas pelos

⁴⁹ Eleição divulgada em 19/12/2011.

⁵⁰ Angela Merkel, chanceler da Alemanha; Tariq Jahan, o homem que socorreu vítimas de um atropelamento em Birmingham, Inglaterra e Mohamed Bouazizi, cidadão tunisiano que ateou fogo ao próprio corpo, marcando a Primavera Árabe.

estudantes. Colégios estavam sendo ocupados também, cerca de 200 só na capital Santiago. As aulas pararam, professores aproveitavam a folga para apoiar o movimento, alguns deles até compondo as organizações estudantis como a FECh e a FEC, Federación de Estudiantes de La Universidad de Concepción, as mais tradicionais. O governo Piñera priorizava o diálogo nas manifestações, mas os carabineros eram implacáveis quando elas perturbavam a ordem pública.

As universidades particulares e as públicas

Miguel González Oyarzún⁵¹ é um estudante que participou ativamente do movimento estudantil e teve contato com outras universidades da América Latina em viagens para o Brasil e a Argentina. Estudante de Serviço Social da Universidad Andrés Bello, privada e autônoma do Estado, Miguel apoiou as revoltas sendo presidente do Centro de Estudiantes da Universidade. Em entrevista, Miguel nos dá um panorama geral das revoltas chilenas daquele ano simbólico.

A primeira questão abordada por Miguel foi a atitude tomada pela CONFECH em relação às universidades privadas. Mesmo sendo privadas e autônomas do controle estatal, as universidades apoiaram a iniciativa das públicas, mas sofreram uma espécie de negligência em relação aos protestos realizados pela CONFECH. “As Universidades privadas ajudaram a compor também o movimento nas ruas, mas as organizações controladas pelas universidades tradicionais esqueceram disso. Todos nós pagamos para estudar e eu não vejo diferença entre os dois modelos agora, embora as universidades públicas sofram controle do governo. No acordo de criação das universidades privadas, o governo alegou que elas seriam criadas para não se ter lucro, embora fossem pagas, mas não é o que está acontecendo. Em ambos os casos, tanto privadas quanto públicas, estamos vendo um enorme lucro ser

⁵¹ Em entrevista realizada no dia 07/09/2012.

levado e pouco investimento em obras de melhorias para o ensino superior. A CONFECH recebeu duras críticas sobre essa questão”, afirmou o estudante.

Cabe aqui um direito de resposta. A Federación de Estudiantes Universidad Santiago de Chile, Feusach, responde a crítica. “As principais organizações estudantis são oriundas de universidades públicas e a CONFECH foi criada da união dessas organizações. Podemos ter esquecido um pouco das universidades privadas, mas elas já são pagas por serem privadas e a principal questão que girava em torno das revoltas estudantis era outra, era a gratuidade do ensino público”. Lembrando que a Usach, Universidade de Santiago de Chile é estatal.

Mesmo havendo essa discrepância, as universidades privadas apoiaram o movimento estudantil. A questão envolvia outro ponto também, o de melhoria de ensino e desburocratização da maioria dos projetos educacionais. Por isso, estudantes como Miguel, de universidades privadas, participaram do movimento estudantil. A maioria das universidades privadas do Chile está concentrada em mãos da elite conservadora que pouco se importa com a melhoria da qualidade do ensino, somente querendo que as mensalidades sejam pagas em dia. Os laboratórios, centros de pesquisa, salas de aula e cronograma de atividades são, em sua maioria, anacrônicos e não se encaixam no panorama da sociedade chilena atual. Esse fator proporcionou a entrada das universidades privadas no confronto também e fez com que o movimento estudantil chileno ganhasse mais força.

Dentro dessa ideia, Miguel conta um pouco sobre sua experiência dentro da presidência do Centro de Estudantes de sua universidade, localizada na capital Santiago: “durante minha gestão tive bastante dificuldade em desenvolver nossos projetos, as universidades privadas possuem estruturas rígidas em sua organização e uma forte tendência tradicionalista em suas autoridades mais altas. As universidades privadas investem em publicidade e um marketing muito forte para chamar a atenção da classe média, desenvolvendo metodologias pedagógicas cheias de artifícios tecnológicos, mas pobres de conteúdo. O conflito atual se relaciona basicamente com o lucro, usando o sonho de mobilidade social da classe média da capital. Para

fugir da lei que impede que as universidades privadas tenham lucro, os proprietários dessas casas de ensino utilizam de diversas maneiras para burlar isso, a técnica mais usual é interessante: os donos das universidades possuem propriedades e cobram aluguel dos edifícios e terrenos das próprias instituições de ensino, ou seja, grande parte das finanças destinadas a melhoria da educação vai parar no bolso dos proprietários usando esse recurso. Eu percebi muito isso durante minha gestão dentro do Centro e a técnica foi duramente criticada pelo movimento”, explica.

Técnicas como essa citada por Miguel fazem com que os lucros das entidades sejam remetidos aos proprietários, que usam o recurso para proveito próprio. Aqui no Brasil também não é difícil se deparar com essas atitudes, o que causa uma baixa da qualidade de ensino das universidades privadas. No Chile, estudantes que saem de universidades de baixa qualidade sofrem duras dificuldades para encontrar um emprego depois de formados. A graduação nessas universidades, onde o fundo é revertido para lucros pessoais, não é garantia de emprego para os jovens. Tornou-se claro para todos que a maioria dessas instituições só visa o fim lucrativo e deixa de lado a qualidade educacional. Nas universidades públicas, a situação é um pouco distinta, porém a qualidade também não seja tão superior em relação às privadas. Embora algumas denúncias de lucro e desvio de verbas, as universidades são sustentadas pelos estudantes e, portanto, a qualidade permanece melhor. As mais tradicionais possuem laboratórios sucateados e antigos, mas a pesquisa e desenvolvimento de projetos são mais realizados, em comparação com as universidades privadas.

Ainda assim, o número de universidades privadas é mais que o dobro do número de universidades públicas. Esse panorama está aumentando cada vez mais, já que criar uma instituição de ensino particular se tornou um lucrativo negócio para as elites. O também estudante de Serviço Social e militante dentro do movimento estudantil, Leonel Mujica⁵², explica os pontos fracos do ensino superior privado no país: “as universidades privadas não recebem nenhum controle do Estado. Regulamentos internos podem ou não favorecer

⁵² Em entrevista realizada no dia 07/09/2012.

ou respeitar o aluno e sua livre expressão. As universidades privadas também não têm nenhuma fiscalização do Estado sobre a questão das tarifas que cobram de seus alunos, seus valores podem subir de forma exorbitante e de forma muito rápida. Além disso, elas podem proibir qualquer organização estudantil ou censurar qualquer obra acadêmica sem ter que dar satisfações sobre isso”.

Esses fatores citados acima ajudaram a sucatear o nível de ensino na maioria das universidades privadas chilenas, o que impulsionou também a entrada delas nas manifestações estudantis de 2011. Os embates entre as universidades e os modelos de ensino foram deixados de lado quando as manifestações ganharam as ruas.

Nas ruas de Santiago

Não demorou muito para o movimento estudantil chileno sofrer suas primeiras críticas. Alguns grupos de estudantes começaram a reagir com violência para tentar intimidar os carabineros e começou um ataque desenfreado a prédios públicos e outros órgãos do governo. Estudantes começaram a utilizar como armas pedras e coquetéis molotov. Jornais da capital, Santiago, começaram a publicar suas primeiras matérias questionando sobre o real motivo do conflito, se os estudantes estavam mesmo lutando por gratuidade e qualidade de ensino ou se a mobilização era pra desestabilizar o governo de Sebastián Piñera. A morte do estudante de 16 anos na manifestação da CUT⁵³ em agosto, descrita no começo do capítulo, despertou indignação na maioria dos estudantes. O governo prometeu realizar uma investigação rigorosa sobre o incidente, mas os estudantes sabiam que ninguém ia ser punido. Isso, aliado ao extremo descaso e apatia do governo, despertou a violência em muitos estudantes, que permaneciam pacíficos até então.

⁵³ A CUT chilena, Central Unitaria de Trabajadores, foi fundada em setembro de 1988 e é representativa em grande parte dos movimentos sociais no país.

A Confech não pregava a violência e dizia que grupos mais radicais estavam contrariando seus ideais e nada tinham a ver com o movimento. Movimentos como o “panelaço”, que consistia em reunir uma marcha enorme de estudantes com panelas e outros utensílios de cozinha, fazendo barulhos que atrapalhavam a rotina de muitos chilenos, eram pacíficos e aceitáveis, recebiam o apoio das entidades estudantis. Mas o ataque a prédios públicos, embaixadas e pichações de monumentos históricos eram repreendidas.

Camila Vallejo, em entrevista a revista argentina OSAL⁵⁴, periódico publicado pelo Conselho Latino americano de Ciências Sociais, CLACSO, em 2011, afirmou que: “somos uma geração que perdeu o medo. Somos jovens e alguns poucos se perdem pelo caminho, partindo para a violência, mas também sofremos repressão. Não nascemos no período da ditadura militar, só temos uma ideia do que aconteceu por nossos pais ou pelo que aprendemos na escola, mas o que está acontecendo aqui é muito importante. Tão importante quanto às revoltas daquela época”.

A força policial nas ruas aumentou. Estava quase impossível para um jovem andar sozinho à noite se ser provocado pelos carabineros. Miguel conta uma história que vivenciou sobre isso: “eu estava indo visitar um amigo, era agosto e os nervos de todos estavam exaltados. Este meu amigo se encontrava com fortes dores de cabeça e congestões devido às bombas de gás que eram soltas todos os dias pelos policiais. Estava indo ajudá-lo, queria levá-lo ao hospital ou algo assim, pois aquelas dores podiam piorar ou causar reações diversas. Estava incapacitado de ir sozinho e, mesmo se estivesse bem, caminhar pelas ruas naquela hora seria um risco muito grande. Fui até seu hostel, onde ele estava hospedado por alguns dias, e acompanhei-o até o hospital. No caminho, era possível ver dezenas de carros com policiais armados e de prontidão caso alguma coisa acontecesse. Foi uma coisa que se vê nos filmes, a cidade estava literalmente sitiada. Foi então que meu amigo, não sei se por reação natural ou qualquer outra coisa, colocou um pano no rosto. Foi um ato imprudente, a polícia poderia confundi-lo com um dos “encapuzados” revoltosos que saíam pela noite para depredar prédios ou

⁵⁴ Edição 31. Abril de 2012.

provocar a polícia. De fato, foi o que aconteceu. Não demorou muito para um dos carabineros nos deter quando cruzávamos o parque. Nesse momento, eu lembro de uma cena marcante, um jovem de cadeira de rodas tentando escapar de uma balbúrdia que estava acontecendo a poucos metros dali. O carabinero se aproximou e tomei a frente de meu amigo, explicando que ele estava mal e queria levá-lo ao hospital. Por sorte, ele foi compreensivo e nos deixou ir, mostrando o caminho mais seguro, aqueles onde não haviam forças policiais ou viaturas. Meu amigo começou a se sentir melhor enquanto caminhava e paramos em um restaurante para comer e beber algo, a fim de que ele se hidratasse. Víamos no noticiário do restaurante o balanço dos últimos dias, sempre mostrado de maneira parcial, isso um julgamento meu. Quando voltávamos para o hostel, no centro de Santiago, escutamos barulhos vindos de todos os lugares, prédios, arranha-céus, casas... Eram barulhos de panelas, colheres, letreiros sendo chutados, gritos, pedras eram arremessadas do alto, ou seja, qualquer coisa que fizesse algum barulho ou acertasse algum policial, serviria naquele momento. Eram pessoas que estavam descontentes com aquilo tudo. Caminhávamos com toda pressa que podíamos, mas não correndo, a chance de sermos acertados seria maior. Aquele foi um dos momentos de grande agitação coletiva. De novo, por sorte, conseguimos chegar ao hostel ilesos”.

As negociações com o governo

As universidades pararam as aulas devido ao alarde das ruas. A maioria delas decretou férias coletivas para todos os estudantes, professores e funcionários. As ruas estavam sitiadas. Os pais, vendo os filhos correndo riscos diariamente, criticavam duramente o presidente. O governo não poderia permanecer imóvel com uma situação dessas. Em setembro, a primeira reunião com o presidente Sebastián Piñera e as organizações estudantis teve início na Moneda.

Do lado de fora, centenas de estudantes acompanhavam as negociações. Gritos pela gratuidade de ensino podiam ser ouvidos no pátio do Palácio. Os estudantes estavam afoitos, pela primeira vez após meses de protesto, os estudantes se encontravam com a própria autoridade maior do governo. Estavam presentes, além do presidente, o ministro da Educação, Felipe Bulnes, reitores de universidades, líderes de organizações estudantis e professores. Apesar das longas negociações, que duraram cerca de quatro horas, tudo o que aconteceu foi uma dose de ânimo a mais nos estudantes, que saíram da Moneda mais esperançosos com as promessas de Felipe Bulnes.

No mês seguinte, outra reunião com o ministro. Dessa vez, os estudantes saíram descontentes com as promessas feitas e com o não cumprimento das outras. Após novas quatro horas de reunião, os estudantes se retiraram da mesa de reunião e anunciaram novas manifestações. O governo propôs outorgar bolsas para 40% dos universitários e ofereceu créditos bancários para os demais estudantes. Camila Vallejo, presente na reunião, afirmou que: “isso não resolve o problema educacional chileno, a gratuidade é a bandeira levantada pelo nosso movimento”.

Antes do segundo encontro dos estudantes com o governo, o presidente Piñera anunciou um projeto de lei que penalizava ocupações de instituições educacionais. A medida mexeu com o ânimo dos estudantes chilenos, que acharam que o presidente queria criminalizar o protesto público. Professores e estudantes chamavam a população para participar de plebiscitos a favor de um novo projeto educacional no país.

Finda as negociações furadas, manifestações continuaram, mas com menos força, já que os estudantes começavam a se preocupar com o calendário escolar parado há meses e a população começava a desacreditar do movimento.

O refluxo e a retomada das manifestações

Já foi mencionado anteriormente que, no início do movimento, a adesão da população chegava a quase unanimidade, cerca de 80% apoiava o movimento estudantil e uma reforma educacional no país. Mas, meses depois, esse número cairia vertiginosamente para apenas 30% de adesão⁵⁵. Isso aconteceu por uma série de fatores que podemos enumerar: o cansaço da população, as estratégias dos governantes em desviar do assunto e, talvez a principal, o posicionamento da mídia.

Com a volta das aulas, meses após os protestos, as universidades e colégios se viram com um problema nas mãos: a grade curricular estava seriamente afetada devido à paralisação prolongada. Isso fez com que várias instituições de ensino procurassem meios de acelerar com as aulas, fazendo com que a qualidade caísse consideravelmente. Claro que isso só poderia deixar os pais dos alunos muito descontentes, fator também que repercutiu no número muito menor de adesão popular citado anteriormente.

O ano de 2011 passou e 2012 apontava sem perspectiva de melhoras para os estudantes chilenos. Houve um refluxo do movimento que procurava novas formas de atuação. Camila Vallejo deixou a presidência da FECh e passou a atuar ao lado de Gabriel Boric, agora presidente da entidade. A opinião pública desviava seus assuntos para outros, todos estavam desgastados com as revoltas estudantis chilenas e alguns até consideravam que aquilo ia passar e tudo voltaria ao normal. Não foi o que aconteceu.

O começo de 2012 foi marcado por uma manifestação que foi duramente criticada pelas organizações estudantis de todo o país. Com pouca repercussão, a manifestação foi mais uma revolta generalizada sem apoio da massa estudantil. Logo foram contidos e levados para as delegacias de Santiago. A FECh divulgou em seu portal que nada tinha a ver com a manifestação e que aquilo tinha sido ocasionado pelo “desgaste do movimento

⁵⁵ Dados do Clarín chileno de maio de 2012.

que estava se reestruturando”. Dias depois, Camila Vallejo divulgou em seu twitter a mesma frase, enfatizando.

Com as aulas já retomadas, os estudantes voltaram a participar das assembleias das entidades estudantis em março de 2012. Articulavam um novo plano de atuação, já que quase nada tinha sido feito pelo governo para melhorar a situação. Foi marcada uma nova manifestação para abril e foi divulgada em rede nacional. O presidente Sebastián Piñera, após a ameaça, disse a rede de televisão CNN⁵⁶ que “os chilenos nunca estão contentes com o que têm. Se querem se manifestar, que façam de forma pacífica”. E assim as manifestações continuaram marcando o cotidiano dos chilenos. Apesar de começarem mais brandas, as revoltas seguiam o mesmo caminho do ano anterior. Os dirigentes das organizações estudantis haviam mudado; o que ajudou a oxigenar o movimento.

O governo, em meados de junho de 2012, começou a articular um plano de reforma educacional, que visava arrecadar mais tributos da população para financiar o novo projeto de educação. O presidente previa um aumento da arrecadação anual entre 700 a 900 milhões de dólares e anunciou a reforma tributária em horário nobre de televisão. Alguns setores da sociedade ficaram um pouco desconfiados com a nova ideia que ainda precisava ser aprovada para ser posta em prática. Quanto aos estudantes, poucos se animaram, a maioria dos líderes estudantis dizia que a medida não solucionaria a crise educacional no país. Sebastián Piñera anunciou também que a educação pré-escolar da rede pública passaria a ser gratuita para 60% da população, beneficiando aqueles com condições econômicas mais vulneráveis.

A Confech não acreditou muito nas medidas de Piñera e os estudantes continuavam com as manifestações. O novo ministro da Educação, Harold Beyer, havia herdado uma verdadeira batata quente e estava tentando pensar em alguma maneira para conter os estudantes. Mais uma vez, novas paralisações nas universidades e escolas secundárias aconteciam. Greves em universidades de Santiago e Valparaíso se tornaram novamente frequentes. O

⁵⁶ Esta entrevista foi realizada no dia 16 de abril de 2012.

balanço final do primeiro semestre mostrava que tudo estava acontecendo de novo, só que de uma maneira mais estruturada.

Agosto de 2012. O cansaço dos estudantes e a falta de compromisso do governo deixam a população profundamente desgastada. Novamente, grupos de estudantes resolvem agir sozinhos, sem autorização das organizações. Em uma quinta-feira, dia 23, vários protestos eclodem na capital Santiago, de maneira generalizada. Os carabineros continham os revoltosos e centenas foram detidos. Ônibus foram queimados em plena luz do dia. No dia seguinte, os jornais da capital condenavam duramente os manifestantes chamando-os de delinquentes e desordeiros. As organizações estudantis enfatizaram que a revolta não havia sido autorizada.

O clima havia esquentado. A Confech e outras organizações não poderiam ficar de braços cruzados frente a centenas de estudantes detidos pela polícia. No final do mês, dia 29 de agosto, uma enorme manifestação tomou as ruas de Santiago. Mais de 200 mil pessoas estavam presentes. Barricadas eram formadas no meio das ruas. O trânsito estava parado, tudo o que se via eram estudantes e policiais correndo em meio a nuvens de fumaça. Um estudante que tentava retirar um hidrante da calçada para arremessar contra uma viatura foi gravemente ferido. Outro que cruzava uma ponte no centro da capital caiu e também ficou gravemente ferido. Vários foram presos, mais de 200 foram fichados aquele dia. O governo lamentou o incidente e pediu para que os estudantes não agissem mais com tamanha violência. Santiago permaneceu quieta durante a noite do dia 29 de agosto.

Um dia depois da manifestação, 30 de agosto, Sebastián Piñera concedeu uma entrevista para uma emissora estatal chilena. Os estudantes haviam reclamado de abuso e violência dos policiais. O presidente foi enfático: “qualquer tipo de violência policial é condenada. Não vamos tolerar excessos policiais. Mas os policiais estão cumprindo missões difíceis, eles precisam manter a ordem pública e garantir a segurança da população”. Quando indagado sobre a questão da reforma educacional, Piñera respondeu: “As cobranças são legítimas, o projeto está no Parlamento e será aprovado”.

Até quando?

Em setembro de 2012, a Câmara dos Deputados chilena finalmente aprovou o projeto de reforma educacional proposto pelo ministro da Educação, após quatro longos meses de negociações.

O governo divulgou a reforma como se tudo estivesse solucionado. Não era bem assim, as organizações estudantis continuavam insatisfeitas, pois há muitas contradições no projeto do ministro. Segundo Camila Vallejo: “o projeto de Beyer visa apenas dar uma sobrevida de um par de anos a um sistema que continuará endividando famílias e entregando uma formação insuficiente e de baixa qualidade aos estudantes”. A Confech pensava do mesmo modo, alegou em seu portal na internet que a reforma demonstrava falta de interesse do governo em solucionar a crise educacional.

O projeto de reforma educacional consiste em um pacote de sete medidas dedicadas principalmente a melhorar e facilitar o acesso ao crédito educacional a estudantes de ensino superior e médio. Na realidade, o projeto segue nos mesmos moldes daquele que o presidente havia anunciado em 2011. A nova medida também prevê uma taxa fixa de 2% para todos os programas de bolsas do governo e um sistema de acesso que possui critérios socioeconômicos, ajudando estudantes de baixa renda a continuarem estudando. Para finalizar, a reforma diz que a cobrança de bolsas reformadas só será realizada quando os estudantes já estiverem inseridos no mercado de trabalho.

Até o término dessa obra, o movimento estudantil chileno ainda permanecia descontente com as propostas do governo e continuava a articular novas manifestações. Muitas delas eclodiram em outubro de 2012. Claramente, ainda se vê que as medidas tomadas por Piñera e seus seguidores beneficiam mais os estudantes de maior renda e que a desigualdade social e educacional no país continuará forte, mesmo com o novo projeto.

Resta saber até quando esse impasse continuará. Quem sabe ainda possamos ver um Chile mais democrático, onde todas as pessoas tenham

acesso a um ensino público de qualidade. Por enquanto, ainda teremos que assistir, nos quinze segundos do noticiário internacional, as revoltas eclodirem na capital Santiago. Para finalizar, uma última frase da líder estudantil Camila Vallejo:

“Não queremos migalhas, queremos uma mudança social significativa⁵⁷”.

⁵⁷ Frase dita a emissora estatal chilena após a aprovação da reforma educacional pelo governo chileno.

II - Enquanto isso, no Brasil...

Não reivindicaremos nada. Não pediremos nada. Conquistaremos. Ocuparemos.

Frase de Maio de 1968⁵⁸

No ano de 2011, o Brasil também passou por algumas manifestações estudantis. Nesta parte, vamos destacar a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo, que teve a maior repercussão e gerou controvérsia, devido à abordagem da mídia e da opinião pública sobre o assunto. Mas por que tratar de um evento tão isolado em um livro que aborda o movimento estudantil em sua totalidade? A resposta é simples: a ocupação ilustra todo um panorama não só da nova geração da militância estudantil, mas também da visão da sociedade frente a isso. Conforme será abordado nas próximas páginas, é possível distinguir as características da nova geração estudantil descritas nos capítulos anteriores. Vale dizer que não se trata de uma comparação com o movimento chileno do mesmo ano. O que se discute aqui é o posicionamento da sociedade frente a uma questão polêmica que permitiria um diálogo maior se fosse analisada conforme sua amplitude.

A ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo

A tradicional Universidade de São Paulo também passou por episódios que marcaram a história do movimento estudantil em 2011. A mobilização foi uma das maiores dentro da história da universidade e envolveu questões polêmicas, que mobilizaram a opinião pública, meios de comunicação e até o governo do Estado. Ao contrário do movimento chileno, não houve aqui um apoio geral da população, conforme vamos constatar durante o andamento da descrição do movimento. Embora ainda permaneça controversa, a mobilização

⁵⁸ Frase retirada do livro “A Sociedade do Espetáculo” de Guy Debord.

teve pontos característicos que não foram totalmente abordados pela mídia e ainda estão obscuros para a maioria das pessoas.

A USP é a maior universidade do Brasil e é referência de qualidade educacional no país, estando entre as melhores da América Latina. No amplo espaço do campus de São Paulo, várias tendências políticas aparecem, como já foram relatadas em capítulos anteriores, muitas delas de caráter marcadamente esquerdista.

O dia 08 de setembro de 2011 foi simbólico para a universidade. O reitor, João Grandino Rodas, assinou um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que permitia a entrada da Polícia Militar no campus da Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira” da USP, em São Paulo. O patrulhamento de todo o campus seria realizado pela polícia a partir de agora. A medida chamou a atenção dos estudantes e causou certa controvérsia, alguns eram favoráveis, pois a violência dentro do campus, sobretudo à noite, era muito grande; outros eram contra, pois acreditavam que a Polícia Militar não representava o melhor esquema de segurança, já que seu caráter autoritário sempre foi famoso.

Depois da medida, vários estudantes começaram a frequentar as reuniões do Diretório Central dos Estudantes para debater sobre a questão, pois alegavam estar sendo vítimas da autoridade policial dentro do espaço universitário. Estudantes negros diziam que um simples olhar torto era motivo para a Polícia Militar fazer uma revista e uma abordagem violenta. Estudantes que portavam maconha também sofriam violência. Aliás, a questão da maconha dentro do espaço universitário foi muito debatida pelo Diretório Central e o principal argumento utilizado era que o simples porte de maconha não figurava como crime. Durante o mês de setembro e outubro de 2011, muitos estudantes que portavam maconha eram detidos diariamente.

A representação do DCE era clara: “A Polícia Militar é um aparelho repressor do Estado que remonta à época da ditadura; sua presença não é compatível com um ambiente universitário e nem com uma sociedade democrática. Vários são os casos de denúncias de políticas higienistas, racistas e de criminalização da pobreza feitas pelas polícias militares do Brasil”,

explica Thales Carpi⁵⁹, diretor do DCE Livre e aluno do curso de Relações Internacionais da USP, em entrevista e em comunicado publicado na página do Barricadas Abrem Caminhos..

Os críticos dessa opinião permaneciam inertes, satisfeitos com a presença da polícia dentro da Cidade Universitária. Casos de violência praticados por pessoas fora do ambiente estudantil sempre foram comuns dentro da Universidade. Várias garotas foram brutalmente estupradas, estudantes roubados, prédios depredados, etc. Os bandidos aproveitavam da falta de segurança dentro do espaço e constantemente invadiam o campus. Um pouco antes de Rodas assinar o convênio com a Polícia, um estudante havia sido morto em uma tentativa de assalto. Para a maioria dos estudantes, a Polícia Militar era a solução para melhorar esse panorama.

Havia esse embate de opiniões que foi decisivo para a eclosão das manifestações estudantis. Segundo pesquisa feita pelo Instituto Datafolha⁶⁰, o aval aos policiais militares não era homogêneo: tinha ampla maioria nos cursos de exatas e biológicas, 77% e 76% de aprovação, respectivamente. Nos cursos de humanas, a situação era diferente, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por exemplo, onde vários estudantes foram detidos por porte de maconha, a desaprovação da Polícia Militar chegava ao número de 70%. Como abordamos em outro capítulo, a politização e ativismo do movimento estudantil estavam realmente mais enraizados em cursos de humanidades. Os cursos de Medicina e de Engenharia eram os mais favoráveis, cerca de 80% votavam a favor da presença policial no campus. Isso causou um isolamento dos cursos de humanidades em relação a essa questão.

Mesmo havendo esse isolamento, os alunos dos cursos de humanidades começaram a mostrar sua indignação com o autoritarismo da polícia no espaço universitário. Toda semana, assembleias eram realizadas buscando maneiras de estruturar um movimento que batesse de frente com a decisão do reitor Rodas. No dia 27 de outubro de 2011, ocorreu o primeiro confronto entre estudantes e policiais militares dentro da Cidade Universitária.

⁵⁹ Em entrevista realizada no dia 03/09/2012.

⁶⁰ Pesquisa divulgada em novembro de 2011.

A polícia agiu com violência: cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e sprays de pimenta foram utilizados contra estudantes e professores na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH. O estopim do confronto foi o questionamento da prisão de três estudantes por porte de maconha, contestada pelos revoltosos, já que o simples porte não é considerado crime. Depois do protesto, o movimento surgiu com mais força, reivindicando o fim do convênio polêmico e também o fim de processos administrativos envolvendo funcionários da Universidade.

Era questão de tempo para uma ocupação acontecer de forma definitiva e alguns pontos da USP entrarem em greve. No dia 02 de novembro de 2011, a reitoria da universidade foi ocupada em definitivo. No dia anterior, foi realizada uma assembleia que contou com a presença de muitos descontentes, cerca de 1000 estudantes, e foi administrada pelo DCE. Em votação, os estudantes resolveram desocupar o prédio da FFLCH; ocupação que foi realizada um dia depois da revolta do dia 27. A votação foi acirrada, o que deixou muitos estudantes insatisfeitos com o resultado e pedindo uma nova contagem, que não aconteceu. Assim, um grupo de estudantes que havia perdido a votação resolveu se unir para ocupar a reitoria geral da USP.

Thales explica: “O DCE foi contra a ocupação, diziam que era uma atitude antidemocrática que nada tinha a acrescentar ao movimento. Mas, em minha opinião, devemos ficar atentos e visualizar bem o que estava acontecendo dentro da universidade. Rodas assinou o convênio sem consultar nenhum funcionário, professor ou estudante, ou seja, também agiu de forma totalmente antidemocrática. Uma das bandeiras levantadas pelo movimento estudantil dentro da USP é pela democratização do espaço universitário. Eu respeito a ocupação, pois somente com paralisações, greves e ocupações é que os estudantes podem ser ouvidos dentro de um contexto polêmico como esse”.

A ocupação da reitoria durou uma semana. No dia 08 de novembro, o batalhão de Choque da Polícia Militar invadiu o prédio e prendeu cerca de 70 estudantes que estavam acampados dentro da reitoria. Os estudantes foram levados para a delegacia, onde prestaram depoimento. A reação violenta de

reintegração de posse foi duramente contestada pelos estudantes que começaram a realizar protestos contra a prisão dos colegas. O prédio estava em um estado de depredação muito grande, o que chamou a atenção da opinião pública, que culpou os estudantes pelo vandalismo. Aliás, a mídia teve um espaço muito grande para aumentar a repercussão do movimento. Emissoras de televisão estavam presentes durante a desocupação e registraram todo o processo.

Sobre a depredação, o militante e aluno da USP, Luiz Henrique⁶¹ contesta: “Não sabemos como aconteceu, se o prédio estava depredado antes ou depois da desocupação. Os estudantes dizem que grande parte dos estragos foi causada durante a entrada da Polícia na reitoria. As fotos foram tiradas depois da desocupação. Há vários relatos que ouvimos sobre isso, que não foram os estudantes que depredaram o chamado patrimônio público. Mesmo assim, a opinião pública agiu de forma totalmente parcial, culpando os estudantes pela depredação, o que causou bastante indignação por parte do movimento”.

Assim, o Brasil viu estudantes de classe média em programas policiais apresentados e dominados pelo sensacionalismo latente. Alguns estudantes cobriam o rosto para não serem identificados pelas câmeras que miravam seus rostos. A reitoria da USP liberou alguns vídeos de câmeras de segurança no momento da ocupação. Era possível ver uma pequena depredação, no portão de acesso ao prédio e nas câmeras de segurança. Os manifestantes também assumiram a autoria de algumas pichações nos muros da reitoria. O restante ainda permanece inconcluso, a Polícia Militar atribuiu o estado de depredação aos estudantes e o caso foi dado como encerrado.

Em 2009, o Sindicato de Trabalhadores da USP realizou uma greve por melhores condições de trabalho e os estudantes aproveitaram o momento para contestar o projeto da Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP, que visava formar professores para a rede pública de ensino de maneira bastante precária, através do ensino a distância. A reitora na época, Suely Vilela, junto com o diretor da Universidade de Direito do Largo São Francisco

⁶¹ Em entrevista realizada no dia 03/09/2012.

da USP, que era ninguém mais que o senhor João Grandino Rodas, chamaram a Tropa de Choque para impedir qualquer manifestação e constranger os trabalhadores que exerciam seu direito de greve. Naquele ano, após uma manifestação pacífica por parte dos estudantes e funcionários, a Tropa atacou os revoltosos lançando bombas de gás lacrimogêneo e impedindo qualquer outra manifestação que pudesse surgir. Isso mostrou, segundo os militantes, o caráter totalmente reacionário das gestões da universidade, do governo e do atual reitor Rodas.

Exatamente daí que partem as principais críticas sobre a presença da PM na Cidade Universitária. Os estudantes que fazem parte do movimento e se preocupam com a qualidade do ensino e com o bem maior da universidade, querem um espaço democrático para expor suas ideias e se manifestar, sem ter medo de ser duramente reprimido. O protesto era claro, diziam os alunos militantes em comunicados e textos: “O convênio se caracteriza como uma saída simples, midiática e que condiz com o projeto de universidade do reitor, ou seja, um espaço sem manifestações políticas e que não atrapalhe o andamento do cotidiano dos estudantes. Planos de segurança muito mais simples, como o aumento da iluminação no campus ou outros planos necessários, foram sumariamente dispensados. A posição contra a permanência da Polícia é essa, gira em torno dessa questão, a Universidade deve ser livre para qualquer tipo de manifestação de ordem pacífica, que possa contestar e melhorar o ambiente do espaço educacional. Duas coisas são fundamentais para que isso possa ser preservado: a integração com a sociedade e o livre-pensamento. A presença de um sistema reacionário e que reprime qualquer tipo de manifestação atrapalha isso, não podemos mais reivindicar ou promover debates sem o risco de fazer apologia a algo e sermos duramente reprimidos”.

A força policial ainda está presente na Cidade Universitária. Ainda pode se ver os diversos protestos de “Fora PM”, embora localizados e sem força. Hoje, vários projetos visando o aumento da segurança estão sendo pensados pelo convênio e a diretoria da USP. De fato, o número de incidentes criminosos diminuiu dentro do espaço universitário devido a presença constante da polícia em seus corredores. Segundo número enviados pela própria Polícia Militar, no

começo de 2012, a criminalidade na USP havia diminuído cerca de 90%. Roubos de veículos caíram vertiginosamente, seqüestros relâmpagos eram casos raros e furtos não aconteciam mais diariamente.

Em entrevista ao Jornal do Campus em junho de 2012⁶², o oficial reformado da Polícia Militar, Luiz de Castro Júnior, responsável pela chefia da Superintendência de Segurança da USP, SEG, deu seu parecer sobre a questão. O órgão foi criado para garantir as atividades de segurança relacionadas ao espaço universitário. A nomeação de Luiz de Castro despertou novamente indignação de parte dos estudantes, alegando que a Universidade dava mais um passo a militarização dos campi. Na entrevista, o oficial contestou: “Isso tudo é pela falta de diálogo. A PM está nas áreas comuns dos campi porque estamos sendo vítimas de delitos. E quando um delito é feito, quem tem que agir é o Estado e a PM faz parte do Estado. Quando falamos sobre áreas de acesso restrito, como salas de aula, laboratórios, onde se produz conhecimento científico, não há presença policial. Há um equívoco muito grande nessa frase ‘Fora PM’. A PM já estava presente antes na universidade e vai continuar agindo como agia antes. A legislação foi feita para ser cumprida em todo o território nacional e com a USP não pode ser diferente. Com o convênio, além de toda essa evolução da Polícia Militar em direitos humanos, vieram alguns instrumentos junto com o policiamento comunitário. Por exemplo, visitas comunitárias, que é o policial visitar cada um dos residentes ou estabelecidos numa área geográfica onde ele trabalha”.

A análise da opinião pública

Já foi citado nas páginas anteriores que a mídia teve um espaço muito importante no andamento da ocupação da reitoria da Usp. Após o episódio, começaram a surgir críticas ao movimento estudantil no Brasil, generalizando toda e qualquer organização. Programas de televisão criticavam a falta de consciência política e social da nova geração estudantil, que foi tema de muitos

⁶² Entrevista realizada por Juliana Mendonça Santos, publicada no dia 06/06/2012.

programas e debates. Quase ninguém aprofundava a questão; ninguém dizia que a USP sofre com a falta de democratização do espaço universitário. Ninguém alegava que o governador José Serra desrespeitou e desprezou a autoridade universitária ao nomear o reitor João Grandino Rodas, o segundo mais votado, para o importante cargo acadêmico anos antes. Ninguém abordava que a violência e o abuso de autoridade da Polícia Militar eram explícitos, não só dentro da USP, mas como no Brasil em sua totalidade. E a corda estourou do lado dos estudantes e os pais de família pediam agora punição exemplar aos revoltos. “Cadeia neles” era a frase mais utilizada.

A internet possibilitava um aprofundamento maior na questão, mas mesmo assim era notável a imparcialidade. Todos queriam expor sua opinião própria sobre o assunto. Foi a primeira grande manifestação estudantil que englobou o universo das redes sociais. Nelas, estudantes contrários ao movimento despejavam críticas aos revoltosos, usando palavras como “maconheiros”, “desocupados” e “bandidos”. Outros, favoráveis a ocupação, defendiam os ideais dos estudantes com vídeos e palavras de apoio. Mas estes eram poucos e isso fez com que o movimento estudantil de outros lugares pouco soubesse o que estava acontecendo nos portões da Cidade Universitária da USP.

O reitor João Grandino Rodas apareceu em diversos programas e dava entrevistas para um sem número de revistas. Concedeu uma entrevista para a própria Sala de Imprensa da USP condenando os revoltosos, retratando-os como rebeldes que carregavam coquetéis molotov e tonéis de gasolina como arma. A ala mais conservadora da sociedade paulistana até condenava o reitor, mas não pela repressão e prisão dos estudantes, mas sim por não ter agido com mais pulso frente à ocupação. O jornalista José Nêumanne escreveu um artigo para o influente jornal O Estado de São Paulo acusando os estudantes de serem mimados, delinquentes e covardes. Terminava o texto de forma clara, a punição foi branda e não exemplar.

Já os programas policiais, famosos pelo sensacionalismo, nem se fala. Durante toda a ocupação eram realizados boletins ao vivo onde só eram entrevistados policiais militares e estudantes contrários a manifestação. Depois

das matérias, os apresentadores ainda soltavam comentários grosseiros contra a ocupação e contra os estudantes. Esses programas, como alcançam uma grande audiência, ajudaram a moldar o pensamento da população mais alienada ao que estava acontecendo na universidade.

Os únicos portais que apoiavam o movimento eram os sites e revistas voltadas a correntes mais esquerdistas. Mas esses meios são pouco acessados e logo perderam a briga contra os grandes programas de massa. Simplesmente não há como um artigo publicado na revista “Carta Capital” ou na revista “Caros Amigos” brigar contra um programa apresentado pelo famoso Datena no horário das sete da noite, quando os trabalhadores chegam do serviço.

No geral, duas vertentes predominaram na cobertura da mídia: ou era desfavorável ou era rasa demais. O discurso da massa apresentava a versão de que os protestos são contra a prisão dos estudantes por fumar maconha dentro do campus e que o Governo do Estado de São Paulo e a Polícia Militar estão fazendo seu papel dentro da sociedade. Apenas isso, sem qualquer aprofundamento. O mais controverso é que um dos estudantes que protestaram e ocuparam a reitoria afirmou que “atos assim são feitos para chamar a atenção da opinião pública e da universidade”. Que chamou a atenção, isso é fato, mas não foi como ele imaginava. Porém, há uma verdade nas palavras do jovem, já que as manifestações realizadas de forma pacífica não chamam a atenção da mídia, que gosta mesmo é de ver situações como essa. No caso da reintegração de posse, a atitude policial foi descrita como justificável e certa.

De fato, uma pena um fato como esse não suscitar debates mais profundos sobre o tema na mídia. Em um país onde não há diálogo, não há solução. No final, quem saiu perdendo fomos todos nós.

Considerações Finais

Pela leitura da obra, podemos ver que o movimento estudantil hoje é antes de tudo, plural. Ou seja, capaz de se manifestar através dos muitos grupos que compõem o cotidiano dos estudantes, seja em qual país estiver. O debate sobre o posicionamento dos estudantes e do movimento se encontra hoje em um momento muito especial, sendo frequentemente abordado em muitas situações diferentes. Esta reflexão sobre o movimento surge na época em que os jovens se fortalecem e se organizam, buscando sua identidade, dando visibilidade às suas práticas e procurando maneiras de articulação melhor elaboradas.

No Brasil, o movimento estudantil vem passando por momentos de diversificação em sua atuação, com a inclusão de pautas como cultura, gênero e sociedade. Esse processo de diversificação se deu com o passar dos anos e com a mudança de pensamento de uma sociedade, sobretudo a da juventude, que procura hoje estilos próprios, interferindo no conceito antigo de coletivo. Um dos objetivos dessa obra gira em torno disso, explicitar as diversas atuações de cada um desses grupos, presentes no movimento estudantil clássico brasileiro, em cada área de atuação. Mas vale a pena lembrar que o movimento estudantil não deixou seu lado mais “clássico”, ou seja, incorporando os tradicionais discursos que giram em torno de política e questões de educação. O processo que está acontecendo é uma adaptação a novas demandas, que surgem com a mudança de pensamento, dos estudantes.

Como foi explicitado na obra, apesar da atual estrutura do movimento estudantil brasileiro apresentar problemas diversos, como a forte institucionalização, burocratização e falhas de comunicação, o movimento estudantil brasileiro está sofrendo uma espécie de “oxigenação de ideias”, que se mostra benéfica e muito bem vinda. Questões sociais que antigamente eram pouco abordadas, ou nem mesmo abordadas, hoje já se estruturam e representam uma parte significativa da rede como um todo. A análise dos grupos constituintes do movimento estudantil, suas trajetórias diferentes e

demandas próprias de cada um nos dão uma sinalização das diferentes formas de pensar a participação dos estudantes nos dias de hoje.

Talvez outro ponto essencial do livro seja responder as questões: o que os jovens buscam hoje? Quais os ideais dessa nova geração? Esta foi uma pergunta que a obra tentou responder e a resposta pode sim ser encontrada durante a leitura. Resumidamente, no Brasil, o que se mostra mais explícito é a busca da identidade cultural própria de cada grupo. Essa busca traz algumas consequências como foi relatado: o surgimento de muitas redes que se intercalam e dificultam a comunicação; o afastamento dos ideais mais clássicos, enraizados na mente de uma sociedade mais antiga; o rompimento com a forma mais tradicional do movimento estudantil, que acarreta em uma transição lenta e com certos problemas.

Quanto aos demais países descritos no livro, vimos que a estrutura seguida por eles, em sua forma clássica, é muito semelhante ao Brasil. Porém, alguns pontos como a estrutura da rede chilena, que se mostra mais eficaz ou o posicionamento da juventude com a política na Argentina e no Chile, que também apresenta um engajamento maior, são fatores que diferem do Brasil de maneira mais visível. Porém, vale a pena ressaltar que essas são diferenças não desmerecem um ou outro movimento. No caso do Brasil, por exemplo, a pesquisa mostrou que a pluralidade de temas que estão sendo prospectados pelo movimento estudantil é bastante interessante.

Mas quanto à participação política, o movimento estudantil brasileiro busca uma maior democratização das entidades e também do espaço universitário. Vimos que uma das bandeiras levantadas na luta do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, durante a ocupação da reitoria, por exemplo, é exatamente essa. Os estudantes querem ser mais ativos dentro das decisões tomadas dentro das universidades e das organizações estudantis. A falta de democracia é sustentada em uma verdadeira estrutura de poder, que restringe a participação da comunidade universitária na indicação de chefes de departamento e diretores de unidade.

Por mais que questões como as acima levantadas são características do movimento estudantil atual, não podemos nos esquecer das mobilizações:

como elas surgem, o que reivindicam e como se organizam. Afinal, a principal arma do movimento estudantil, seja lá em qual país estiver, é a união dos jovens estudantes. Para isso, a obra analisou acontecimentos marcantes no contexto histórico de dois países, Chile e Brasil. Essa análise se baseou em manifestações recentes (2011 e 2012) explicando como se deram cada uma delas, qual foram as consequências, lutas, posicionamento da opinião pública, entre outros fatores. Afinal, é possível analisar o posicionamento da rede do movimento estudantil em momentos de mobilização e, no caso, protestos recentes que mostram como eles se posicionaram diante dessas situações.

As manifestações estudantis chilenas recentes não poderiam deixar de ser descritas quando falamos da atual estrutura do movimento estudantil no país. Os protestos representam um episódio histórico, não só no país, mas em toda a América Latina, já que inspirou todo o continente, onde várias manifestações em países vizinhos eclodiram. Depois de décadas vivendo em um sistema educacional desigual, o movimento estudantil se estruturou e conseguiu mobilizar todo um país. Portanto, para abordar a estrutura do movimento chileno foi necessário explicar as atuais manifestações e explicar sua estrutura e comportamento diante dessa revolta.

Glossário - *Em ordem alfabética e dividido de acordo com o país.*

Brasil:

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AI-5 - Ato Institucional número 5

CA – Centro Acadêmico

CADARA - Comissão Técnica de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros

CFE – Conselho Federal de Educação

CMS - Coordenação dos Movimentos Sociais

CINUSP – Cinema da Universidade de São Paulo

CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base (UNE)

CONEG – Conselho Nacional Entidades Gerais (UNE)

CONUNE – Congresso da UNE

CONEN – Conselho Nacional de Entidades Negras

CPC – Centro Popular de Cultura

CUCA – Centro Universitário de Cultura e Arte

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DENEM - Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina

EME – Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

ENEF - Executiva Nacional de Engenharia Florestal

ENETERa - Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária

ENEV - Executiva Nacional de Medicina Veterinária

FEAB - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil

FFLCH – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

MEM - Movimento Estudantil de Medicina

MinC - Ministério da Cultura

MST – Movimento dos Sem Terra

PM – Polícia Militar

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SUS - Sistema Único de Saúde

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEGRO – União de Negros pela Igualdade

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

Chile:

ACU - Agrupación Cultural Universitaria

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FEC – Federación de Estudiantes de La Universidad de Concepción

FECh – Federación de Estudiantes de La Universidad de Chile

FECECh – Federación de Centros de Estudiantes de La Universidad de Chile

FEUSACH – Federación de Estudiantes de La Universidad de Santiago de Chile

FEUT – Federación de Estudiantes de La Universidad de Tarapacá

Confech – Confederación de Estudiantes de Chile

LOCE – Ley Organica Constitucional de Enseñanza

PDC – Partido Demócrata Cristiano

PRSD – Partido Radical Social Demócrata

PS – Partido Socialista

Usach – Universidad de Santiago de Chile

Uch – Universidad de Chile

Argentina:

AAA- Aliança Argentina Anticomunista

Conicet – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Universidad de Buenos Aires

FUA – Federación Universitaria Argentina

JUP – Juventude Universitária Peronista

MNR – Movimento Nacional Reformista

PCR – Partido Comunista Revolucionario

PJ – Partido Justicialista

PRT – Partido Revolucionario de Los Trabajadores

PTS – Partidos de Los Trabajadores Socialistas

UBA – Universidad de Buenos Aires

UCR – Unión Cívica Radical

Continente:

CLAE – Congresso Latinoamericano e Caribenho dos Estudantes

OCLAE – Organização Continental Latinoamericana e Caribenha dos Estudantes

Referências Bibliográficas

1- Obras Literárias

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Abaixo às Ditaduras**. Editora Conceito Editorial. Santa Catarina, 2005

ALBUQUERQUE, José Augusto Gulhón. **Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1977

BONAVENA, Pablo. **El Movimiento Estudantil Argentino – Historias con Presente**. Buenos Aires. Editora Ediciones Coperativas, 2009

_____. **Militancia Estudantil y Derechos Humanos. Proyecto de Investigación**. Editora UBA, Buenos Aires, 1990.

BONETTO, Jorge de Las Heras. **La Reforma Universitaria de 1918 y su Vigencia en la Universidad del Siglo XXI**. Editora Universitaria. Buenos Aires, 2009

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

CAMPIONE, Daniel. **Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003

CANCIAN, Renato. **Movimento Estudantil e Repressão Política**. São Paulo. Editora EDUFSCAR, 2010

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Editora Contraponto. São Paulo, 1997.

FORRACHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 1977

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje, Volume I.** Pernambuco. Editora UFPE, 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Otávio Luiz. **Movimentos Estudantis, Formação Profissional e Construção de um Projeto de País.** Editora UFPE. Pernambuco, 2012

MARTINS FILHO, J. R. **Rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil.** campinas: Mercado de Letras, 1996

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Educação. S. Paulo: ANPED, 1997

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem.** Editora EDUFAL. Alagoas, 2005

SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil: A UNE na Resistência ao Golpe de 1964.** Editora Alinea. São Paulo, 2008.

UNE. **História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes.** Editorial Livramento. São Paulo, 1980.

2 – Artigos e Publicações

AGUILERA, Oscar Et Alli. **La rebelión del Coro. Análisis de La Movilización de Los Estudiantes Secundarios**. Centro de Estudios Socio-Culturales (CESC). Santiago, 2006

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões**, pg. 64-74. Latin American Studies Association (LASA) São Paulo, 2006

CASAGRANDE, Nair. **O papel do estágio de vivência para a formação universitária**. Pg. 01-18. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

DE LA CUADRA, Fernando. **Conflicto social e movimento estudantil no Chile. Estudos Históricos**, v.21, n.42, p.173-194. Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Jéssica Silva; SOARES, Natasha. **As Revoltas Estudantis no Chile**. Cenários: Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, p.10-18, 14 abr. 2012

GONZÁLEZ, Jelly; JOFRÉ, Jenia; RAMOS, Remis. **Presencia Cultural Universitaria: Agrupación Cultural Universitaria**. Periódico da Biblioteca Nacional, 1977. Santiago, 1997.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento Estudantil Brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais**. Revista Crítica de Ciências Sociais, São Paulo, n.66, p.117-149, 10 out. 2003

_____. **Movimento estudantil na contemporaneidade**. Pontifícia Universidade Católica, pg 90 – 110. São Paulo, 2005.

Revista OSAL – Observatório Social da América Latina, Ano XIII, n. 31, Maio de 2012. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires

Revista Especial sobre a 1ª Bienal de Cultura da UNE. 1999. **Tempos negros virão: a universidade que o povo negro quer**. 42.º Congresso da UNE.1992.

SANTANA, Flavia de Angelis. **Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2007.

SANTOS, Juliana Mendonça; SOARES, Nana. **A Universidade não vai se militarizar**, pg 10-14. Jornal do Campus- USP. São Paulo, junho 2012

SEOANE, José e Clara Algranati. **Los Movimientos Sociales en La Geopolítica Continental**, em: Revista Observatório Social de América Latina (OSAL), Ano VI, Nº 19. CLACSO, pg. 109-130. Buenos Aires, 2006

TOER, Mario; GOERLIER, Juan Carlos. **O Movimento Estudantil na Transição à Democracia na Argentina: Estudo de Uma Organização na Universidade de Buenos Aires**, pg 71-94. Revista de Ciências Humanas, Vol 8, n 11. Buenos Aires, 1992.

3 – Sites consultados

Brasil:

www.une.gov.br

www.mulheresnaune.blogspot.com

www.folha.uol.com.br

www.usp.br

www.dceusp.org.br

www.operamundi.uol.com.br

www.esquerda.net

www.bienaldaune.org.br

www.estadao.com.br

www.dceunicamp.org.br

www.barricadasabremcaminhos.wordpress.com

www.vermelho.org.br

www.denem.org.br

www.mst.org.br

www.midiaindependente.org.br

www.pstu.org.br

www.pcdob.org.br

Chile:

www.conftech.wordpress.com

www.bellopublico.cl

www.fech.cl

www.feusach.cl

www.udesantiago.cl

www.elclarin.cl

Argentina:

www.conicet.gov.ar

www.franjamorada.gov.ar

www.uba.ar

www.mov-estudiantil.com.ar

www.lanacion.com.ar